

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Franciane Monick Gomes de França

A ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL NO CONTEXTO DA CENSURA
ÀS OBRAS LITERÁRIAS ERÓTICAS: abordagens do período da Ditadura
Militar

Belo Horizonte

2023

Franciane Monick Gomes de França

**A ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL NO CONTEXTO DA CENSURA
ÀS OBRAS LITERÁRIAS ERÓTICAS: abordagens do período da Ditadura
Militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota.

Belo Horizonte

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

- F814a França, Franciane Monick Gomes de.
- A atuação da Biblioteca Nacional no contexto da censura às obras literárias eróticas [recurso eletrônico]: abordagens do período da Ditadura Militar / Franciane Monick Gomes de França. – 2023.
- 1 recurso eletrônico (190 f., il., color.): pdf.
- Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Inclui figuras, quadros e tabelas.
Referências: f. 140-153.
Apêndice: f. 154-163.
Anexos: f. 164-190.
1. Ciência da Informação. 2. Biblioteca Nacional – Brasil. 3. Censura a livros – Ditadura Militar – Brasil. 4. Literatura erótica. 5. Patrimônio bibliográfico. I. Título.

CDU 027.54(81):098.12:321.64

Ficha catalográfica: Franciane Monick Gomes de França – CRB: 4/1831



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 14:00 horas do dia 23 de outubro de 2023, na Universidade Federal de Minas Gerais / Escola de Ciência da Informação - sala 4019 e transmitida pela Plataforma Webconf, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de FRANCIANE MONICK GOMES DE FRANÇA, número de registro 2021671083. A presidência da sessão coube a Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota - orientadora (UFMG/ECI). Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Prof. Raphael Diego Greenhalgh (Universidade de Brasília), Prof. Carlos Henrique Juvêncio da Silva (Universidade Federal Fluminense), Prof. Felipe Eleutério Hoffman (UFMG/ECI), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG/ECI), e Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota - orientadora (UFMG/ECI). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de Mestrado, intitulada: "*A atuação da Biblioteca Nacional no contexto da censura às obras literárias eróticas: abordagens do período da Ditadura Militar*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada a Dissertação de Mestrado**. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Professora do Magistério Superior**, em 27/10/2023, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Juvêncio da Silva, Usuário Externo**, em 27/10/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Diego Greenhalgh, Usuário Externo**, em 27/10/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2023, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Eleuterio Hoffman, Professor do Magistério Superior**, em 01/11/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2731776** e o código CRC **69539319**.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser superior e todos os protetores que me acompanham, sempre me dão força e equilíbrio para não esmorecer nas dificuldades da vida, e persistir em meus sonhos e evolução.

Aos familiares mais próximos que sempre me deram apoio e base para continuar a busca por realizar meus desejos, sabendo que tenho pessoas que me querem bem e com quem posso contar, apesar de ser tão reservada.

À minha orientadora por ter acreditado no meu projeto, e pela segunda vez, pós-fatídico 2018, onde não pude cursar apesar da aprovação, ter se disponibilizado a me auxiliar nessa empreitada, e me atender sempre com sua calma que dava conforto às minhas angústias internas.

Pelas entrevistas, que para mim foram a realização do desejo almejado com a proposição dessa pesquisa. Meu agradecimento imenso por terem aceito expor conhecimentos e vivências de tamanha importância para a sociedade: Augusto, Ana Virginia, Carlos Juvêncio. Em especial Rutonio, pela grande amizade construída e o socorro dado nas vezes que precisei de informações, contatos e dados da Biblioteca Nacional, sendo sempre prestativo e empenhado.

Aos colaboradores que me responderam *e-mails*, indicaram pessoas que poderiam auxiliar, ou me atenderam nas visitas à Biblioteca Nacional. Pelas conversas e esclarecimentos: Luciana Grings, Luciane Medeiros, pessoal do atendimento das Obras Gerais e de Manuscritos, locais onde eu mais compareci nesses tempos de pesquisadora. Também aos demais que me responderam onde estive, e que em algum momento me fizeram sentir mais aconchegada na opulente Biblioteca Nacional, e nessa Rio de Janeiro, inclusive os/as seguranças.

Às instituições que me deram auxílio quando precisei de documentos para compor essa narrativa. Um carinhoso à Suzana Martins, pelas conversas-desabafos, cafezinho com bolo em sua casa, e caderninho de anotações de seu tempo de servidora da BN.

À banca de qualificação nas pessoas de Fabrício Silveira e Felipe Hoffman, que se mantiveram na banca final, e de Mônica Tenaglia, pelas orientações tão importantes no momento inicial de escrita da dissertação. À banca examinadora, pelo aceite em participar e contribuir no produto final dessa jornada a mim tão nova.

Especialmente à Ana Ribeiro, por todo apoio que me concedeu em 2018 na seleção do mestrado, quando eu ainda estava em Maceió e não tinha amigos aqui.

horizontinas. Minha gratidão também à Pablo Gomes, por todos os esclarecimentos nas dúvidas e mentoria quando solicitado, ao qual tenho como um coorientador da minha fase de mestranda.

Ao Instituto Federal de Alagoas, por ter me concedido o afastamento pelo tempo necessário à finalização da minha pesquisa, especialmente aos que diretamente me auxiliaram nos trâmites burocráticos nas indispensáveis prorrogações: Emerson Magalhães (Coordenador da Biblioteca/Campus Maceió), Marilucia Barbosa (CGP/Campus Maceió) e Maria Lúcia Freire (DGP/Reitoria).

Aos amigos mais íntimos que sempre deram força ainda no processo da primeira seleção e que continuaram torcendo e estimulando na segunda, especialmente à Marcus que elaborou meus *abstracts* de trabalhos desse período. Carinhosamente aos que fiz nessa cidade, em especial Rayane, Silvia, Pauline e Dani, museólogas queridas, com quem compartilhei momentos de debates e bebidas logo na minha chegada à Belo Horizonte. Pelas saudosas – embora curtas – Terças Alcoólicas.

À Gabi e Ravi, que me deram meu primeiro abrigo quando finalmente pude desfrutar dessa cidade tão adorada. Da mesma forma, à Ana e Tequila (doguinha), que dividiram seus dias, rotina e vida comigo por esse tempo maravilhoso.

Aos que passaram pela minha vida em Belo Horizonte, e de alguma forma foram estrutura para minha caminhada pessoal, acadêmica e/ou profissional. Aos amores e dissabores. Lembrarei com saudosismo da cidade: seus bares, parques, ipês e céu multicores.

A censura é um punhal prestes a navegar no sangue das vítimas, conforme julgamento guiado apenas pela consciência, na emotividade de um determinado momento de alguém. Os olhos do censor fixam o texto, a fotografia, o filme e, de repente, a caneta desce e corta, trunca, separa, afasta do público o que ele, censor, julga ser obsceno, pornográfico, atentatório à moral, aos bons costumes.

(Guido Fidelis, 1979)

A literatura pode ser o registro do impossível pela via do discurso. Pode produzir o que não existe, dizendo-o, na materialização da linguagem. Muito do seu poder revolucionário está na mesma capacidade utópica e idealista de criação do inexistente no interior do texto; ou, se quisermos formular de outro modo, de revelação do que estava oculto, insuspeito. Mas, - e ao lado de tudo isso - a literatura insiste em fornecer as nuances de uma época, ela não deixa de ser o registro dos embates travados no tempo em que foi produzida e, por isso, um registro das próprias limitações, carências e precariedades do mundo. A literatura também pode revelar tais limites e frustrações de um contexto exatamente ao elaborar utopias e o ideal de superá-lo. Ao configurar utopias revela, como um negativo fotográfico, frustrações.

(Marcelo Bulhões, 200

A biblioteca — em uma sociedade que é dedicada à liberdade de expressão e à livre circulação de idéias [*sic*] — deve ilustrar estas idéias [*sic*] na prática. A biblioteca é vista como um dos mais significativos símbolos de uma sociedade livre; ela deve ser aberta a todos e a todas as idéias [*sic*].

(Lester Asheim, 1980)

RESUMO

A presente pesquisa se trata de um estudo de caso que se propõe a investigar e relatar como ocorreu a censura aos livros literários de conteúdo erótico/sexual, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), na Biblioteca Nacional brasileira, assim como a atuação dos Bibliotecários ante os atos censórios. No referencial teórico e em uma perspectiva histórica, tratamos principalmente dos seguintes temas: a censura no período ditatorial e seus órgãos de controle, o patrimônio bibliográfico como integrante da memória coletiva do país e instrumentos legais da área biblioteconômica que orientavam a atuação ética profissional do Bibliotecário à época. No plano metodológico utilizamos pesquisa documental, realizada no Arquivo Nacional, para compreender as análises dos censores e seu preparo para a execução da função, através dos pareceres das obras componentes da Série Censura Prévia e documentos administrativos da Seção Administração Geral, ambos integrantes do Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão responsável pela centralização da censura na Ditadura Militar. A pesquisa documental inclui ainda documentos administrativos da Biblioteca Nacional, referentes ao período ditatorial, através da Coleção Biblioteca Nacional, sob a custódia da Seção de Manuscritos, onde constam relatórios administrativos, estatísticas, correspondências, ofícios, e os Relatórios de Gestão Anuais integrantes do Arquivo Geral e os Relatórios de Direção que constam nos Anais da Biblioteca Nacional. Essa pesquisa documental tem como propósito identificar a presença das obras examinadas pelos censores, sobretudo as vetadas. Quanto aos resultados, foram identificadas no catálogo online os 78 títulos de livros que correspondem aos eróticos, pornográficos, obscenos ou sobre educação sexual, em língua portuguesa, da lista total de 673 da Série Censura Prévia. Conferimos a existência de suas fichas no catálogo dicionário, utilizado à época para identificar as obras que compunham o acervo. A metodologia incluiu ainda entrevistas e correspondências por *e-mail* à servidores da Biblioteca Nacional, resultando em 1 testemunho e 3 relatos de episódios sobre atuações governamental e bibliotecária. Pela análise dos dados coletados verificamos que, dos 78 livros contemplados no acervo, foram 52 vetados, 20 liberados e 6 ausentes de parecer, destes, 75 foram adquiridos por depósito legal. As ações empreendidas pelos Bibliotecários na proteção das publicações proibidas, foram ocultamento em cofre e armário, retirada de fichas de identificação, mudança de estante e seção. Em termos das práticas governamentais verificamos a presença de agentes da ditadura para fiscalização dessas obras de forma oficial e camuflada. Concluímos que houve ação governamental censória fiscalizatória, sem determinação legal embargando a aquisição de publicações, mas buscando *a posteriori* subtrair determinadas obras do acervo, e que da parte de alguns servidores, dentre eles, Bibliotecários, houve estratégias de resistência à censura e salvaguarda às obras coibidas.

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira; censura a livros; literatura erótica; Biblioteca Nacional; depósito legal; ética bibliotecária.

ABSTRACT

This research is a case study that aims to investigate and report how the censorship of literary books with erotic/sexual content occurred during the period of the Military Dictatorship (1964-1985), in the Brazilian National Library, as well as the role of Librarians in the face of censorship acts. From the theoretical reference and from a historical perspective, it had been mainly dealt with the following themes: censorship in the dictatorial period and its controlling institutions, the bibliographic heritage as part of the country's collective memory and legal materials in the library area that had guided the professional ethics that had been performed by the Librarians at the time. At the methodological level, documentary researches had been used, it had been taken place at the National files, to understand the survey of the censors and its preparation for carrying out the function, through the opinions of its Previous Censorship Series and administrative documents from the General Administration Section, both of them had been part of the Fund for Public Entertainment Censorship Division, the institution responsible for centralizing censorship in the Military Dictatorship. The documentary research also includes administrative files from the National Library in regards to the dictatorial period, through the National Library Collection, under the custody of the Manuscripts Section, which contains administrative reports, statistic datas, correspondences, letters, and the Annual Management files wich are part of the General Archive and the Management Reports that appear in the Annals of the National Library. The documentary research aims to identify the presence of works examined by the censors, especially those one wich that had been prohibited. As the results, 78 books titles that corresponded to erotic, pornographic, obscene or about sexual education, in portuguese, were identified in the online catalog, from the total list of 673 in the Prior Censorship Series. It had been checked the existence of its files in the dictionary catalogue, used at the time to identify the works that made up the collection. It had been also included in the methodology some interviews and e-mail correspondences with employees of the National Library, resulting in 1 testimony and 3 reports of episodes about government and librarian activities. By analyzing the data collected, it had been found from the 78 books included in the collection that 52 were prohibited, 20 were released and 6 were absent, which 75 of them were acquired by legal deposit. The actions that had been taken by Librarians to protect prohibited publications included hiding them in safes and cabinets, removing identification cards, changing shelves and sections. In terms of government practices, it had been noticed the presence of agents of the dictatorship to supervise these works in an official and camouflaged way. It had been concluded that there was a governmental censorship supervisory action, without legal determination embargoing the acquisition of publications, but seeking to subsequently remove certain articles from the collection, and that on the part of some employees, including Librarians, there were strategies of resistance to censorship and safeguarding of works restrained.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship; censorship of books; erotic literature; National Library; legal deposit; library ethics.

LISTA DE FIGURAS

Organograma 1 – Estrutura do SCDP.....	42
Organograma 2 – Órgãos descentralizados de censura.....	43
Organograma 3 – Organograma da Turma da Censura (TCDP) – Guanabara (1971).....	44
Organograma 4 – Estrutura da DCDP – Órgão central da censura.....	45
Organograma 5 – Estrutura Organizacional do aparelho ditatorial.....	47
Fotografia 1 – Fotos das capas de Emmanuelle - A virgem e Emmanuelle - A antivirgem, ambos de 1974.....	59
Fotografia 2 – Foto da capa de Novelas da Erosfera (1975).....	62
Cartaz 1 – Não esqueça o depósito legal.....	100
Cartaz 2 – Um recado para você que escreve e publica livros!.....	102
Fotografia 3 – [Seção de Livros Raros].....	109
Fotografia 4 – Armazém de livros.....	110
Fotografia 5 – Catálogo Dicionário da Seção de Obras Gerais.....	113
Fotografia 6 – Ficha no Catálogo Dicionário.....	113
Fotografia 7 – Salão de leitura [da Biblioteca Nacional].....	114
Ficha 1 – Ficha de Cadastro de Leitor da Biblioteca Nacional.....	117
Ficha 2 – Ficha de Cadastro de Leitor da Biblioteca Nacional.....	118
Ficha 3 – Ficha de identificação de leitor da Biblioteca Nacional.....	118
Fotografia 8 – Varanda do 4º andar da Biblioteca Nacional.....	119
Fotografia 9 – Vista da varanda do 4º andar da Biblioteca Nacional.....	120
Fotografia 10 – [Pichações nos pilares da fachada frontal do edifício da Biblioteca Nacional].....	121
Fotografia 11 – Sala de leitura de jornais e revistas.....	123
Fotografia 12 – Dedicatória do autor Brasigóis Felício ao amigo citando a apreensão do seu livro pela Polícia Federal.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições dos níveis de um Arquivo.....	25
Quadro 2 – Quando de arranjo do Arquivo Nacional: Arquivo DCDP.....	26
Quadro 3 – Modelo de quadro utilizado na coleta de dados nos livros da Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional.....	28
Quadro 4 – Obstáculos e formas de conscientização à captação de obras por Contribuição Legal.....	104
Quadro 5 – Menção ao Depósito Legal e Seção de Contribuição Legal nos Organogramas da Biblioteca Nacional dos anos 1946, 1972, 1975 e 1982.....	105
Quadro 6 – Designações da Seção de Obras Gerais e Seção de Obras Raras na Biblioteca Nacional de 1964 a 1985.....	110
Quadro 7 – Livros que integram o acervo da Biblioteca Nacional com resultado do parecer do censor.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de publicações analisadas pelos censores de acordo com ano e parecer.....	54
Tabela 2 – Estatística de publicações com entrada mediante Contribuição/Depósito Legal na Biblioteca Nacional.....	96
Tabela 3 – Presença de fichas de dados dos títulos que se encontram no Catálogo Dicionário.....	131

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	Ato Institucional n.º 5
BN	Biblioteca Nacional
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CD	Catálogo Dicionário
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CSC	Conselho Superior de Censura
DL	Depósito Legal
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DCDP	Divisão de Censura às Diversões Públicas
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DSI	Divisão de Segurança e Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias [<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>]
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inquérito Policial Militar
ISBN	Padrão Internacional de Numeração de Livro [<i>International Standard Book Number</i>]
LSN	Lei de Segurança Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
PLANOR	Plano de Recuperação de Obras Raras
SCDP	Serviço de Censura de Diversões Públicas

SIAN	Sistema de Pesquisa do Arquivo Nacional
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SLF	Sistema de Localização Fixa
SNI	Sistema Nacional de Informação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SR	Superintendência Regional
TCDP	Turma da Censura de Diversões Públicas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 METODOLOGIA.....	23
2.1 Pesquisa documental.....	23
2.2 Entrevistas e questionário	29
3 A SEGURANÇA NACIONAL E A CENSURA MORAL AOS LIVROS LITERÁRIOS ERÓTICOS: OS PRIMÓRDIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CENSURA NA DITADURA MILITAR.....	31
4 A DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS E SEUS CENSORES: O APRIMORAMENTO DA CENSURA	41
4.1 Os Censores Federais	48
4.2 Análise de processos censórios a livros da Série Censura Prévia.....	54
5 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO NACIONAL, MEMÓRIA E ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA.....	65
5.1 O livro como Patrimônio Bibliográfico.....	67
5.2 A censura ao Patrimônio Bibliográfico como apagamento da memória cultural.....	70
5.3 O Bibliotecário, seu Código Deontológico e suas práticas de defesa ao Patrimônio Bibliográfico.....	76
6 CENSURA NA BIBLIOTECA NACIONAL BRASILEIRA: O DEPÓSITO LEGAL E AS OBRAS PROIBIDAS.....	87
6.1 O Depósito Legal.....	91
6.2 A censura na Biblioteca Nacional e os livros proibidos.....	106
6.3 Análise dos livros constantes nos pareceres da DCDP que integram o acervo da Biblioteca Nacional.....	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICE A – Lista de títulos de livros integrantes da Série Publicações_2018 do Fundo da DCDP identificados como eróticos.....	154
ANEXO A – Lista do Fundo da DCDP, Seção Censura Prévia, Série Publicações_2018.....	164

ANEXO B – Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970.....	189
ANEXO C – Fotos dos livros pornográficos que estavam escondidos em cofre.....	190

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar foi uma forma de poder antidemocrática que se instaurou no Brasil, entre 1964 e 1985. Decretada através de um golpe de Estado, negligenciava os direitos humanos e civis. Pela natureza das suas ações autoritárias, intransigentes e desumanas, esse foi um período histórico-político-social de intensa violência.

O golpe militar, deferido contra o governo do então presidente João Goulart (1961-1964), teve a participação de militares e de parte do empresariado nacional e multinacional, da classe média e da igreja católica (Ditadura [...], 2021).

Dentre as ações repressivas empreendidas esteve presente a censura e sua execução aos livros literários, sobretudo os que contivessem narrativas de cunho sexual, denominados de eróticos, pornográficos, obscenos¹, licenciosos, imorais. O nosso objeto de pesquisa é a ocorrência dessa censura na Biblioteca Nacional (BN) e a atuação dos Bibliotecários em defesa dessas obras.

Amparado legalmente pela criação de Atos Institucionais (AIs), alteração da Constituição vigente, aplicação de censura e desenvolvimento de órgãos de informação e controle, o Regime Militar cerceou parte da população retirando seus direitos e liberdades individuais, em âmbitos político, social e cultural.

No plano ideológico, alegava-se que era preciso conter a ameaça comunista que se via representada nas reformas de base do governo Goulart, manter a democracia, o modelo econômico capitalista, e defender a segurança nacional de subversões que atacassem a ordem pública e social.

Com a formação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no governo de Castelo Branco (1964-1967), e a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 13 de março de 1967, houve uma intensificação de aparatos repressivos, com coerções físicas e psicológicas, a exemplo de prisões (Estruturação [...], 2021).

Nesse período se iniciou forte contraposição social representada pela “revolução sexual” e a “revolução de costumes”, almejando a naturalização de novos modos de vida, de comportamentos, de relacionamentos, e a liberdade de expressão. Além disso, desenvolveram-se também grupos, como os movimentos contraculturais, tais qual o

¹ Esses conceitos podem variar a depender dos valores pessoais de quem analisa e de elementos culturais e sociais, de maneira que para fins dessa pesquisa, vamos utilizar o termo “erótico” como definição que abrange todas essas categorias. O entendimento para a pesquisa é de que erótico seja tudo que envolve relação sexual, independente de como se manifeste/expresse.

hippie; os protestos estudantis; e as manifestações culturais, como o tropicalismo e o cinema novo (Fico, 2004; Napolitano, 2014). Dá-se, então, uma “superpolitização da cultura” (Ferreira; Delgado, 2019, p. 128) e uma “militarização das artes” (Stephanou, 2001), onde classes e camadas da população se inserem nas ações de enfrentamento e resistência contra o Regime Militar e o conservadorismo social, valendo-se de seus meios de produção e expressão para demonstrar sua insatisfação.

Ante toda essa agitação, encabeçada por universitários e artistas de esquerda, meios de impedir a disseminação de algumas narrativas consideradas subversivas e impróprias através de poder autoritário governamental foram concebidos. Houve, no período, a intervenção nos setores de regulação aos meios de comunicação e às artes, desde as revistas e os jornais (censura à imprensa), perpassando pelo teatro, cinema e telenovelas, até alcançar os livros (censura às diversões públicas).

Para destacar e centralizar o poder do novo regime, foram criados os Atos Institucionais, em um total de 17, que serviam como instrumento regulador e norteador de atividades, e se “sobrepunham” à constituição do país. O Ato Institucional mais incisivo, invasivo e rigoroso foi o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968 e vigente até dezembro de 1979. No que se relaciona aos livros, até sua expedição a censura ocorria de maneira desordenada, sem critérios, através de denúncias, coerção e apreensões (Reimão, 2011).

Em 1970, pela promulgação do Decreto-Lei n.º 1.077, a censura prévia aos livros foi autorizada, eles passaram então a ter mais atenção por parte do governo, devido também ao desenvolvimento do mercado editorial e da aproximação desses meios de informação com as camadas da sociedade, que poderiam se atrair por seus conteúdos e questionar as medidas do Regime.

No âmbito dos livros eróticos, proteger a juventude de más escolhas e influências era uma alegação. Em linhas gerais, a censura se aplicaria a publicações que fossem definidas como atentatórias aos bons costumes e à moral social, sendo autorizada a busca, apreensão e destruição dos exemplares onde fosse constatado esse cenário.

A censura aos livros se concretizou por intermédio do Serviço de Censura a Diversões Públicas (SCDP), concebido em 1945, ainda no Estado Novo, e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), criada em 1972, ambos subordinados ao Ministério da Justiça (MJ) por meio do Departamento de Polícia Federal (DPF). Os responsáveis pela avaliação e diagnóstico iniciais eram os Técnicos de Censura, cargo do Serviço Público Federal. Porém, até a deliberação por parte do Ministro da Justiça sobre

o veto e a proibição de circulação, normalmente o processo percorria por diversos setores do aparelho censor, cuja estrutura possuía inúmeros níveis.

Alicerçados no poder concedido através do Decreto-Lei n.º 1.077/70, com forte repressão moral e sexual, além de outras normativas que também tratavam da contenção desses fenômenos, proibiam tudo que lhes aprouvesse, desde que os conteúdos ultrapassassem o normatizado pela aura conservadorista do governo e das classes dominantes. Dentre os assuntos licenciosos se inseriam a homossexualidade, as relações não monogâmicas, o uso de métodos de contracepção, a liberdade feminina, vícios e substâncias tóxicas.

Através da aplicação de censura prévia ou *a posteriori*, esse cerceamento da produção, circulação e acesso a algumas obras, com o discurso de “ofensa à moral e aos bons costumes”, interferiu limitando e, em alguns casos, impedindo totalmente a existência e a aquisição dessas publicações, em âmbitos individual (acervos particulares), comercial (editoras e livrarias) ou institucional (bibliotecas).

O livro, como veículo de transmissão de ideias, com sua influência comunicacional, teve em períodos diversos regulamentações e objeções acompanhadas de sua destruição em virtude do poder que lhe é intrínseco. A ideia de que as informações ali expostas poderiam afetar e manipular os desejos e as ações de quem com elas tivessem contato, respaldou as ações de controle acima de qualquer direito humano por grupos de predominâncias religiosa, social e política.

A censura aos livros é um fenômeno cuja prática é antiga e não se restringe apenas ao poder do Estado mediante governos autoritários. No passado, a Religião se valeu dessa prática pela Inquisição do Santo Ofício, em Portugal e no Vaticano, ambos concebendo o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice de Livros Proibidos) (Martins, 1998). Além disso, em outros períodos, sob a responsabilidade dos governos autoritários, a censura foi utilizada como recurso repressor por países como a Alemanha, no Nazismo; a China, durante a Revolução Cultural; e Portugal, no Estado Novo (Beatles, 2003; Censura [...], 2018).

Não se restringindo aos governos expressamente autoritários, tivemos a ocorrência de eventos censórios a obras literárias e outras expressões artístico-culturais muito semelhantes às ditatoriais, por parte de detentores de poder político dentre os anos de 2019 a 2022, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Seja a censura articulada pela Religião ou pelo Estado, cobatê-la, manter a integridade física dos livros e a liberdade de acesso aos seus conteúdos sempre foi tarefa árdua para os defensores da emancipação intelectual e individual.

Esse cerceamento a algumas obras além de ter provocado perdas informacionais, causou também desfalques em bibliotecas em virtude de fiscalizações por agentes da ditadura, ou pela impossibilidade de compor uma coleção plural. Em contextos de proibição governamental, cabe aos responsáveis pelo acervo desenvolver medidas protetivas visando a integridade física e a preservação do seu conteúdo.

A configuração da censura na Biblioteca Nacional durante o período da Ditadura Militar brasileira foi nossa pesquisa, na qual tivemos como objetivo geral verificar se houve interferência do Estado na instituição, em particular na aquisição de obras, e como foi a atuação dos Bibliotecários nesse cenário, haja vista as restrições do momento histórico, sendo este nosso objetivo geral.

Partindo desse objetivo geral, nossos objetivos específicos foram:

- Identificar se houve e como decorreu a censura na Biblioteca Nacional às obras que compunham o acervo de livros literários de conteúdo erótico/sexual por parte do governo ditatorial;
- Verificar dentre os títulos proibidos de circular quais foram conservados, e se houve perda bibliográfica, identificando essas obras;
- Investigar se houve por parte dos Bibliotecários da instituição ante a censura instituída no país ações de resistência ou apoio.

As bibliotecas nacionais possuem a característica de bibliotecas depósito, portanto, devem integrar em seu acervo todas as publicações bibliográficas de seu país, garantido a guarda, preservação e difusão do patrimônio bibliográfico nacional. A Biblioteca Nacional brasileira conta com o Decreto de Depósito Legal, que obriga o envio por parte das editoras para composição do acervo de memória da instituição. À época da Ditadura Militar, a legislação vigente era o Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907, atualizado pela Lei n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004².

É de conhecimento a existência de espaços reservados criados em bibliotecas de vários países, onde obras consideradas impróprias eram mantidas, para assegurar sua existência, em seções ou estantes com denominações e códigos diversos, tais quais o sinal catalográfico Delta [Δ], na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos; os cinco

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110994.htm.

asteriscos *****, no fichário da Biblioteca Pública de Nova York; e a seção *L'Enfer* (Inferno), da Biblioteca Nacional da França (Robert Darnton *apud* Martins, 1998).

Na Biblioteca Nacional do Brasil, a ex-bibliotecária da instituição, Ana Virginia Pinheiro, relatou ter encontrado alguns livros que faziam parte da lista dos subversivos na Divisão de Obras Raras, mesmo estes não possuindo características dessa natureza. Esse fato corroborou com a fala de um Bibliotecário da Seção de Catalogação, na qual afirmava que as obras eram deslocadas de seu local padrão, e ações como “descatalogar” esses livros eram executadas, evitando sua localização (Censura [...], 2021).

Ana Virginia mencionou ainda a existência de uma coleção na Biblioteca Nacional denominada “Inferno”, que consiste em obras que foram condenadas em algum momento da história social (Meirelles, 2015).

Cientes dessas ações empreendidas de proteção às obras que foram em algum momento histórico-social condenadas, buscamos aprofundar e esclarecer essas ocorrências, dando ênfase ao período ditatorial brasileiro, em virtude da alta repressão aos livros e à temática erótica no decurso. Para a realização desta investigação, nos valem de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e contatos via *e-mail* e *WhatsApp*.

Dividimos a pesquisa em 5 capítulos. O primeiro trata da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, e traz informações sobre documentos arquivísticos. Os outros 4 capítulos foram denominados: “A Segurança Nacional e a censura moral aos livros literários eróticos: os primórdios da institucionalização da censura na Ditadura Militar”, “A Divisão de Censura de Diversões Públicas e seus censores: o aprimoramento da censura”, “Patrimônio Bibliográfico nacional, memória e o Bibliotecário” e “A censura ditatorial e a atuação bibliotecária na Biblioteca Nacional”, respectivamente.

No segundo capítulo fizemos apontamentos sobre a prática da censura no período ditatorial como defesa à segurança nacional, sendo a justificativa inicial da sua execução, a partir da análise das Leis de Segurança Nacional. Depois, tratamos da censura de maneira mais abrangente, e na sequência, de maneira mais específica, da censura moral, que foi enfatizada pelo órgão central executor da censura ditatorial

No terceiro capítulo discorremos sobre a institucionalização da censura através dos órgãos responsáveis pela sua efetivação, seus organogramas, a função do censor, e a legislação utilizada para respaldar os atos censórios. Realizamos ainda uma análise de algumas obras através do processo de examination pelas quais passaram até a homologação da sua proibição.

Logo após, no quarto capítulo, atestada a ocorrência de censura a publicações no período ditatorial, defendemos esse conjunto documental como patrimônio bibliográfico nacional, sobretudo pela coibição pelas quais passaram e por representar um momento social de restrição do país, tomando forma de documento e participe da construção da memória coletiva. A partir dessa perspectiva, fomos favoráveis a essas obras serem levadas a diagnóstico do Comitê Memória do Mundo no Brasil, para serem Registradas Nacionalmente como patrimônio de grande relevância literária e social.

Na sequência, ainda no mesmo capítulo, construímos através de normativas biblioteconômicas, formas éticas de práticas profissionais que existiam no período ditatorial e orientavam ações de defesa às obras que estavam no crivo da censura, traçando também um histórico do cargo na Biblioteca Nacional.

No quinto e último capítulo analisamos os relatos das coletas de dados, percorrendo sobre a presença de agentes fiscalizatórios na instituição em busca de obras censuradas; as atividades empreendidas pelos Bibliotecários e outros servidores, na tentativa de salvaguarda desses livros; como ocorreu o envio de publicações via Depósito Legal (DL) durante a ditadura; o levantamento sobre quais das obras analisadas pelos censores constam no acervo; e a verificação da existência das fichas dessas obras no catálogo dicionário.

Antes identificada a importância social dessas obras para a memória do país, e até do mundo, se considerarmos que se enquadram em um grupo de materiais que em tantos outros países sofreram a mesma censura, causando em seus autores, editores e comerciantes, problemas judiciais e até prisões, sugerimos a aquisição dos títulos que não constam no acervo e a inserção dessas publicações na Coleção Inferno, ou outra criada particularmente para essas obras, de igual destaque. É pertinente frisar que “coleção”, nesse sentido, seria uma “[...] *book collection*, *collection* BIB parte do acervo de uma biblioteca que é mantida em separado, em razão de seu formato físico, assunto, data de publicação ou outra característica” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 91).

2 METODOLOGIA

A estratégia para analisar o fenômeno da censura aos livros eróticos foi o estudo de caso, tendo finalidade exploratória, visto que há poucas pesquisas sobre esse fato, e nenhuma pesquisa em particular sobre a reconstituição da censura na Biblioteca Nacional, durante a Ditadura Militar. Essa reduzida presença de pesquisas foi observada a partir de buscas realizadas em alguns Repositórios Institucionais, como os da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade de Brasília (UnB); na Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); e na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD).

A pesquisa é de natureza quali-quantitativa. Enquanto qualitativa, busca explorar um fenômeno específico, de maneira aprofundada, em um período determinado, e “[...] trabalha[r] com o universo dos significados, dos motivos [...] dos valores e das atitudes” (Deslandes; Cruz Neto; Gomes, 2002, p. 21). Nos valem os dados quantitativos e estatísticos como suporte aos conteúdos recuperados e às narrativas construídas.

Para verificar a ocorrência da censura na BN e as ações dos Bibliotecários, utilizamos as seguintes técnicas de coleta de dados: a) levantamento bibliográfico, b) levantamento documental e c) entrevista.

Fizemos a interpretação e as conexões com todos os dados coletados através dos documentos e das entrevistas pelo cruzamento dos discursos do órgão censor, pela legislação elaborada e sua estrutura de cerceamento aos livros, além de uma breve análise de obras censuradas para melhor entendimento desse funcionamento; e do discurso dos Bibliotecários da BN enquanto responsáveis pela salvaguarda da memória literária nacional, destacando suas práticas protetivas nesse período de exceção.

A análise dos conteúdos levantados ocorreu pelo Método Indiciário de Carlos Ginzburg, cujos vestígios de um caso podem ser apurados por meio de elementos que não estão explícitos, mas que com perspicácia podem elucidar e construir uma narrativa a partir de inferências observacionais (Ginzburg, 1989). Nos utilizamos das falas dos relatos orais e escritos, e dos documentos, como agregados de igual valor e pertinência, que juntos nos auxiliaram a elucidar as ocorrências e modos de manifestação da censura na BN.

2.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental ocorreu nos arquivos do Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, cujo acervo integra a Superintendência Regional no Distrito Federal do Arquivo Nacional, através da Divisão de Acesso e Difusão do Acervo, a qual contatamos por *e-mail*, e nos encaminhou 2 listas identificando documentos que compõem o fundo; e nos arquivos institucionais da própria Biblioteca Nacional, em 3 visitas *in loco*: em novembro de 2022, em junho/julho e agosto de 2023. Além disso, acessamos também os Relatórios de Direção registrados nos Anais da Biblioteca Nacional, disponibilizados virtualmente.

Os Arquivos são definidos como um "Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (Arquivo Nacional, 2005, p. 27).

Esses conjuntos documentais são concebidos como sensíveis pois “[...] podem ser definidos provisoriamente como aqueles que foram produzidos ou recebidos durante as atividades dos organismos produtores ou doadores no âmbito das suas atividades, cujo conteúdo documental contém segredos de Estado e/ou expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes” (Thiesen, 2013, p. [5]).

Utilizados como fontes de coleta por se tratarem de produtos dos próprios organismos aos quais se pretende investigar, esses conjuntos documentais possuem valor de prova com a constatação de fatos relevantes que podem ser reconstruídos a partir de sua junção e análise.

No Arquivo Nacional acessamos documentos do Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, componentes da Seção Censura Prévia, Série Publicações; e documentos da Seção Administração Geral, constando a Série Controle de Documentos: termos e eliminação; a Série Correspondência Oficial com as Subséries Ofícios de Comunicação, Ofícios de Solicitação, Informações Sigilosas e Manifestações da Sociedade Civil; e a Série Relatórios de Atividades. O fundo pode ser consultado presencialmente nas dependências do Arquivo Nacional mediante agendamento prévio. Essas categorias são descritas conforme quadro abaixo.

QUADRO 1 – Definições dos níveis de um Arquivo.

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Fundo	Conjunto de documentos de uma mesma proveniência . Termo que equivale a arquivo .
Seção	Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo , em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. Também chamada subfundo.
Série	Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto”, subsérie “Num quadro de arranjo, a subdivisão da série.
Subsérie	Num quadro de arranjo, a subdivisão da série.

Fonte: Arquivo Nacional, 2005.

A preservação e disponibilização desses documentos foi possível a partir da criação da Lei de Acesso à Informação (LAI), n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que se propõe, conforme seu Art. 3º e 4º, “[...] a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública [...]” aos documentos identificados como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Brasil, [2011]).

A LAI também ratifica a obrigatoriedade do acesso aos documentos que tratem de “[...] violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas” (Brasil, [2011], art. 21, parágrafo único).

Ambos os conjuntos documentais foram resgatados avulsos, quando os documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas foram encaminhados para tratamento, custódia e disponibilização pelo Arquivo Nacional. A custódia pelo Arquivo Nacional se justifica por serem responsáveis por

[...] implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (Arquivo Nacional, 2023).

A Série Publicações não está digitalizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), de maneira que os documentos selecionados nos foram encaminhados por *e-mail*, digitalizados pela instituição. A Seção Administração Geral já se encontra no SIAN embora não estivesse ainda no início da nossa pesquisa, portanto, alguns

documentos nos foram enviados também digitalizados e outros foram baixados *online*. No SIAN, consta o arranjo do Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas completo, constituindo outras seções, séries e subséries. O fundo completo da DCDP segue o arranjo conforme ilustração abaixo.

QUADRO 2 – Quadro de arranjo do Arquivo Nacional: Arquivo DCDP.

Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas	
*O fundo subdivide-se em "seções" que, por sua vez, organizam-se por séries e subséries:	
1. Seção Administração Geral.	
	Série Controle de Documentos: termos de eliminação.
	Série Correspondência Oficial.
	Subsérie Ofícios.
	Subsérie Informações Sigilosas.
	Subsérie Manifestações da Sociedade Civil.
	Série Relatórios de Atividades.
2. Seção Censura Prévia.	
	Série Cinema.
	Subsérie Filmes.
	Subsérie Programação Cinematográfica.
	Série Música.
	Subsérie Letras Musicais.
	Subsérie Programação Musical de Clubes, Bares e Restaurantes.
	Série Publicações.
	Série Publicidade.
	Série Rádio.
	Subsérie Programas de Rádio.
	Subsérie Programação de Emissoras de Rádio.
	Subsérie Radio novela.
	Série Teatro.
	Subséries Peças Teatrais.
	Subsérie Programação Teatral.
	Série Televisão.
	Subsérie Programas de TV.
	Subsérie Programação de Emissoras de TV.
	Subsérie Seriado.
	Subsérie Telenovelas.
3. Seção de Coordenação e Controle.	
	Série Autorização Especial.
	Série Direito Autoral.
	Série Fiscalização.
	Série Registros de Firmas e Publicações.
	Subsérie Empresas Cinematográficas e Agências de Publicidade.
	Subsérie Estabelecimentos Comerciais. Subsérie Livros e Periódicos.
4. Seção Orientação.	
	Série Cursos.
	Série Normatização.
	Série Recursos.

Fonte: Vieira, 2010.

A lista que nos foi encaminhada por *e-mail* com os componentes da Série Publicações é datada de 2018 e se refere aos anos de 1968 a 1982. A lista completa conta com 673 itens identificados pelo título do material analisado, e dentre estes documentos consta um ofício com o título “Relação de livros avulsos, liberados, proibidos e apreendidos”. Constam nessa Série os processos e pareceres de livros, revistas e jornais, nacionais e estrangeiros. Alguns títulos possuem o livro físico, mas não o parecer.

Da Série Publicações da Seção Censura Prévia, identificamos 379 títulos de temática sexual, em língua portuguesa, ainda que de origem estrangeira. Como havia documentos de títulos repetidos mantivemos apenas um para cada obra, chegando ao total de 361 títulos que foram analisados pelos censores.

Na Biblioteca Nacional acessamos documentos institucionais através da Coleção Biblioteca Nacional, que está sob custódia da Seção de Manuscritos; e de Relatórios Anuais de Gestão, sob a responsabilidade do Arquivo Geral. Os documentos da Coleção foram selecionados através de lista encaminhada previamente por *e-mail*, correspondente ao ano de 1964 a 1985, totalizando 199 documentos. Os Relatórios acessados também estavam entre o mesmo período, e em posse temporária da Seção de Manuscritos, discriminados em envelopes pelos anos, e foram acessados presencialmente sem prévia seleção.

A Coleção conta com correspondências, ofícios, relatórios, estatísticas, dentre outros documentos de elaboração ou de vínculo com a instituição, como as antigas fichas de leitores, registros de doação de livros por editoras, e documentos relatando a produção de um documentário sobre a Biblioteca Nacional. Os Relatórios possuem ofícios e estatísticas das seções.

Uma coleção arquivística é definida como o “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (Arquivo Nacional, 2005, p. 52). Na Biblioteca Nacional, essa coleção esteve na custódia de diversas seções, de acordo com as reformas administrativas sucedidas. Inicialmente foi formada por documentos que compunham o arquivo permanente em custódia da Secretaria, entre 1802 a 1944, sendo encaminhada após 5 anos de sua produção para a Seção de Manuscritos, para compor a memória institucional da biblioteca, ganhando assim caráter histórico.

Entre 1944/46 a 1960, a coleção passou a ser de responsabilidade de criação e gerenciamento da Seção de Documentação, recém-criada, e não houve o envio de mais documentos a Manuscritos. Ela retorna em 1975, onde a atual gestora, Jannice Montemór realiza o despacho de tudo que acredita ser relevante para o arquivo histórico. Mantém-se até 1990, quando não há novamente, até o momento, envio dessa documentação³.

³ Informações coletadas por entrevista concedida pela atual Chefe da Seção de Manuscritos, Luciane Medeiros, em 27 de junho de 2023, nas dependências da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Apesar da lacuna verificada no nosso período de pesquisa, constatamos, através de uma triagem realizada em documentos da extinta Seção de Documentação, que a coleção possui documentos desse intervalo. Constatamos ainda que nos anos de 1980, uma parte desses documentos foram encaminhados à Seção de Manuscritos e a outra parte ao Acervo Geral.

O conjunto desses documentos era designado de Arquivo Histórico, no entanto, por volta de 1990/2000, sua denominação foi alterada para a atual, Coleção Biblioteca Nacional⁴.

Para identificar se as obras examinadas pelos censores que constam na lista da Série Publicações fazem parte do acervo pesquisamos cada uma delas no catálogo *online* da Biblioteca Nacional, onde recuperamos 78 livros dentre os 361 eróticos. A pesquisa ao catálogo ocorreu em novembro/dezembro de 2022 e em abril de 2023.

A respeito dessas obras, verificamos suas formas de aquisição e se constavam no Catálogo Dicionário (CD), para tal, elaboramos um quadro com todos os títulos a serem conferidos na visita *in loco*.

QUADRO 3 – Modelo de quadro utilizado na coleta de dados nos livros da Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional.

TÍTULO	AUTORIA	AQUISIÇÃO (CD/DL/CL/DA)⁵	CATÁLOGO DICIONÁRIO (OG/OR/N)⁶
***	***	***	***

Fonte: A Autora.

A informação de aquisição foi coletada do próprio livro consultado, do catálogo *online*, do catálogo dicionário ou do livro de registro de entrada de obras. Acessamos cada título, mesmo os que possuíam vários exemplares, fotografamos a capa, a folha de rosto, o verso da folha de rosto, orelhas e contracapa, para coletarmos os dados necessários e para conferência posterior, caso fosse necessário.

A busca pelos títulos no Catálogo Dicionário foi realizada pela autoria das obras, modo mais comum de levantamento. O CD é onde se encontram as fichas com os dados

⁴ Informações coletadas por *e-mail* enviado pela atual Chefe da Seção de Manuscritos, Luciane Medeiros, em 14 de julho de 2023.

⁵ C = Compra; D = Doação; DL/CL = Depósito Legal/Contribuição Legal; DA = Direitos Autorais.

⁶ OG = Obras Gerais; OR = Obras Raras; N = Não consta.

dos livros, acessadas pelos consulentes para conhecimento do que constava no acervo antes da sua informatização por volta do ano de 1987.

Apesar da essência da pesquisa serem os livros vetados, em virtude não apenas da importância social, mas da existência da lei que obriga a remessa de todas as obras publicadas pelos editores ou autores, entendemos ser pertinente verificar se as obras que foram liberadas e as que não acompanham parecer compõem o acervo da biblioteca. As obras que foram liberadas também contribuem para uma análise dos motivos pelos quais não sofreram veto. Embora o assunto tratado fosse o mesmo, ou seja, eram dotados de erotismo, algumas obras tiveram uma boa aceitação enquanto outras não. Propriçiam também identificar pareceres diferentes no processo, ainda que o “não veto” tenha sido a decisão final.

Entendemos que essas obras literárias, quer pelo contexto de sua concepção, quer pelos acontecimentos atrelados à sua produção e seus envolvidos, também tomam forma de arquivo na perspectiva de Foucault (2019 *apud* Figueiredo, 2017, grifo nosso) para quem os arquivos são **níveis de discursos passíveis de serem ou não executados a depender do momento histórico e social**, sendo também, os enunciados dessas práticas discursivas, vestígios passíveis de serem encontrados e explorados pelo historiador em documentos diversos, dentre eles, livros.

Dessa forma, as obras podem ser analisadas pelo viés social, pelos temas que eram recorrentes, registrando e representando um período, sendo utilizadas como prova e estudo da literatura como meio de resistência. É de considerável importância lembrar que a posse de obras proibidas era prova de crime e fonte para manuais de treinamento e capacitação de agentes (Ishaq; Franco; Sousa, 1985). A presença de algumas obras físicas que constavam na DCDP nos conjuntos dos pareceres do órgão reforça o valor documental dessas peças, que eram a base para o exame e diagnóstico dos censores.

2.2 Entrevistas e questionário

Para a coleta sobre os episódios de atuação dos agentes da ditadura e dos Bibliotecários, entrevistamos dois servidores, obtendo o testemunho do servidor ativo José Augusto Gonçalves e o depoimento do servidor aposentado Rutonio Fernandes Sant’Ana, sobre relatos orais de outros servidores que viveram os fatos. Ambas as entrevistas ocorreram remotamente, pelo *Microsoft Teams*.

A primeira entrevista ocorreu em 13 de março de 2022, e teve 01 h 01 min e 34 seg; e a segunda ocorreu em 15 de março de 2022, totalizando 55 min e 26 seg. Outros contatos foram mantidos por *e-mail* e *WhatsApp* para esclarecimentos pontuais.

A diferenciação da designação das narrativas se deu pelo fato de que um testemunho é uma vivência de quem narra, e o depoimento trata de conhecimento sobre determinado tema ou questão, sem a experiência.

As entrevistas como registro oral baseado na memória dos entrevistados, sobre um tema em particular (Deslandes; Cruz Neto; Gomes, 2002; Silva; Silva, 2005), foram aplicadas em seu modelo semiestruturado (Laville; Dione, 1999). Dessa forma, utilizamos perguntas abertas para o início da conversa, ao longo da qual questionamentos foram se delineando de acordo com as informações relatadas pelos entrevistados.

Outras formas de coleta foram o relato da Bibliotecária aposentada Ana Virginia Pinheiro, com quem trocamos mensagem por *e-mail*, e de quem utilizamos informações transmitidas em *lives* nas quais ela participou e discorreu sobre o tema da censura aos livros, inclusive em coleções da Biblioteca Nacional; e o relato do ex-funcionário Carlos Juvêncio.

O questionário coletou os dados pessoais e institucionais dos participantes, juntamente com o aceite em participar da pesquisa e a definição da forma que preferem ser identificados. Os participantes assinaram ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a utilização das informações cedidas.

3 A SEGURANÇA NACIONAL E A CENSURA MORAL AOS LIVROS LITERÁRIOS ERÓTICOS: OS PRIMÓRDIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CENSURA NA DITADURA MILITAR

Etimologicamente derivada do latim "censura,ae", a palavra censura tinha o sentido de "ofício do censor", fazendo alusão ao fiscal de impostos e “responsável pela manutenção da ordem e dos bons costumes” da antiga Roma. No contexto religioso, é ainda a “Condenação eclesiástica de certas obras” (Censura, 2022).

A censura é efetivada em diversos âmbitos, dentre estes o “[...] religioso, ideológico, cultural, ético, corporativo, tecnológico, público, político” (Octaviano; Rey; Silva, 2000, p. 60). O Regime Militar, na nossa compreensão, apropriou-se dos sentidos religioso, ideológico e cultural. Religioso, pois teve parte da religião católica apoiando os atos de controle social; ideológico, pois se justificava por manter a ordem social e política baseada em ideias conservadoras de pensamento e comportamento; e cultural, se valendo de controlar ao máximo o que era produzido e disseminado nas diversas formas de manifestação humana.

No âmbito da Ditadura Militar brasileira, a censura foi aplicada ainda na sua gênese (1964), não apenas às produções bibliográficas, mas também às outras manifestações artístico-culturais, a partir do discurso de proteção interna contra a subversão e pela manutenção da ordem, sob o argumento de que determinadas produções causavam instabilidade à Segurança Nacional. Inicialmente, a censura tinha como foco as obras de temas político-sociais, e em seguida, as que ofendiam a moral e os costumes tradicionais.

A censura aos livros foi celebrenemente resumida por Ângelo (1994, p. [69]):

Alguns regimes autoritários procuram dizer aos escritores sobre o que eles *devem* escrever; outros preferem dizer aos escritores sobre o que eles *não devem* escrever. No Brasil, os militares optaram pela segunda forma.

O ato de controlar publicações já era normatizado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, vigente até 1967, onde constava em seu Art. 141, § 5º, haver aplicação de censura na manifestação do pensamento quando este envolvesse espetáculos e diversões públicas. Impedia ainda o anonimato, e destacava a intolerância a processos de subversão da ordem política e social (Brasil, 1946a).

No contexto da Ditadura, a Segurança Nacional deu início à aplicação da censura, sendo sua manutenção a finalidade maior do país. Após o deferimento do golpe de Estado

que instituiu o primeiro governante militar do período, o general Humberto de Alencar Castelo Branco⁷, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi formada, compreendendo aparatos repressivos, coerção psicológica e física, até a prática de homicídios, no intento de, violentamente, dar fim a todos que tivessem ligação com o antigo governo e suas causas reformistas, em suma, aos que se opunham ao modelo de governo ditatorial.

Em 13 de março 1967, foi promulgada, ainda no governo de Castelo Branco, a Lei de Segurança Nacional (LSN), a qual tinha como finalidade deslegitimar os direitos humanos e intensificar ações mais rígidas, como prisão perpétua e morte (Estruturação [...], 2021). A referida lei, em nome da Segurança Nacional, aplicava severas penas às ações civis que constassem como ameaça à nação, ou seja, ações transgressoras ao regime e suas determinações.

A Segurança Nacional, para a Escola Superior de Guerra (ESG) se tratava

[...] [D]o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à nação que jurisdiciona, em determinada época, para a consecução e manutenção de seus objetivos nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões, **existentes ou potenciais** (Fidelis, 1979, p. 43, grifo nosso).

Essa ideologia funcionou como base para o exercício das ações que se seguiram, onde os objetivos nacionais eram tidos como condições a serem mantidas a qualquer custo. Estes objetivos se baseavam em “segurança”, mantendo valores tradicionais, equilíbrio e ordem, e “desenvolvimento”, através de renovação de valores, garantindo o progresso da nação (Fidelis, 1979).

Assim sendo, conservar a ordem social e manter a segurança era imprescindível, e cabia ao Estado essa função. Por insegurança em uma nação, era entendido qualquer distúrbio “[...] de ordem material, cultural e moral” (Gurgel, 1975 *apud* Fidelis, 1979, p. 46). Destarte, o controle se dava e justificava praticar em instâncias diversas da sociedade, o que causou atos de resistência da população e de grupos organizados.

A Lei de Segurança Nacional contou com três legislações próprias durante o regime. Primeiramente o Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969, onde *Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências* (Brasil, 1969a), sendo revogada pela Lei n.º 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que *Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece*

⁷ Os presidentes que compuseram o período militar foram: 1964-1967: Humberto de Alencar Castelo Branco; 1967-1969: Artur da Costa e Silva; 1969-1974: Ernesto Garrastazu Médici; 1974-1979: Ernesto Geisel; 1979-1985: João Figueiredo.

sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências (Brasil, 1978). Na sequência, transformou-se na Lei n.º 7.170, de 14 de dezembro de 1983⁸, que em sua ementa *Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências* (Brasil, 1983).

As duas primeiras legislações foram as mais rígidas. Ambas, em seus Arts. 1º e 3º, destacavam, respectivamente: “Tôda [sic] pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”, compreendendo, “[...] medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a **prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva**” (Brasil, 1969a; Brasil, 1978, grifo nosso).

Por guerra psicológica, em ambos os Arts. 3º, § 2º, identificava

[...] o emprêgo [sic] da propaganda, da contra-propaganda [sic] e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de **influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos** de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais (Brasil, 1969a; Brasil, 1978, grifo nosso).

Dessa forma, a legislação vigente impunha a qualquer cidadão a responsabilidade por manter a ordem social, tornando-o suscetível de ser punido caso realizasse ações contrárias ao regime.

Tanto o Decreto-Lei n.º 898/69, em seu Art. 45, quanto a Lei n.º 6.620/78, em seu Art. 42, determinavam a penalidade de reclusão de 1 a 3 anos para quem realizasse propaganda subversiva:

I – utilizando-se de **quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres**, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva (Brasil, 1969a; Brasil, 1978, art. 50, grifo nosso).

Aumentava-se a pena para 2 a 4 anos caso a ação representasse ameaça ou atentado à segurança nacional (Brasil, 1969a; Brasil, 1978).

Constatando-se o risco, preconizava o Decreto-Lei de 1969, que o Ministro da Justiça poderia “[...] determinar a **apreensão de jornal, periódico, livro ou qualquer outros [sic] impresso**, a suspensão de sua impressão, circulação, distribuição ou venda, no território brasileiro [...], conforme o Art. 53 (Brasil, 1969a, grifo nosso).

⁸ Revogada pela Lei n.º 14.197, de 1º de setembro de 2021.

A Lei n.º 6.620/78, permitia ainda

[...] a **apreensão de livro, jornal, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie** que constitua, ou possa vir a constituir, o meio de perpetração de crimes previstos nesta Lei, bem como adotar outras providências necessárias para evitar a consumação de tais crimes ou seu exaurimento, como a **suspensão de sua impressão, gravação, filmagem ou apresentação ou, ainda, a proibição da circulação, distribuição ou venda** daquele material (Brasil, 1978, grifo nosso).

Já a última, Lei n.º 7.17/83, é bem mais sucinta, no que diz respeito a crimes, indica apenas em seu Art. 23 que “I - à subversão da ordem política ou social” haveria pena de reclusão de 1 a 4 anos. Não destaca nada sobre apreensão de bens ou sobre limitação nas expressões culturais.

A subversão se aplicaria pelo “[...] emprego planejado da propaganda e de outras ações, **principalmente de cunho psicológico**, com o objetivo de obter o apoio da população para um movimento revolucionário” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 279, grifo nosso).

Essa breve análise das normativas demonstra como o pensamento foi se formando a respeito da censura aos livros. Primeiramente, destacou-se a existência da Segurança Nacional como obrigação do Estado. Na sequência, definiu-se o que se previa como um risco a essa segurança. Dentro das possibilidades, constava tudo que poderia conturbar a ordem social fixada como a adequada.

Compreendeu-se, então, que “informação” era um meio de propiciar ideias contrárias ao regime que se queria impor, de modo que os meios de comunicação e cultura passaram, por isso, a ser cerceados. Os livros foram também inseridos no segmento das diversões públicas, iniciando assim, de maneira mais organizada e direcionada, sua repressão.

O governo entendia que os “inimigos internos” se introduziam por vários meios, inclusive os psicológicos, para disseminar seus princípios, e a censura buscava conter essa difusão ideológica, isto é, “[...] a infiltração dos ideais comunistas no plano cultural [...]” (Garlet, 2015, p. 58).

Essas normativas já autorizavam juridicamente a execução da censura como controle doutrinário, contudo, o regime centralizou a execução em um órgão destinado apenas a ela: o SCDP, depois transformado em DCDP.

A censura aos livros, e à cultura de maneira mais abrangente, foi intensificada após baixado o Ato Institucional 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Artur Costa e Silva. Esta, vigente até dezembro de 1979, foi a mais incisiva, invasiva e

rigorosa no contexto das restrições e domínio das individualidades e expressões. A censura bibliográfica teve seu ápice após o Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que regulamentou a censura prévia e acentuou o cerceamento a essas produções.

Corroborando com a ideia de Ângelo, a censura foi definida por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 76) como a

1. Proibição de publicar e divulgar idéias [*sic*], notícias, imagens e conceitos que são considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral. 2. Controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade, de sua disseminação.

Outra definição que contribui para nossa pesquisa é a de Bidima (2003, p. 155, grifo nosso) para o qual

[...] Trata-se de uma interdição de conhecer o conteúdo de um **modelo cultural** [...] **proibição de ser informado a respeito do conteúdo de um livro** que, segundo se presume, teria um efeito ilocutório, suscetível de modificar o comportamento de um sujeito, corroborando com essa visão de que a **literatura poderia ser meio de alteração de consciência e de atos.**

Sua aplicação ocorre através de censura prévia ou *a posteriori* (Stephanou, 2001), também identificadas como preventiva e repressiva (Otero, 2003). Na primeira, as obras são analisadas antes de sua publicação e seu veto ou liberação é atestado pelos censores do governo. Na segunda, ocorre por denúncias ou buscas “aleatórias” nos espaços de manutenção e comercialização de obras. Em ambas, caso os livros fossem encontrados o recolhimento era exequível, pois o objetivo era impedir tanto a liberdade de expressão (emissor) quanto o direito à informação (receptor) (Stephanou, 2001).

Berg (2002) aponta as censuras preventiva, coercitiva, e punitiva como respectivamente: a censura prévia, a censura que se aplica através de invasões, e a censura que utiliza medidas extremas de silenciamento, também se utilizando de processos judiciais.

Conforme Marcelino (2011), uma censura política e uma censura moral coexistiam no regime militar, assim como a censura à imprensa, aos livros e a outras expressões artístico-culturais. Ideologicamente, ambas possuíam fins políticos e repressores, no entanto, a segunda teve destaque no período ditatorial e era responsabilidade do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDPs) e da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDPs). Manter a moderação das manifestações individuais dos grupos que não seguiam a ideologia do regime mediante a restrição dos costumes e comportamentos, regulando o que poderia alterar a moral e ética vigentes da sociedade conservadora do período, era seu propósito.

Os argumentos e as normas jurídicas para a efetivação da censura, da apreensão de livros, assim como da sua destruição, eram acusações de imoralidade, subversão, pornografia, desconstrução da ordem social e política. Dentre as ações que levariam, supostamente, a essas circunstâncias, estariam as condutas que excedessem o definido como normal e padrão, ou seja, o tradicional e conservador.

No período ditatorial, os questionamentos ante a modelos engessados de relacionamento e sexualidade estavam em efervescência. Marcado por questionamentos sociais contraditórios à ditadura, desenvolveu-se a “revolução sexual”, onde parte da sociedade exigia maior liberdade e os partícipes do universo da cultura e arte se utilizavam dos meios artísticos para reforçar a democracia almejada, não só no âmbito sexual como também no político.

Para Napolitano (2014, p. 101-102), no plano político e cultural, a ditadura pode ser dividida em três momentos repressivos:

- O primeiro: 1964 a 1968: Cujo “[...] objetivo principal era dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares [...]”;
- O segundo: 1969 a 1978: Tendo por “[...] objetivo central reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes)”;
- O terceiro: 1979 a 1985: Tendo por “[...] objetivo central controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem”.

O governo militar possuía um forte aparato para a execução de suas ações autoritárias, no que concerne à censura no governo ditatorial, como uma ampla defesa contra inimigos internos que se infiltraram nos espaços artístico-culturais, a qual foi rigidamente executada. Além disso, houve em seu organograma repressor um órgão incrementado com pessoal e legislações exclusivas para sua consumação.

Para Charbonneau (1985 *apud* Octaviano; Rey; Silva, 2000, p. 60) são três as manifestações da censura: “[...] afirmar que uma coisa não é permitida, impedir que uma coisa seja dita, negar que uma coisa exista”. A ocorrência das duas primeiras se deu no regime ditatorial brasileiro.

De acordo com Stephanou (2001), a ocorrência da censura se deu da seguinte maneira:

- Entre 1964 e 1968 – censura prévia às diversões públicas (teatro, cinema, espetáculos públicos, televisão e rádio). No âmbito dos livros, ocorria *a posteriori*, sendo punitiva: através de denúncias, apreensões, processos criminais. Não era ainda instituída pelo Estado, mas já ocorria com participação de vários setores, o que dava a impressão de ser mais leve por não estar ainda centralizada.
- Pós-1968 – intensificada com o AI-5 e a legalização da censura prévia em 1970. Abrangeu a imprensa e o mercado editorial. Tornou-se mais eficiente e provocou a autocensura.

Isso não significa que na primeira fase do Regime Militar, de 1964 a 1968, não houve perseguição a obras bibliográficas, seus autores, publicadores e distribuidores. O autor cita, nesse sentido, a ocorrência de *Terrorismo Cultural*.

O *Terrorismo Cultural* operou através de medidas extremas e violentas executadas pelo governo autoritário na ânsia de impedir o acesso aos conteúdos que estavam sendo produzidos, nas diversas formas de expressão artística. No universo das publicações bibliográficas, causou apreensão de obras em editoras, livrarias, bancas de jornais e acervos particulares, além da prisão de escritores, do expurgo de bibliotecas, do fechamento de editoras, e incineração de livros (Stephanou, 2001).

Nesse primeiro momento, de 1964 a 1967, portanto, houve “[...] confisco de livros, coerção física e censura [...] através de batidas policiais às livrarias, editoras e gráficas [...] marcados pela ausência de critérios [...]”. A finalidade de tamanha violência era confiscar os materiais considerados “[...] subversivo[s], contra o Regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes” (Stephanou, 2001, p. 214, 215).

Greenhalgh (2020), que pesquisou sobre a censura em Brasília, comenta atentados realizados através dos autos de busca e apreensão, que não aconteciam apenas em ambientes públicos, mas também em residências de pessoas consideradas subversivas.

Como exemplos pontua a invasão de uma República de estudantes em Brasília, a qual resultou na apreensão das obras encontradas, de cunho político esquerdistas e comunistas; a busca em editora/livraria com a prisão de editor/dono e; uma bomba inserida em uma banca de jornal.

A imoralidade dos conteúdos circulados era justificativa para a atuação violenta e restritiva do governo por meio de quaisquer dos seus agentes: censores, policiais federais ou militares. As ações de coerção foram intensificadas após o AI-5 ter sido decretado. Até então, as apreensões legais ocorriam através dos Inquéritos Policiais

Militares (IPMs), concepção de Castelo Branco, em 27 de abril de 1964, com a finalidade de investigar e perseguir suspeitos. As ações eram executadas através de:

- 1º – abertura do IPM;
- 2º – visita de militar auxiliar do responsável à editora com ofício, solicitando exemplares da obra investigada;
- 3º – após 3 ou 4 dias, recolhimento do material considerado subversivo ou imoral pelo responsável e policiais com Mandado de Busca e Apreensão;
- 4º – até 1966 era possível que a editora conseguisse mandado de segurança no Superior Tribunal Federal (STF) reavendo as obras (Stephanou, 2001).

As apreensões também aconteciam em feiras de livros, como é destacado no jornal *Diário Carioca*, de 23 de maio de 1964⁹, já antes do decreto da censura prévia instituído (Londero, 2015).

A princípio, os livros que possuíam maior ataque e restrição eram os de cunho político-social que criticavam o governo atual e traziam à luz outras formas de consciência, sociedade e liberdade, sendo estes os mais apreendidos.

Em fins da década de 60, o campo da moral pública e dos costumes tiveram uma ênfase por parte do Regime, e foram citados em algumas legislações do período, reforçando o quão importante esse domínio se tornou para manter a ordem social naquela ocasião. Como exemplos podemos destacar:

- a Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – *Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação*, Art. 2º: “É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo [...] quando **atentem contra a moral e os bons costumes**” (Brasil, 1967b, grifo nosso).
- a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, Art. 154, § 8º: “[...] Não serão, porém, toleradas [...] as publicações e exteriorizações **contrárias à moral e aos bons costumes**” (Brasil, 1969b, grifo nosso).
- o Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, Art. 1º: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações **contrárias à moral e aos bons costumes** quaisquer que sejam os meios de comunicação” (Brasil, 1970, grifo nosso).

⁹ Livros apreendidos pelo juizado. **Jornal Carioca**, 23 maio 1964, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=16704.

- a Portaria 11-B, Instrução n.º 1, de 24 de fevereiro de 1970: “[...] estão isentas de verificação prévia as publicações [...] de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que **não versarem sobre temas referentes ao sexo, a moralidade pública e aos bons costumes**” (Reimão, 2011, p. 30, grifo nosso).

Nesse quesito, temas como homossexualidade¹⁰ (pederastia, lesbianismo), sodomia, prostituição, liberdade sexual (relações frequentes, relações avulsas com pessoas sem vínculo estável ou relações entre mais de duas pessoas), métodos contraceptivos (preservativo, anticoncepcional), educação sexual, divórcio, aborto, eram considerados violações à moralidade da família e sociedade referidas como modelo, e deveriam ser combatidos a todo custo.

Não podemos dissociar a análise da censura do momento social vivido nas décadas de 60 e 70, quando onde ocorria a “revolução de costumes” e o confronto juvenil com os valores impostos, especialmente, como já mencionado na esfera sexual e seus relacionamentos. Nesse contexto, a formação de relações fora do padrão monogâmico, a diversidade de gênero e o sexo sem finalidade de concepção passaram a ser vistos com intolerância pelo governo ditatorial.

As editoras que não quiseram deixar de publicar os livros considerados impróprios, tiveram de buscar gráficas clandestinas para imprimir as obras e se utilizavam de meios alternativos para comercializá-las (Londero, 2015).

Para proibição e apreensão de obras, como justificativa jurídica eram utilizados¹¹:

- o Decreto-Lei n.º 20.493/46¹² – citava em diversos pontos a cassação e restrição de materiais por conteúdo inadequado à moral e aos bons costumes (Brasil, 1946c).
- a Constituição de 1967, Art. 153, § 8º (Emenda Constitucional n.º 1/69 que a atualizou) – enfatizava a intolerância às obras condenadas (Brasil, 1967a).
- a Lei 2.083/53 – Art. 53 – indicava o embargo de livros obscenos (Stephanou, 2001, p. 217).

¹⁰ À época a nomenclatura utilizada em alguns pareceres era homossexualismo.

¹¹ Legislações identificadas em pareceres de censores, e na Relação de livros avulsos, liberados, proibidos e apreendidos disponibilizados no Arquivo Nacional de Brasília, Fundo da DCDP, Seção Censura Prévia, Série Publicações.

¹² Apesar de ser utilizado como argumento jurídico, quando o decreto foi elaborado os livros não estavam incluídos nas diversões públicas. Essa inserção se deu após 1968, conforme Stephanou (2001).

- a Lei n.º 5.250/67, Art. 7º, § 2º – facultava a apreensão de obras cuja autoria, editor, editora e sede, ou ano de publicação fossem desconhecidas (Brasil, 1967b).
- o Decreto n.º 1.077/70, Arts. 1º e 3º – declaravam, respectivamente, a não aceitação de exteriorizações, por qualquer meio comunicacional, das obras que ferissem a moral e os bons costumes, e autorizava o Ministro da Justiça a proibir a divulgação e liberar a apreensão destas (Brasil, 1970).

Logo após a publicação do AI-5 e da rigidez das medidas do Regime, sobretudo na esfera das artes e cultura, o já mencionado Decreto-Lei n.º 1.077/70 institucionalizou a censura prévia aos livros com temáticas contestatórias ao que pregava o governo, assim como suas buscas e apreensões. Houve então a proibição massiva e confisco de publicações que ofendessem a moral da sociedade conservadora do período no que se referia aos hábitos de sexualidade “modelo”, ao vocabulário empregado (palavrões) ou à conduta social (vícios).

Devido ao grande protesto perpetrado por alguns artistas e por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Academia Brasileira de Letras (ABL)¹³, foi criada a já referida Portaria 11-B, de 06 de fevereiro de 1970, que excluía qualquer material cujo tema não causasse dano à moral e aos hábitos convencionais (Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 2).

A prática da censura teve sua extinção com a promulgação da Constituição Federativa de 1988, garantindo em seu Art. 5º, inciso IX, ser “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. Assegura-se ainda, por meio de seu Art. 220, que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição [...]” (Brasil, [2022]).

¹³ Esse protesto foi executado por artistas em discordância com as limitações e opressões impostas, e direitos suprimidos pelo governo com a expedição do AI-5, através da produção de uma carta aberta por escritores como Jorge Amado e Érico Veríssimo, mencionada por Reimão (2011) e REIMÃO, S. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2023.

4 A DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS E SEUS CENSORES: O APRIMORAMENTO DA CENSURA

A aplicação da censura em âmbito governamental teve origem com o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, instituído pelo Decreto n.º 24.651, de 10 de junho de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo.

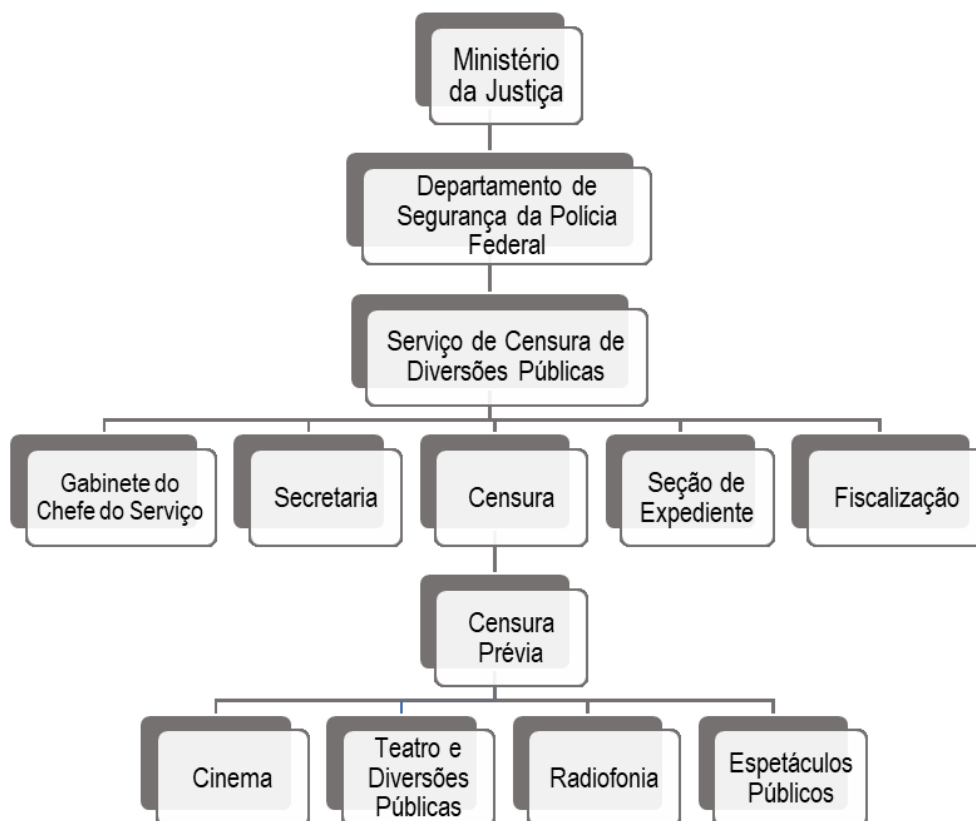
Na sequência, substituindo o DPDC, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, responsável pela censura cultural ao cinema, teatro e rádio, porém, mais enfático na censura à imprensa por meio dos jornais, estes obrigados a estarem cadastrados no departamento, tais quais seus jornalistas. Era também o responsável pela propaganda positiva do governo ditador (Arquivo Público do Estado de São Paulo, [20–]).

O Serviço de Censura de Diversões Públicas foi criado como manipulação jurídica para a prática da censura ainda no Estado Novo, tendo sido aprimorado e reestruturado na Ditadura Militar, com a concepção da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

“Diversão pública” seria toda “[...] apresentação, com finalidade de entretenimento coletivo, de artista cênico, em atuação individual ou de elenco, como também a gravação, tanto sonora como de imagens, de espetáculos em geral” (Fagundes ([1975?], p. 137), onde se inseriam os filmes, as peças, as novelas, as músicas, e ainda as expressões artísticas e meios de comunicação que constavam no Decreto n.º 20.493/46, sendo esses: anúncios, cartazes, fotografias e televisão (Brasil, 1946c).

Instituído através do Decreto-Lei n.º 8.462, de 26 de dezembro de 1945, o SCDP estava subordinado ao Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Havia um cargo de chefia para o Serviço, e um cargo de secretário para substituição deste em necessidade de ausência. O órgão estava vinculado ao Ministério da Justiça, através do DFSP (Brasil, 1945).

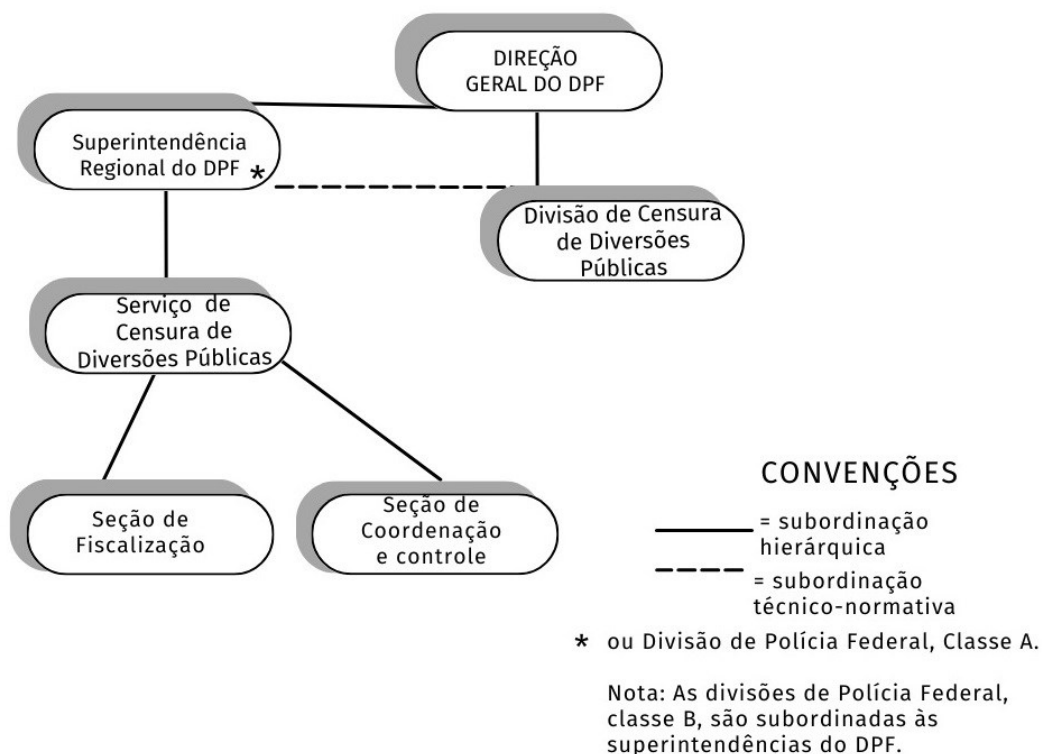
ORGANOGRAMA 1 – Estrutura do SCDP.



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Decreto n.º 20.493/46.

A execução censória realizava-se a princípio descentralizadamente, através das Superintendências Regionais (SRs), instalações dos SCDPs nos estados. Essa descentralização causava algumas medidas divergentes, como, por exemplo, alguns pareceres discordantes a depender da região que fossem analisadas as obras, de maneira que em um estado um título poderia ser vetado, e em outro liberado. Inconsistências dessa natureza foram decisivas para, mais a frente, a busca por padronização e centralização da censura na DCDP (Stephanou, 2011).

ORGANOGRAMA 2 – Órgãos descentralizados de censura.



Fonte: Fagundes, [1975?].

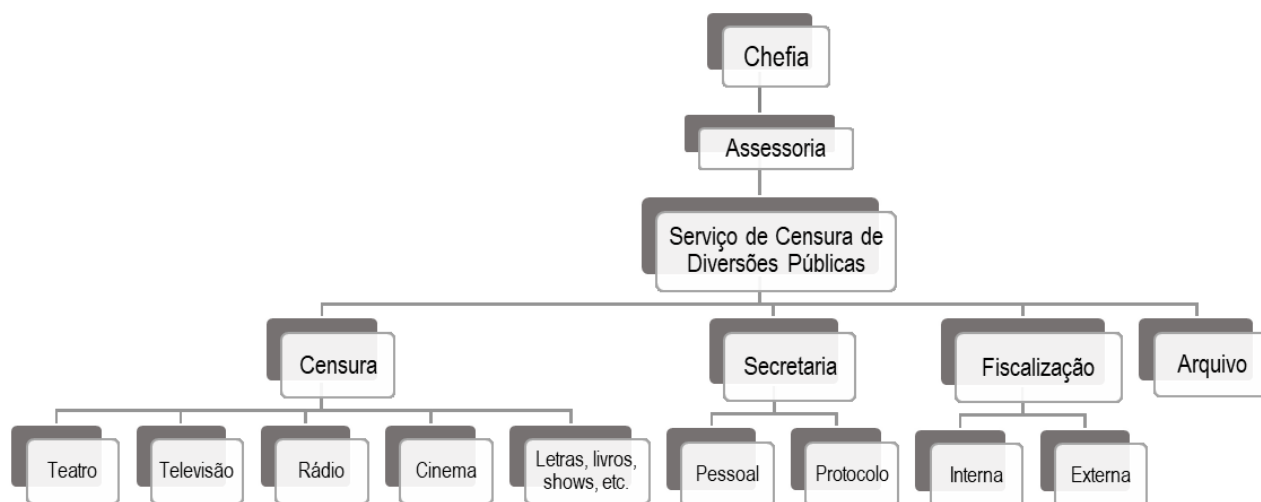
Seu regulamento, aprovado mediante o Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946, subordinava o SCDP ao diretor-geral da DPF, sendo dirigido por um chefe local, e o constituía pela censura e sua fiscalização das diversões públicas, deliberando ao órgão censurar previamente e autorizar produções cinematográficas, teatrais e diversões públicas, televisivas, cartazes, fotografias, radiofonia, e espetáculos públicos de várias naturezas, executados em espaços públicos ou privados (Brasil, 1946c).

Os livros não eram citados, pois, nesse primeiro momento, ainda não compunham a lista das diversões públicas, embora, como já vimos, existisse censura prévia às outras formas de expressão artístico-culturais.

Berg (2002, p. 93) acrescenta que até 1968¹⁴ as SRs, suporte para a realização e consumação da censura no país, eram designadas de Turmas da Censura de Diversões Públicas (TCDP), adotando, após esse ano, a nomenclatura Serviço de Censura de Diversões Públicas.

¹⁴ Encontramos documento referente ao ano de 1971 que ainda usava essa nomenclatura: ARQUIVO NACIONAL. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Ofício nº 570/71 – TCDP/DR/SP – Relatório estatístico da SR/SP**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.04. 05/11/1971. Do mesmo ano é o organograma 3.

ORGANOGRAMA 3 – Organograma da Turma da Censura (TCDP) – Guanabara (1971)¹⁵.



Fonte: Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades/Arquivo Nacional de Brasília.

A atuação do SCDP se concentrava em manter a moral e os costumes, apesar de conteúdos sobre política terem sofrido execução censória pelo órgão entre os anos de 1968 e 1973, auge da repressão (Marcelino, 2011). Até 1968 uma quantidade quase nula de obras com conteúdos considerados obscenos foi apreendida (Stephanou, 2001).

Com a mudança de diversos órgãos para Brasília, e assim também da instalação do DFSP, em 9 de abril de 1965, a execução censória foi centralizada no SCDP da nova capital, no final do ano de 1966 (Stephanou, 2001).

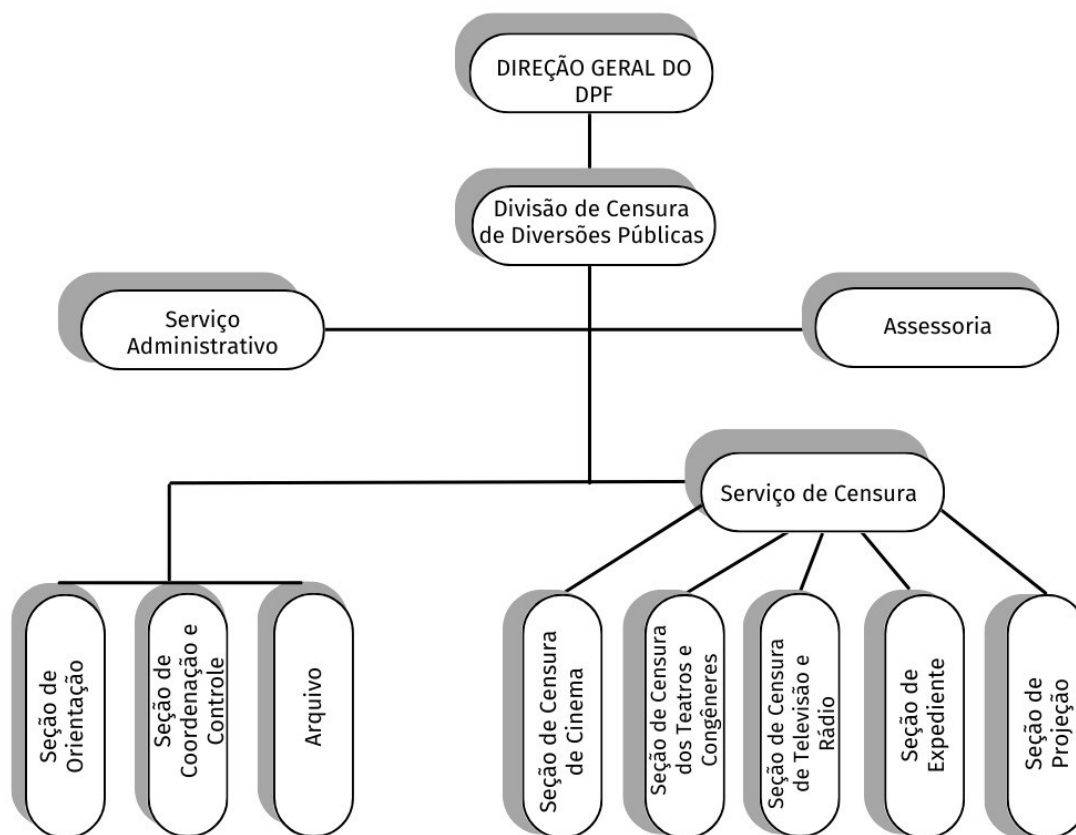
Através do Decreto n.º 70.665, de 2 de junho de 1972¹⁶ a DCDP foi criada como integrante da DPF¹⁷, sendo subordinada diretamente ao diretor-geral desta unidade, e se manteve nessa unidade pelo Decreto n.º 73.332, de 19 de dezembro de 1973. A estrutura da DCDP está ilustrada no organograma abaixo.

¹⁵ Constavam ainda no documento os seguintes dados: Turma da TCDP – DR – D.P.F – GUANABARA (INTERNO). Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1971. Assinado por Prof. Carlos Lúcio Menezes (Chefe da TCDP) e Dr. Pompeu Silva Oliveira (Chefe da Polícia de Segurança). ARQUIVO NACIONAL. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Ofício n.º 049/GB – Organograma interno (encaminhamento da Ordem de Serviço n.º 001/71)**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.04. 25/02/1971.

¹⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70665-2-junho-1972-419313-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Altera%C3%A1ter%20provis%C3%B3rio%2C%20a,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>.

¹⁷ O Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterou a denominação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) para Departamento de Polícia Federal (DPF).

ORGANOGRAMA 4 – Estrutura da DCDP – Órgão central da censura.



Fonte: Fagundes, [1975?].

Um projeto de Regulamento da DCDP¹⁸ foi apresentado ao Ministro da Justiça em 1973, com exposição de motivos para urgência de atualização do seu instrumento legal, para aperfeiçoar a execução das atribuições do órgão censor e para divulgar as exigências/regras aos produtores culturais.

O documento pontuava como finalidade do órgão em seu Art. 2º:

- I – Examinar textos, gravações sonoras, e audiovisuais, filmes e outras matérias destinadas a apresentações públicas, por meio de qualquer tipo de comunicação social, com ou sem objetivo de lucro [...];
- II – fixar e difundir as normas de censura;
- III – expedir instruções sobre fiscalização de censura;
- IV – cumprir e fazer cumprir a legislação e normas baixadas pelas autoridades hierarquicamente superiores;
- V – organizar e manter atualizado o cadastro de todos os artistas, locutores, redatores, compositores, diretores e funcionários ligados à produção, realização e apresentação de comunicação social, bem como de diretores, gerentes, empresários ou responsáveis a qualquer título, pelas emissoras de rádio televisão e qualquer outra casa de espetáculo de diversões públicas (Fagundes, [1975?], p. 112-113).

¹⁸ Não conseguimos identificar se houve aprovação deste documento, pois não tivemos acesso a ele ou ao seu conteúdo nas fontes acessadas. Houve também uma tentativa de nova lei censora, através de projeto de Decreto-Lei encaminhado ao MJ em 1973. Marcelino (2011) menciona um projeto de mesma finalidade, provavelmente o mesmo, destacando que não se efetivou.

Obrigavam-se a sujeitar às medidas censórias previamente, conforme Art. 3º, as

- a) – Projeções cinematográficas de qualquer espécie;
- b) – Peças teatrais, espetáculos circenses, variedades ou programas de “shows”, pantominas, bailados, peças declamatórias, novelas e programas de rádio e televisão [...];
- c) – Letras musicais e originais destinados a qualquer forma de gravação ou reprodução;
- d) – Anúncios, avisos e propaganda comercial de qualquer espécie, a serem feitos no interior de locais públicos onde se realizem espetáculos de diversões ou cinema, rádio e televisão;
- e) – Anúncios a serem divulgados por qualquer meio de comunicação social [...];
- f) – Gravações sonoras e fios, fitas, discos ou outros sistemas, antes de serem distribuídas pelas respectivas gravadoras (Fagundes, [1975?], p. 113).

O documento apontava ainda a proibição às comunicações de quaisquer categorias desde que, dentre outros fatos, pudessem:

- a) – Atentar contra a segurança nacional e o regime democrático representativo; [...]
- b) – Incitar contra a ordem pública ou contra as autoridades e seus agentes; [...]
- c) – Atentar contra a moral, os bons costumes e a família; [...].

Percebemos que nessa legislação os livros não são mencionados em nenhum ponto, porém, a segurança nacional permanece sendo motivo para monitoração e contenção do que é concebido e difundido.

A Portaria 359-B/74, Cap. X, Art. 21, assinala como competência da DCDP “[...] planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de censura de diversões públicas em todo território nacional” (Fagundes, [1975?], p. 85).

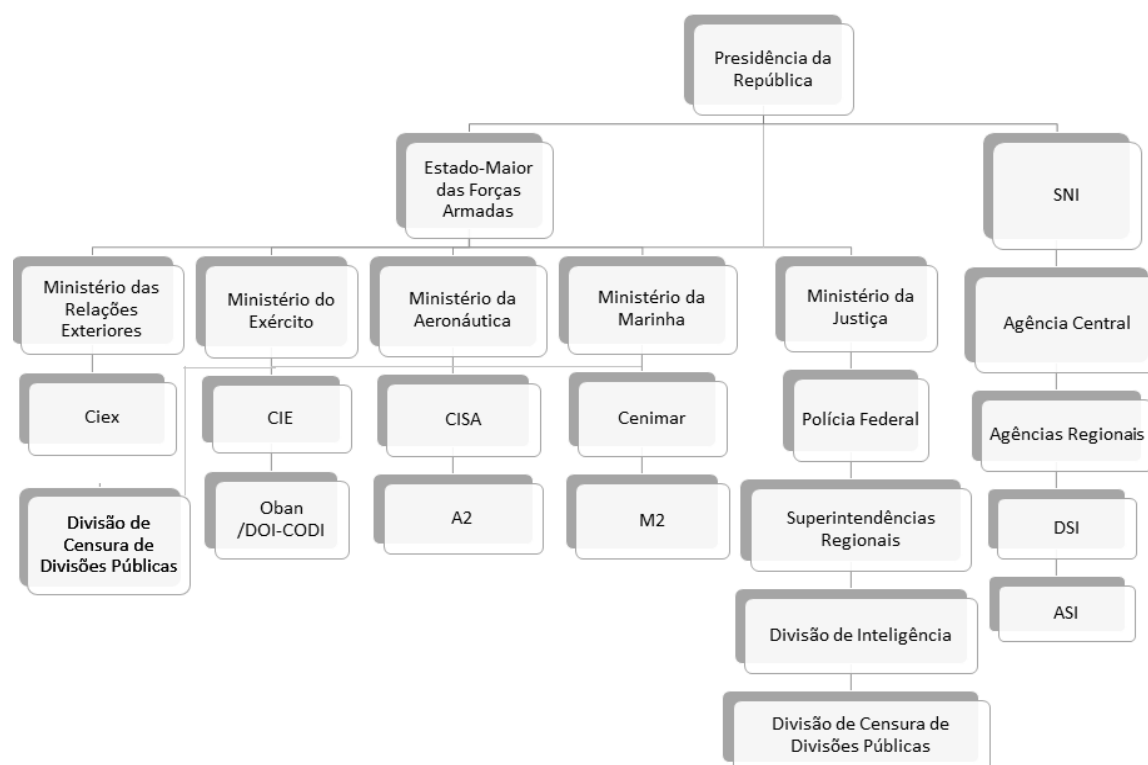
É relevante destacar que cabia ao DPF prevenir e reprimir “crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social” (Brasil, 1973, art. 1º, inciso IV, alínea a), dessa forma, a Censura não poderia se encaixar em outro órgão.

Era, além disso, de competência deste departamento:

- [...]
- II – exercer a censura de diversões públicas [sendo esta concretizada por meio da DCDP]; [...]
- VI – selecionar, formar, treinar, especializar e aperfeiçoar o seu pessoal, mediante orientação técnica do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal; [...] (Brasil, 1973).

A DCDP compunha o aparelho censor conforme estrutura apresentada no organograma abaixo:

ORGANOGRAMA 5 – Estrutura Organizacional do aparelho ditatorial.



Fonte: Elaborado pelo modelo que consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1, 2014.

A DCDP figurava como órgão central da Assessoria Jurídica, de Direção, Coordenação e Controle (Brasil, 1973, inciso I, alínea c). Possuía ainda uma Central de Informações e as já mencionadas Superintendências Regionais, de onde acompanhavam, por intermédio dos SCDPs, as ocorrências de materiais que poderiam ser impróprios, ou a fiscalização de exteriorização dos que haviam sido proibidos ou restringidos ao público adulto.

Vinham através dos SCDPs, por exemplo, ofícios com o envio de obras que não constavam na lista de proibidas, mas que haviam sido reconhecidas como atentatórias à moral e subversivas para o exame censório e deferimento do veto ou liberação do material, como veremos mais à frente.

Dentre os documentos da Administração Geral da DCDP, do Arquivo Nacional, há registros dos SCDPs nos quais constam, em meio a outros assuntos: autos de incineração, relação de filmes apreendidos, solicitação de alteração de horário de exibição de novela e relatório de atividades¹⁹.

¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Controle de documentos, termos e eliminação. **Autos de incineração**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.CDO.07. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Controle de documentos, termos e eliminação. **Filmes apreendidos**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.CDO.07. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de

A vinculação com o Serviço Nacional de Informações (SNI) no que tange à censura se dava no recebimento, por parte do Ministério da Justiça, de materiais considerados suspeitos e no envio, desse ministério, dos materiais perigosos, para a concretização da censura, de maneira que, apesar da efetivação vir do Ministério da Justiça, muitas vezes a decisão era do outro órgão (Stephanou, p. 291).

O SNI foi instituído pela Lei n.º 4.341, de 13 de junho de 1964, para auxiliar na garantia da Segurança Nacional por meio da coordenação, coleta e avaliação de informações e contra informações. Seus agentes “[...] produziam relatórios com informações e avaliações sobre o governo e o setor público em geral [...] e os relatórios psicossociais, que analisavam o comportamento dos principais agentes e instituições da sociedade” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 275). A unidade de inteligência da DPF integrava o Sistema Nacional de Informações (SISNI), assim como o SNI e outros setores de informação do governo (Brasil, 2023; Ishaq; Franco; Sousa, 2012).

Consta na lista da Administração Geral da DCDP, um ofício do diretor-geral da DPF, Raul Lopes Munhoz, ao chefe do SNI, [Emílio Garrastazu Médici], solicitando sua interferência “[...] junto aos órgãos a fim de que as liminares não liberem os espetáculos pornográficos e subversivos proibidos pela Censura”²⁰.

4.1 Os Censores Federais

A proibição ou permissão da circulação e venda das obras bibliográficas, concentrada na DCDP a tornou o órgão responsável pelo recebimento dos materiais enviados pelas editoras, ou pelas SCDPs, para analisar e dar um parecer, indicando a liberação ou a interdição da publicação, conforme as leis vigentes. Os responsáveis pela avaliação e apreciação iniciais eram os censores.

Stephanou (2001, p. 247, grifo nosso) aponta o censor como

[...] aquele que **por ordem do governo examina obras literárias** e científicas, emitindo seu parecer sobre elas; sua ocupação é analisar e criticar as ações dos

Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Subsérie Comunicações e Solicitações. **Ofício n. 2122/77-SCDP, encaminhando correspondência sobre as telenovelas transmitidas entre os horários de 19 a 21 horas.** Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.102. São Paulo, 20/04/1977. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Subsérie Comunicações e Solicitações. **Ofício n. 24/80-SCDP/SE, enviando relatório das atividades do mês de março de 1980. Aracaju, 05/04/1980.** Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.184.

²⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Subsérie Comunicações e Solicitações. **Ofício n. 382/68-SCDP, solicitando do SNI que interfira junto aos órgãos a fim de que as liminares não liberem os espetáculos pornográficos e subversivos proibidos pela Censura Federal.** Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.10. S/I, 09/10/1968.

demais. Sua origem está nos magistrados romanos [...] no ano de 443 c.C. [...] Suas atribuições eram **velar pelos costumes, vigiar a moral**, organizar o censo.

Na Ditadura Militar o ofício de censor era um cargo do Serviço Público Federal e constava na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 1994, sendo mantido em 2002 apenas para efeito de série histórica, mas já havendo sido extinto (Brasil, 2010). No antigo site do Ministério do Trabalho e Emprego²¹ (Brasil, [20--]), sua descrição era resumida como aquele que

coordena, orienta e executa os trabalhos de censura de diversões públicas e de anúncios e propaganda de qualquer natureza, procedendo a estudos e exames prévios das respectivas programações, para fazer cumprir as leis, decretos e disposições regulamentares em vigor.

A descrição do cargo era também detalhada, onde o munido do cargo:

- desenvolve estudos relacionados com as atividades de censura e diversões públicas, colhendo e analisando dados e resultados da aplicação da censura a fim de contribuir para o estabelecimento de novos métodos e técnicas na área de sua especialização;
- efetua o exame prévio de qualquer programação relativa aos espetáculos de diversões públicas, inclusive textos de canto ou recitação destinados à gravação de discos, procedendo a leituras e análises à luz das normas em vigor, para identificar eventuais transgressões, efetuar os cortes necessários, liberar a programação ou vetá-la, quando for o caso;
- executa censura prévia de películas cinematográficas e peças teatrais, textos de livros, revistas e outras publicações, e textos de radiodifusão, assistindo a exibições especiais ou efetuando leituras e análises críticas da matéria, propondo alterações e cortes ou proibições da divulgação, para atender às exigências legais;
- procede ao exame prévio de anúncios e propagandas de qualquer natureza, levando em consideração as disposições legais vigentes, para interditá-los ou liberá-los.

A princípio, esse profissional era designado de Censor Federal, cuja qualificação exigida era o curso colegial (Brasil, 1964). Em 1968, porém, a denominação foi alterada para Técnico de Censura, e sua qualificação passou também a incluir obrigatoriedade de formação acadêmica de nível superior nos cursos de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia, para o provimento do cargo. Além disso, os candidatos deveriam estar na faixa etária entre 21 e 35 anos, possuir idoneidade moral, e ser aprovado no exame psicotécnico²² (Brasil, 1968; Brasil, 1984).

Para a composição do quadro de pessoal na década de meados de 1965 e 1970, servidores de outras “repartições e ministérios” foram alocados na SCDP, visto que muitos não queriam sair de suas cidades, integrando às atividades “[...] censores improvisados e desqualificados” (Stephanou, 2001, 245), o que gerava alguns erros nas

²¹ A informação não consta mais no site após sua atualização.

²² Em 1976, 14 censores não passaram no exame e foram dispensados.

análises, demandando habilitação dos funcionários para desempenhar a atribuição. A partir de 1974 se iniciaram os concursos públicos para o provimento do cargo de Técnico de Censura. No total houve seis concursos, sendo o último no ano de 1985 (Memórias da Ditadura, [20–]).

Percebe-se uma busca pela qualificação dos “intelectuais da Polícia Federal” (Simões, 1999, p. 89 *apud* Stephanou, 2001, p. 246) e, conseqüentemente, de seus serviços, com as formações continuadas que se iniciaram em 1966 e a exigência de nível superior em áreas específicas para o exercício do cargo. A intelectualização dos censores deveria também acompanhar a erudição utilizada como recurso por parte dos artistas, de maneira ludibriadora, sendo cada vez mais necessário que os censores estivessem preparados para executarem as análises artísticas (Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos, [200?]).

Cassandra Rios, julgada e presa ainda no Estado Novo, afirma ter criado diversos pseudônimos estrangeiros que traduzidos significavam “Rio”, parte de seu nome, como *Stroms* (alemão), *Rivières* (francês), *Rivers* (inglês), para publicar suas obras, evitando ou reduzindo a perseguição da Censura. A autora era considerada “a mais censurada do Brasil”, com grande parte de suas obras se tornando proibidas por serem consideradas pornográficas, além de ter sido também perseguida por ser homossexual (Cassandra [...], 2013, 46 min 36 seg).

A prova de seleção dos censores contava com as disciplinas de língua portuguesa, filosofia e cultura brasileira (Brasil, 1984), o que demonstrava interesse em desenvolver a intelectualidade dos Censores Federais.

Na disciplina de língua portuguesa, eram exigidas interpretação de texto e gramática, e constavam autores como Massaud Moisés, Antonio Soares Amora e Aurélio Buarque de Holanda; em filosofia, era exigido conhecimento em cultura humana, arte, religião, moral, direito e justiça, estrutura social e política, com autores como Adolfo Sánchez Vasques, editado pela Civilização Brasileira; na cultura brasileira, os assuntos tratavam da organização social e política do Brasil, e dos aspectos gerais da literatura, cinema, teatro e televisão nacionais, com nomes em sua bibliografia como Antonio Candido, Alfredo Bosi e Manuel Diegues Júnior (Brasil, 1984).

Após aprovação, os concursados deveriam realizar o *Curso de Formação Profissional de Censor*, que se propunha a “Formar o aluno, aprovado em concurso

público, para desempenhar o cargo de Censor Federal, em atividades de nível superior, envolvendo execução de censura prévia em espetáculos de diversões públicas²³”.

O curso tinha como objetivos específicos preparar o concursado para:

- a) efetuar o exame prévio de qualquer programação relativa aos espetáculos de diversões públicas, inclusive texto de canto ou recitação destinados à gravação de discos;
- b) executar censura prévia de películas cinematográficas e peças teatrais;
- c) proceder ao exame prévio de anúncios e propagandas de diversões públicas;
- d) executar demais atividades relacionadas com a censura de diversões públicas²⁴.

Além disso, integrava sua grade curricular:

- as Matérias de formação (eliminatórias): Análise Estrutural da Narrativa (AEN), Comunicação Social (CS), **Cultura Brasileira (CB)**, **Legislação Censória (LC)**, Lógica (L), Reação Oficial (RO), Técnica de Censura de Cinema (TCC), Técnica de Censura de Letras Musicais (TCLM), Técnica de Censura de Teatro (TCT) e Técnica de Censura de Televisão e Rádio (TCTR);
- as Matérias complementares (sem caráter eliminatório): Adestramento Físico (AF), Armamento e Tiro (AT), **Fiscalização Censória (FC)**, Polícia Política e Social (PPS), Regime Jurídico, Organização e Competência do DPF (RJ), **Segurança Nacional (SN)**²⁵.

Apesar de já ser início da década de 1980, quando se visualizava uma abertura lenta e gradual do período ditatorial para o democrático, percebemos o órgão censor ainda bem sistematizado e sedimentado com a aplicação desses instrumentos.

Desperta atenção o fato de que não há no curso ou preparo específico para o exame de publicações bibliográficas, mesmo já havendo leis e decretos que versavam sobre esses materiais e seu controle ter sido intenso na década de 70.

A formação dos censores também teve como tema a segurança nacional, no decorrer de um curso, em 1965, com uma disciplina intitulada “Democracia e Segurança Nacional”. A disciplina alertava sobre os meios utilizados pelos comunistas para infiltrarem sua doutrina democrática de maneira sutil, e advertia ao censor ficar atento a expressões de violência, desmantelamento de crenças religiosas, destruição de família e

²³ Documento encaminhado pelo Arquivo Nacional por e-mail em 1 de julho de 2022: DCDP_Orientação Cursos, 1985, f. 52.

²⁴ Documento encaminhado pelo Arquivo Nacional por e-mail em 1 de julho de 2022: DCDP_Orientação Cursos, 1985, f. 52-53.

²⁵ *Id.*, f. 57-58, grifo nosso.

casamento, dentre outras ideias que estivessem sendo transmitidas internamente com fins à propaganda comunista (Simões, 1999 *apud* Stephanou, 2001).

Outra maneira de se tornar Técnico de Censura era por meio de transposição de cargo, para o qual também se mostrava necessário passar por processo seletivo. Em consonância com o *Programa para a prova de transposição para a categoria de funcional de Técnico de Censura do Departamento de Polícia Federal*, do ano de 1984, a prova contava com questões sobre:

1. Legislação pertinente à atividade de censura de diversões públicas.
 - 1.1 Textos legais referentes:
 - a) Teatro
 - b) Rádio
 - c) Cinema
 - d) Televisão
 - e) Congêneres
 2. Legislação básica:
 - a) Constituição
 - b) **Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968 [cria o CSC e institui o Técnico de Censura com a obrigatoriedade de cursos específicos de nível superior]**
 - c) Lei nº 5.675, de 12 de julho de 1971 [Institui o Código de Menores]
 - d) **Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946 [Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública]**
 - e) Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961 [Regula os programas de teatro e diversões públicas através do rádio e da televisão, o funcionamento de alto-falantes, e dá outras providências]
 - f) Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962 [Revoga o Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961, que regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão e institui novas normas que passarão a regular a mesma matéria]
 - g) Decreto-Lei nº 43, de [3] de março de 1969 [Dispõe sobre escrituração e livros mercantis e dá outras providências]
 - h) **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970 [aprova a censura prévia a livros]**
 - i) **Decreto nº 70.665, de 2 de junho de 1972 [cria a DCDP] (Autoritarismo e Resistência, [201-], grifo nosso).**

As legislações h), i), b) e f), tiveram alguns de seus artigos discriminados no decorrer do documento, dando destaque para práticas e pontos, em particular na legislação mais utilizada, o Decreto-Lei n.º 1.077/70, como: apreensão, bons costumes, busca, censura (a livros e periódicos), incineração, interdição, moral, penalidades, proibição.

Como havia servidores exercendo o cargo de censor que não se encaixavam na nova exigência para provimento do cargo, estes participaram de um *Curso de Treinamento do Censor Federal*, ocorrido na Academia Nacional de Polícia (ANP). O curso possuía nível universitário e foi ministrado por professores da Universidade de Brasília (UNB), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG)²⁶. Em seu currículo estavam presentes disciplinas como Literatura Brasileira e Segurança Nacional, dentre outras, que em sua grande maioria discutiam sobre a sociedade e artes²⁷.

Dessa forma, após a formação no curso se encontravam, conforme a lei, aptos para compor o quadro de Técnico de Censura, não mais o antigo cargo Censor Federal, exigindo-se a regularização destes servidores no SCDP de Brasília²⁸.

O ofício menciona ainda a necessidade de concurso público para suprir a carência do cargo, mas que esbarra na legislação, Decreto-Lei n.º 200, de 25 de janeiro de 1967²⁹, a qual impede a abertura de concurso antes de se fazer uma redistribuição de pessoal caso haja servidor com a qualificação necessária.

Para auxiliar nas avaliações cujos censores tivessem dúvida em liberar ou vetar, criou-se o Conselho Superior de Censura (CSC), também subordinado ao Ministério da Justiça, pela Lei n.º 5.536, de 21 de novembro de 1968 (Brasil, 1968). Não havendo unanimidade na decisão do Conselho, caberia então recurso ao Ministro da Justiça (Stephanou, 2001). Apesar da data de criação, seu funcionamento se iniciou apenas em 1979 (Kushnir, 2012).

Integravam o CSC quinze representantes de diversos órgãos e classes, sendo estes: o Ministério da Justiça, Conselho Federal de Cultura, o Conselho Federal de Educação, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Cinema, a Academia Brasileira de Letras, a Associação Brasileira de Imprensa, dentre outros líderes de entidades culturais (teatro, cinema) e comunicacionais (imprensa, radiodifusão).

Fagundes ([1975?]) destaca ser curioso não haver participação de representante do Departamento de Polícia Federal ou da Censura. Acreditamos que os agentes concluíram não ser necessária essa participação, visto que até chegar nessa instância o processo administrativo já haveria passado pelos representantes da Censura, tendo eles então já documentado suas interpretações e diagnósticos, como veremos em análise mais à frente.

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Correspondência Oficial/Ofício de Comunicação. **Ofício (cópia) n. 442/69, sobre a carência de censores diante do volume de trabalho na SCDP**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.527. S/1, 18/08/1969.

²⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Correspondência Oficial/Ofício de Comunicação. **Ofício (cópia) n. 442/69, sobre a carência de censores diante do volume de trabalho na SCDP**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.527. S/1, 18/08/1969.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.

A Lei n.º 5.536/68 determinava, no Art. 17, ser competência do CSC

[...] rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, preferidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça (Brasil, 1968).

Na seção seguinte, veremos a análise de alguns títulos que fazem parte da Seção Censura Prévia, Série Publicações. Pretendemos demonstrar como eram realizados os processos censórios, identificando parte das autoridades que se envolviam e manifestavam suas opiniões, e as legislações mencionadas como fundamento para suas considerações, até a efetivação da proibição ou liberação da publicação.

4.2 Análise de processos censórios a livros da Série Censura Prévia

Da lista elaborada pelo Arquivo Nacional com os pareceres avulsos da DCDP, entre vetados e liberados, constam:

TABELA 1 – Lista de publicações analisadas pelos censores de acordo com ano e parecer.

MATERIAL	TOTAL DE PARECERES	ANO	VETADO	LIBERADO	SEM PARECER
Livros	532	1966	*	*	1
		1968	*	*	1
		1969	*	*	1
		1970	7	19	*
		1971	*	5	*
		1972	2	9	7
		1973	4	6	1
		1974	10	9	3
		1975	110	23	4
		1976	60	38	2
		1977	28	18	5
		1978	64	24	*
		1979	42	6	6
		1981	3	*	*
		1982	*	*	3
		Sem identificação de ano	*	4	7
Revistas	132	1970	1	*	*
		1972	3	2	*
		1973	*	1	*
		1974	3	*	*

MATERIAL	TOTAL DE PARECERES	ANO	VETADO	LIBERADO	SEM PARECER
Revistas	132	1975	2	12	*
		1976	2	37	3
		1977	6	7	1
		1978	4	5	*
		1979	1	1	*
		1980	14	*	1
		1981	18	4	*
		1982	3	*	*
		1988	1	*	*
Jornais	8	1976	1	*	*
		1978	1	*	*
		1979	*	*	1
		1980	*	*	2
		1981	*	*	3
Ofício	1	1981	*	*	1
Total	673	*	390	230	53

Fonte: Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Publicações/Arquivo Nacional de Brasília.

Conforme a tabela, notamos que o maior número de vetos à matérias – incluindo os livros – foi do ano de 1975 a 1979, cujo Ministro da Justiça era Armando Falcão. Em relação às liberações, elas também se concentraram mais nesse período, mais especificamente entre os anos de 1975 a 1978, com uma representatividade numérica também em 1970 e 1976.

Dentre os 532 livros avaliados pela DCDP, foram 330 vetados, 161 liberados e 41 não contam com os pareceres. Esses números, equivalem, em porcentagem, a 62,03% de vetados, 30,26% de liberados e 7,71% sem os pareceres.

Acessamos três pareceres de Técnicos de Censura dos anos de 1974 e 1975, com análises de servidores diferentes, assim como toda a documentação envolvida no processo do exame das obras³⁰. Apesar de se tratar de “censura prévia”, ou seja, onde as obras deveriam nem ter circulado pois o veto deveria ter sido deliberado antes da publicização delas, em todos os casos os livros foram verificados já estando em circulação, e passaram pela Censura para apreciação de sua nocividade social, posteriormente.

³⁰ É possível que outros documentos que integravam esses processos tenham sido destruídos antes da coleta por parte do Arquivo Nacional.

As obras examinadas³¹ foram: *Emmanuelle*, *Emmanuelle – A virgem*³², *Emmanuelle – A antvirgem* (volume 2 da obra anterior)³³ e *Novelas da Erosfera*³⁴, todas de Emmanuelle Arsan. O primeiro título, com exemplar de 1974 (editora Nova Época) e outro de 1975 (editora Artenova); o segundo de 1975 (editora Artenova) e o terceiro de 1974 e 1979 (ambos da Artenova).

No primeiro processo, do livro *Emmanuelle*, o chefe da SCDP–SR–GB³⁵, Wilson de Queiroz Garcia, encaminha um exemplar da obra juntamente com ofício e o parecer do Técnico de Censura José Vieira Madeira, onde esclarece atuar a circulação da obra como divulgação da sua produção cinematográfica lançada, e ser esta atentatória à moral e bons costumes e, portanto, contrárias ao Decreto-Lei n.º 1.077/70. O documento está sendo enviado para o chefe da DCDP, com finalidade de que o repassem ao Ministro da Justiça para as providências do que consta no Art. 3º do referido decreto, solicitando ainda serem os censores do SCDP alertados sobre a adaptação cinematográfica da obra.

O Técnico de Censura descreve a obra de maneira sucinta como “[...] autobiográfico, [que] descreve a caminhada erótica de uma jovem francesa pela sociedade de Bangcoc”, ao que prossegue informando se tratar de um romance que vendeu mais de 1 milhão de exemplares e que “[...] mistura as descrições de sua vida íntima com filosofia, procurando dar uma conotação mais séria ao seu trabalho. Todavia o erotismo se acentua nas descrições de cenas e atos sexuais, mostrando a permissividade de uma sociedade”. Ele defende que se deve verificar se a obra já passou por exame censor antes da proibição, sugerindo que ela pode vir a ser liberada para venda ao público maior de idade.

O diretor-geral da DPF, Moacyr Coelho, em nome da DCDP, encaminha ofício com as obras para consideração do ministro Armando Falcão, “[...] visto que na

³¹ Escolhemos essas três pois um título possui 2 volumes e o outro título mais de um parecer na lista, para verificarmos possíveis diferenças de descrição e decisão. A primeira obra conta com um processo com 26 folhas, a segunda obra com processo de 18 folhas, e a terceira com o primeiro processo com 13 folhas e o segundo com 8 folhas. Ambos possuem análise de outros livros no processo.

³² ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Censura Prévia, Série Publicações. **Parecer do livro *Emmanuelle*, de Emmanuelle Arsan**. Localização: BR DFANBSB NS.CPR.PUB.084. 1974 e 1975.

³³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Seção Censura Prévia, Série Publicações. **Parecer do livro *Emmanuelle – A antvirgem*, de Emmanuelle Arsan**. Localização: BR DFANBSB NS.CPR.PUB.092. 1975.

³⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Seção Censura Prévia, Série Publicações. **Parecer do livro *Novelas da Erosfera*, de Emmanuelle Arsan**. Localização: BR DFANBSB NS.CPR.PUB.089. 1975. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Seção Censura Prévia, Série Publicações. **Parecer do livro *Novelas da Erosfera*, de Emmanuelle Arsan**. Localização: BR DFANBSB NS.CPR.PUB.100. 1979.

³⁵ Serviço de Censura de Diversões Públicas - Superintendência Regional – Guanabara.

verificação feita se constatou a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, conforme pareceres³⁶ cujas cópias seguem em anexo”.

Por sua vez, o chefe de gabinete, Alberto Rocha, encaminha documento ao Ministro da Justiça onde argumenta que “nas mãos de ingênuos, se os houver, ou de pessoas propensas a se deixarem convencer por esse tipo de literatura, é uma justificativa “filosófica” do erotismo e até da promiscuidade”. Em sua análise, menciona que não se opõe ao que foi determinado pelo censor, contudo, recomenda que caso haja concordância, o documento seja repassado à Consultoria Jurídica para dar legalidade à decisão ministerial. Com a concordância da recomendação, o ministro encaminha o processo ao consultor.

Passando então pelas mãos e leitura do consultor jurídico, Ronaldo Rebello de Britto Poletti, este se pronunciou afirmando ter concluído “[...] que todos eles³⁷ são contrários à moral e aos bons costumes, o que importa dizer que a sua divulgação afronta tanto a Constituição como a legislação vigente”. Ressalta ainda “[...] que os livros já circularam produzindo parte considerável de seus efeitos” e que

Além disso, é mister que o órgão policial encarregado de executar a medida, se determinada, cuide de **fazê-lo de maneira a evitar que, cessado o impacto da proibição, voltem os livros a ser vendidos**, sem qualquer embaraço, como tem acontecido em relação a outras obras proibidas pelo mesmo motivo³⁸.

Finaliza sugerindo que o Ministério Público seja comunicado para que haja apuração da responsabilidade criminal conforme a lei penal.

Armando Falcão aprova o parecer e, em 13 de janeiro de 1975, proíbe a publicação e circulação em todo território nacional, bem como a apreensão dos exemplares à venda, “[...] por exteriorizar matéria contrária à moral e aos bons costumes”, amparado no § 8º do Art. 153 da Constituição Federal, e no Art. 3º do Decreto-Lei n.º 1.077/70.

O processo conta ainda com um ofício encaminhado pelo diretor da DCDP, Rogério Nunes, à editora publicadora do livro, Artenova, para apuração de responsabilidade criminal, anexados pareceres do consultor jurídico e da aprovação do Ministro da Justiça, constando a obra como atentatória à moral e aos bons costumes.

Observamos que apesar de os Censores Federais serem os responsáveis pela análise da obra em primeira instância, sua deliberação poderia não ser aceita, principalmente quando houvesse discordância de instâncias superiores.

³⁶ O processo não trata apenas do livro *Emmanuelle*, mas também de outra obra apreendida para análise: *Um caso de sexo especial* de D. M. Perkins. Por isso se refere no plural em seu parecer.

³⁷ Se aplica o mesmo da nota 24.

³⁸ Grifo nosso.

O exposto corrobora com a afirmação da censora Marina de Almeida Brum Duarte, de que se nada fosse alterado na publicação ela “perderia o emprego”. Apesar da briga entre censores e artistas, os cartunistas Ziraldo e Jaguar ficaram amigos da Técnica de Censura para quem deveriam expor suas publicações antes de comercializá-las, mas, apesar de possuir a responsabilidade do parecer, ela não seria a única a avaliar a obra, de maneira que sua autonomia era limitada (Cordeiro, 2006).

Todo o processo teve início em 01 de novembro de 1974, com o parecer do Técnico de Censura, e finalizou em 16 de janeiro, com o ofício da DCDP à Artenova.

Há no processo matéria do Jornal Estado de Minas, que informa ainda a existência de exemplares da obra proibida nas livrarias, a qual teve suas vendas impulsionadas após a proibição³⁹. A censora Lacir, provavelmente da SCDP–SR–MG, afirma estarem aguardando determinações de Brasília para a apreensão os livros.

Apesar do veto por parte do ministro, livros censurados ainda eram expostos e vendidos em livrarias o que atesta que em alguns casos a execução do que havia sido determinado era falha, ou era uma forma de os censores que porventura discordavam da deliberação manterem a obra pública.

No segundo processo, de *Emmanuelle – A antvirgem*, sobre o volume 1 (já antes mencionado), ao contrário do ocorrido no estado de Minas Gerais, logo após a deliberação do ministro, o chefe da SCDP–SR–GB executou a apreensão dos exemplares do título em distribuidoras e livrarias da cidade, procedendo com buscas pelos Fiscais de Censura. Na oportunidade, encontraram também o volume 2 da obra, *Emmanuelle – A antvirgem*, procedendo o envio desta para a apreciação da DCDP, sendo também proibida pelo Técnico de Censura Antonio Gomes Ferreira. A conclusão foi embasada nas alíneas a), c), d), f) e g) do Decreto n.º 20.493/46, Art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.077/70, e Portaria 209/73⁴⁰.

Na análise de Antonio Ferreira, o livro expõe “filosofia erótica anárquica”, sendo

[...] mais que pornográfico e licencioso, é totalmente subversivo, no verdadeiro sentido da palavra, visto defender, exemplificando, induzindo, excitando, descrevendo, realizando todos os coito [*sic*] possíveis com um e vários de ambos os sexos, privada e publicamente, como se se tratasse de religião, meio de assublimar-se e atingir a perfeição...

Enquanto a análise do volume 1 é breve e concisa, e põe dúvida quanto ao veto total à publicação, a do volume 2 não poupa descrição conceitual e ainda relaciona

³⁹ Comprovação dessa atratividade é que as editoras se utilizavam do *slogan* “A autora mais proibida do Brasil” nas capas de algumas obras de Cassandra Rios para vender mais obras.

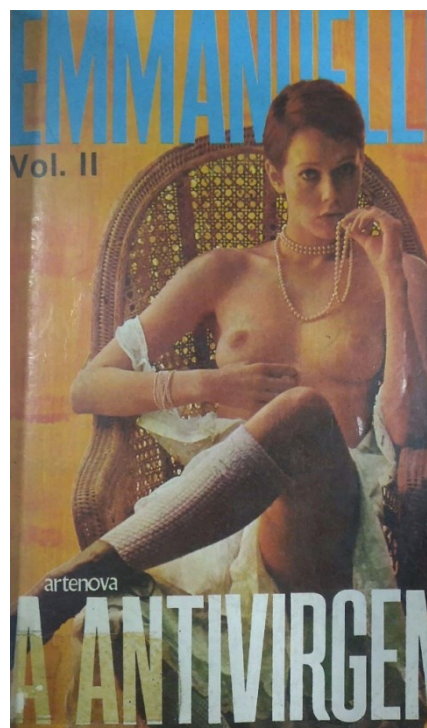
⁴⁰ Não identificamos do que trata essa Portaria.

“resumidamente” a pauta do livro, despertando mais um possível interesse e curiosidade que repulsa (a depender de quem a lesse), quase que uma sinopse da obra, e é categórica quanto à nocividade social da publicação. Estruturalmente, o segundo conta com duas divisões: análise e conclusão.

Não consta no processo a determinação do Ministro da Justiça, apenas o ofício enviado pelo diretor-geral da DPF à DCDP, propondo a proibição da obra pelo Decreto-Lei n.º 1.077/70, atestada a ofensa à moral e aos bons costumes.

Os documentos tramitaram em janeiro de 1975.

FOTOGRAFIA 1 – Fotos das capas de *Emmanuelle – A virgem* e *Emmanuelle – A antivirgem*, ambos de 1974.



Fonte: Seção de Obras Gerais/FBN.

No primeiro processo, referente ao livro *Novelas da Erosfera*, o parecer do Técnico de Censura Augusto da Costa divide-se em argumento, mensagem e conclusão. No argumento, ele descreve o livro com certa riqueza de detalhes, apresenta a obra como “negativa, desde que os temas abordados não são levados pela inspiração, por estado de alma, mas unicamente pelo seu sentido pornográfico onde a sodomia, homossexualidade, lesbianismo e adultério são constantes”, e como conclusão, ele opina pela proibição da publicação e exteriorização do livro, por conter matéria infringente ao posto no Art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.077/70.

Pouco menos de um mês após a elaboração do documento mencionado no parágrafo anterior, o diretor-geral da DPF encaminha ofício ao MJ com o parecer do Técnico de Censura, onde aponta estar a obra sujeita à medida prevista no Art. 3º do Decreto-Lei acima citado. Ele enfatiza que

Nesta hora em que **o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira**, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente, de acordo com o que preceitua o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras do gênero⁴¹.

Em relação ao documento referenciado do diretor-geral da DPF, o ministro Armando Falcão ordena que providências sejam tomadas. Na sequência, o chefe de gabinete informa ao MJ ter consultado a casa publicadora da obra, juntamente com o responsável pela DPF, ao que a editora esclarece ser a obra de abril de 1975 e possuir ainda 681 exemplares, os quais já havia bloqueado para venda e solicitado recolhimento dos que estivessem em distribuidora.

Ainda assim, consta um ofício encaminhado por Rogério Nunes, diretor-geral da DCDP, à editora Artenova, informando sobre a proibição do livro, mas que por se apresentar esgotada não foi emitido ato proibitório. Requer então que sejam recolhidas as obras ainda existentes para evitar exposição e venda.

O primeiro documento do processo é do início de novembro de 1975 e o último de janeiro de 1976.

O segundo processo da obra, relativo ao ano de 1979, inicia-se com o encaminhamento de ofício de Humberto Luiz de Souza, Técnico de Censura da SCDP–SR–DPF–RS, ao chefe do seu SCDP, João Bispo da Hora, no qual afirma a realização do exame censório, como por ele determinado. Não há informação do motivo da nova avaliação sobre o livro.

Humberto Souza constata na obra “conteúdo afrodisíaco” com preparação para “relações anormais”. Enumera as páginas onde contém desvios sexuais e considera o livro “[...] nocivo a [sic] formação do jovem e repugnante ao padrão ético da maioria do nosso povo”, opinando também pela proibição em função do mesmo decreto do parecer anterior.

O chefe do SCDP encaminha então ofício com o relatório do Técnico de Censura com um exemplar da obra, para o chefe da DCDP, ao qual aguarda homologação da proibição ou o retorno da obra para ser devolvida à livraria.

⁴¹ Grifo nosso.

É possível que a obra estivesse ainda circulando, pois, apesar de ter sido vista como prejudicial em 1975, não foi emitido ato de proibição por estar, à época, esgotada. Desta forma, a obra deve ter sido reeditada ou exemplares que estavam clandestinos foram devolvidos para comercialização.

É então emitido um parecer pelo Técnico de Censura Tabajara Fabiano de Santana Ramos, da DCDP, o qual é dividido em relato, avaliação e conclusão. No relato, além de extremamente sucinta, a redação chega a ser de linguagem rebuscada e de difícil entendimento: “Com supina⁴² solércia⁴³ são projetados sofismas⁴⁴ contra princípios básicos da família brasileira”.

A linguagem rebuscada permanece na avaliação, onde a construção da descrição da obra se dá de maneira quase que literária, com fragmentos como o seguinte, o qual enfatiza que

O enfocado [livro] visa enlanguescer o embasamento em que [...] se assentam os valores morais da nossa sociedade. Não deixa de ser, no entanto, um gigante de pés de barro tendo seus alicerces no terreno traiçoeiro das areias movediças do inverossímil, ao lado de possíveis realidades inaceitáveis pelo consuetudinário e pelas leis escritas de nossa gente.

Apesar do requinte literário ao qual atesta compor-se a obra de “apuro poético e literário”, o parecer defende que essa linguagem conduz o leitor à “ruminação mental” a respeito de práticas sexuais tais quais “*copula per ore*” [sexo oral], “*copula per anum*” [sexo anal], tribadismo [prática lésbica], pigmalionismo [atração sexual por estátuas], masturbação por outrem, e infidelidade conjugal.

Tabajara Ramos sustenta o relatório do Técnico de Censura da SCDP-RS e conclui sugerindo da mesma forma a proibição da circulação “*ex vi*” [consoante o disposto] no Art. 2º da Lei n.º 5.250/67, o Art. 153, § 8º, “*in fine*” [no fim] da Constituição e Art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.077/70.

O assistente da DCDP solicita que ocorra a proibição e a apreensão da obra, fundamentadas nos pareceres censórios, apesar de não listar o título das obras proibidas. Há o envio de ofício por parte da DCDP à editora Artenova questionando a presença de exemplares à venda e o ano da publicação. A esses questionamentos, a editora respondeu

⁴² “Demasiado, excessivo [...]”. SUPINO. In: HOLLANDA, A. B. Dicionário *online* de português. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/supino/>. Acesso em: 11 set. 2023.

⁴³ “[...] astúcia [...] esperteza”. SOLÉRCIA. In: HOLLANDA, A. B. de. Dicionário *online* de português. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/solercia/>. Acesso em: 11 set. 2023.

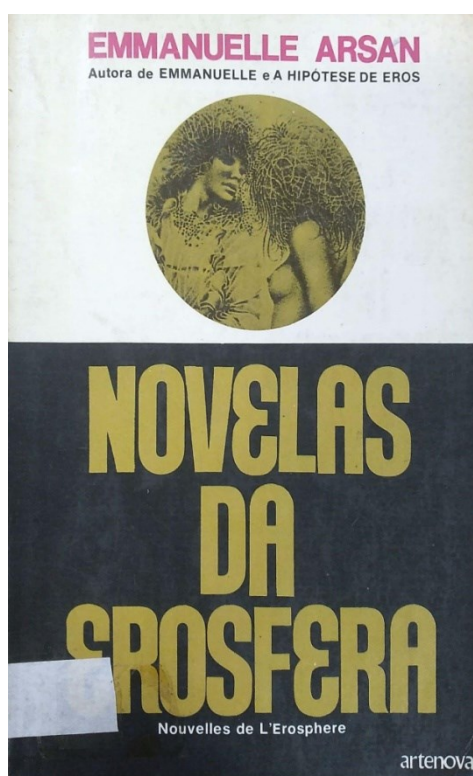
⁴⁴ “Argumento ardiloso, aparentemente correto, que pretende induzir o erro, enganar [...]”. SOFISMA. In: HOLLANDA, A. B. de. Dicionário *online* de português. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sofisma/>. Acesso em: 11 set. 2023.

ser a primeira edição de 1975 e não possuir mais exemplares dos 5 mil impressos, uma vez que todos estavam esgotados no início de 1978, sem reedição.

O primeiro documento do processo é de janeiro de 1979 e o último de fevereiro de 1979.

É perceptível uma avaliação mais minuciosa e estruturada por parte dos censores nos pareceres de 1975 e 1979, provavelmente pelas habilitações e formações que eles estariam obtendo e pela exigência de qualificação superior, intensificando a atuação intelectual na elaboração desses documentos⁴⁵.

FOTOGRAFIA 2 – Foto da capa de *Novelas da Erosfera* (1975).



Fonte: Seção de Obras Gerais/FBN.

Nos pareceres examinados não há menção da participação do Conselho Superior de Censura, Fagundes ([1975?]) afirma, em seu livro que foi publicado por volta de 1975, que ainda não havia sido designado ou regulamentado o CSC, não estando ainda em funcionamento. Kushnir (2004, p. 113) assegura que o CSC estava recém-instalado em 1980⁴⁶, e que teve “pouca duração”. Dessa forma, justifica-se a ausência, visto que caberia

⁴⁵ Estamos afirmando tendo como base os pareceres analisados, contudo, para fins de comprovação seria interessante acessar outros pareceres que pudessem corroborar ou contradizer o observado.

⁴⁶ Corroborar com a informação anterior, de que o CSC iniciou suas atividades em 1979.

a eles uma decisão em dúvida censória, como a que ocorreu por parte do Técnico de Censura José Vieira Madeira.

O tempo de consumação de exame da obra à formalização legal de veto ou concessão variava, pois eram recorrentes as reclamações de número insuficiente de servidores⁴⁷. Deve-se levar em consideração também o tempo gasto para a leitura de um livro e ainda a existência de outras produções artísticas para serem examinadas.

Com as análises e conclusões dos Técnicos de Censura nos pareceres acessados, assim como de outros integrantes do aparato censor que corroboram com as apreciações, constatamos o foco na manutenção da moralidade e dos costumes, envolvendo de maneira direta as relações sexuais.

O corrompimento da juventude era receio do governo que julgava que a aproximação com obras que tratassem de hábitos alternativos de vida como o sexo sem vinculação emocional, famílias desestruturadas, relações homossexuais ou consumo de drogas (lícita ou ilícitas) poderia despertar ações afins e assim causar dano social, interferindo no coletivo.

Na década de 1970 houve uma grande produção de obras bibliográficas, principalmente com representações eróticas/pornográficas, em decorrência da revolução de costumes. Eram comuns palavrões e cenas que escandalizavam e representavam o oposto ao ditado pela sociedade conservadora e o governo em vigor, de maneira que esse “*boom* literário erótico” (Marcelino, 2011; Durigan, 1985) passou então a ter a atenção da Censura.

O texto erótico se apresenta como um fato cultural e, portanto, sofre variações a depender “[...] da época, dos valores, dos grupos sociais, das particularidades do escritor, das características da cultura em que foi elaborada” (Durigan, 1985, p. 7). A utilização do erotismo em manifestações culturais, e sua prática, assim como de outras menos comuns e mais acentuadas, eram impróprias e inaceitáveis, como fica claro nos pareceres censórios.

⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Relatório de atividades da SDR/RN – dezembro de 1967**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.02. 16/01/1968. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Ofício no 532/69 – SCDP – Relatório de atividades**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.03. 21/11/1969. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Relatório de atividades anual de 1972 – DCDP Brasília**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.05. 15/12/1972. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Seção Administração Geral. Série Relatórios de Atividades. **Relatório anual de 1981**. Localização: BR AN,BSB NS.AGR.RAT.14. 29/01/1982.

A palavra “erótico” deriva etimologicamente de *erótikós* (relativo ao amor), do deus do amor *Eros*, e a definição de “erotismo”, da junção de *ert(o)* + *ismo* (Durigan, 1985, p. 30), como o “Que se refere ao amor sexual; lúbrico, lascivo” (Erótico, c2023).

A formação dos jovens era de interesse do Estado e para tal o indivíduo não deveria ter contato com cenas de violência extrema que lhe causasse angústia, ou com “problemas” sexuais ainda despreparado, pois poderiam lhe causar interesse em perversões. Esses, dentre outros cenários, poderiam afetar os indivíduos negativamente “[...] intelectual, psíquica, moral, religiosa ou cívica[mente]” (Fagundes, [1975?]).

O diretor-geral da DPF ou o diretor da DCDP, poderia suspender qualquer Certificado de Censura, mesmo depois de aprovado, se houvesse motivos justificados por interesse nacional ou infração legal. Os prazos variavam para os diversos tipos de expressões artísticas, para manifestação literária, ele poderia ser de até 5 anos (Fagundes, [1975?]).

A censura prévia teve fim em 1979 (Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos, [200?]), e a DCDP foi extinta em virtude da promulgação da nova Constituição Federativa, em 1988, sendo substituída pelo Departamento de Justiça e Classificação. O cargo de Técnico de Censura foi extinto em fevereiro de 1989, no entanto, havia cerca de 220 censores ainda ativos, parte destes reaproveitados como delegados e peritos (Reimão, 2011; Kushnir, 2004).

5 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO NACIONAL, MEMÓRIA E ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

A nomenclatura e o entendimento do que é patrimônio foram alterados com o passar dos séculos. Etimologicamente a palavra tem origem no latim *pater*, pai, significando o que o pai deixava para o filho, e *monio* traduzido como “fazer saber, fazer recordar” (Báez, 2006, p. 24). Posteriormente, o termo passou a fazer referência a “[...] bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família ou de uma empresa [...]”, adquirindo caráter coletivo após a Revolução Francesa, no século XVIII (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 12).

A Revolução Francesa ocasionou a inquietação com a preservação dos bens nacionais, de modo que após seu fim houve a preocupação e busca por um novo reconhecimento e valorização das produções humanas artísticas, discutindo meios de salvaguardá-las enquanto representantes da expressão da sua cultura.

Nos séculos XVIII e XIX o patrimônio se associou à nação no processo de representação da nacionalidade, *a priori* na forma de monumentos, edifícios e outras formas de expressão, como objetos antigos, construções modernas ou uma mescla de ambos. Seu surgimento se deu a partir das políticas do estado nacional (Pelegrini; Funari, 2008, p. 28).

O conceito de patrimônio foi se alterando à medida em que abarcava novos elementos, em formatos e materiais diversos, em amplitude regional, nacional ou internacional; material ou imaterial. Esse conceito passou, com o tempo, a se desvincular de obrigatoriamente de um valor financeiro, vinculando-se a características mais identitárias e democráticas, valorizando, assim, os saberes e fazeres em suas diversidades humanas.

A fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 16 de novembro de 1945, teve grande relevância na causa do patrimônio, dedicando-se “[...] a promover, em todo o mundo, a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural considerado de valor excepcional para a humanidade” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]d, tradução nossa).

O patrimônio foi incluído nas legislações dos países no século XIX, abrangendo e salvaguardando essas produções. No Brasil, o primeiro projeto de inclusão do patrimônio se iniciou com a proposta de Mário de Andrade, pelo viés da preservação de

artefatos, elementos e manifestações que representassem o povo, ou seja, enquanto conjunto de expressões vinculados à cultura, arte e memória social. O projeto apresentava

[...] por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes ao *[sic]* poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (Lemos, 2010, p. 38).

Além disso, o projeto elencava oito categorias patrimoniais:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
- 4. Arte histórica;**
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Artes aplicadas nacionais;
8. Artes aplicadas estrangeiras (Lemos, 2010, p. 39, grifo nosso).

Os livros e impressos integravam a “Arte Histórica”. Em consonância com Mário de Andrade, reitera Poulot (2009), que o patrimônio escrito, ou seja, os livros, são entendidos como parte do conjunto patrimonial.

Esse projeto se tornou o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, organizado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), para o qual

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse *[sic]* público, quer por sua **vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil**, quer por seu excepcional **valor** arqueológico ou etnográfico, **bibliográfico** ou artístico (Brasil, 1937, grifo nosso).

Posteriormente, com a extinção do SPHAN, foi instaurado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ativo até os dias atuais, cujos livros e documentos se encontram na lista dos bens de natureza material (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, c2014).

A UNESCO compreende o patrimônio como “[...] o legado que herdamos do passado, com o qual vivemos hoje em dia, e que transmitiremos às gerações futuras. Nosso patrimônio cultural e natural constitui uma fonte insubstituível de vida e de inspiração” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]d, tradução nossa).

A definição de patrimônio é expressa por Cecília Londres (*apud* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. [7]) enquanto “[...] tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar [...] que produzimos com as mãos, as idéias *[sic]* e a fantasia”. Podemos incluir as obras literárias nas duas últimas características indicadas.

5.1 O livro como Patrimônio Bibliográfico

Para além de apenas um objeto gerado, o livro é um instrumento simbólico, como apontado por Durham (1984), e seu significado está no seu uso social. Ele é importante por propiciar um “novo trabalho” através de si, produzindo novas acepções. Para a autora, é esse uso e reuso que identifica um bem como “cultura viva”.

O Patrimônio Bibliográfico, representado por um exemplar ou uma coleção de livros, compõe o conjunto de bens do Patrimônio Cultural ou Patrimônio Histórico-Cultural. O Patrimônio Histórico seria um “complexo de bens históricos”, mas vem sendo incorporado ao conceito de Patrimônio Cultural. A descrição de Patrimônio Cultural é mais abrangente quanto ao seu acervo constituinte, formando-se “[...] pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e identidade desse povo” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 12).

Produções bibliográficas, enquanto produtos intelectuais e manifestação cultural e artística, integram o Patrimônio Cultural. Dessa forma, podem ser entendidas como registro, materialização da identidade de um povo e/ou região em dado íterim, através de seus costumes, vocabulário e temas difundidos.

A Convenção da UNESCO de 1970, designou como culturais

“[...] quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, **a história, a literatura**, a arte ou a ciência [...]” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1972, p. [3], grifo nosso).

Compõem a categoria de interesses artísticos os “[...] **livros**, documentos e publicações **antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc.), isolados ou em coleções**” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1972, p. [3], grifo nosso).

A Constituição de 1967, em vigor durante a Ditadura brasileira, trata apenas da Cultura e não menciona proteção de bens artísticos. Designa em seu Art. 172 que “o amparo à cultura é dever do Estado”, esclarecendo em seu Parágrafo Único que “ficam sob a proteção especial do Poder Público **os documentos, as obras** e os locais de **valor histórico ou artístico**, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (Brasil, 1967a, grifo nosso).

Com a atualização da Constituição Federal em 1988, um artigo sobre Patrimônio Cultural foi incluído, referindo-se “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”, tais como

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados **individualmente ou em conjunto**, portadores de referência à identidade, à ação, à **memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**” (Brasil, [2022], art. 216, grifo nosso).

A atual Constituição mantém a obrigação do Poder Público em promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, acrescentando a participação da comunidade.

Entendemos aqui Patrimônio Bibliográfico como um “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que **veiculam a herança cultural de um povo**” (Faria; Pericão, 2008, p. 565 *apud* Provenzano, 2020, p. 174, grifo nosso). Nessa perspectiva, podemos considerar que as obras literárias produzidas em determinado período sócio-histórico, como as que foram objeto de censura na Ditadura Militar, são retratos da história cultural do país. Por possuírem essa dimensão representativa, compreendemos que adquirem também formato de documento.

Esse conjunto de obras censuradas pode formar uma coleção especial, sendo usufruído como evidência que apresenta e revela condições sociais, comportamentais e psicológicas de seu contexto histórico-temporal compondo, ademais, parte da memória intelectual do país.

Embora o entendimento de Patrimônio Bibliográfico seja mais comum em obras que são identificadas como raras, outros livros podem ser incorporados a essa categoria em consequência de sua relevância social, uma vez que

Muitas vezes, alguns daqueles objetos triviais de todo dia se diferenciam de seus iguais devido ao fato de **terem participado de eventos que se convencionou chamar de históricos**. Passam a ter uma respeitabilidade que os demais não possuem (Lemos, 2010, p. 20, grifo nosso).

Dessa forma, podemos compreender, e inserir, os livros literários que foram cerceados e dizimados pelo aparato censor como Patrimônio Bibliográfico, acentuando ainda mais valor. Azevedo, Garcia e Freire (2021, p. 172-173) consideram que “Esses livros censurados são resultado da resistência e podem servir também de parâmetro para compreender a mentalidade da época”.

Artefatos, por sua vez, são heranças concebidas por indivíduos partícipes da sociedade, que em um processo cíclico extraíram dela o insumo para seus escritos e os externalizaram nas suas obras, convertendo-as em expressão artística.

É imprescindível que haja contribuição na preservação desses bens por parte dos órgãos, instituições, entidades responsáveis pela cultura e patrimônio, inclusive dos equipamentos culturais bibliotecas.

Nesse sentido, um Grupo de Trabalho denominado Patrimônio Bibliográfico-Documental, foi constituído no âmbito do CFB através da Portaria n.º 009/2021, onde conceberam 12 pontos de recomendação em defesa do patrimônio bibliográfico e documental.

Dentre esses pontos elaborados⁴⁸ constam:

- 1) **Formalização de uma política nacional de acervos bibliográficos em instituições públicas, que contemple um Plano Nacional para o Patrimônio Bibliográfico, através de documento jurídico**, definindo, por exemplo: as condições de guarda e de migração, a manutenção da uniformidade da coleção, sua compartimentação no mesmo órgão, ou sua repartição entre diferentes órgãos; inspeção periódica dos acervos migrados por instituição técnica competente e emissão regular de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; o **pleno cumprimento e fiscalização das leis e outros dispositivos legais de proteção ao patrimônio bibliográfico [...]**.
- 5) Inventário topográfico de acervos bibliográficos, pelas instituições guardiãs, e consequente **formalização dos livros de tombo gerados junto ao IPHAN, como complementos do Livro Nº 2, indicado no Art. 4º do Decreto-Lei Nº 25/1937**, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- 9) **Formalização, no código de ética do Bibliotecário, dos parâmetros atitudinais do profissional** e de apoio técnico perante o desfazimento de bibliotecas e outras ações, por ele testemunhadas, que **envolvam perda ou risco de perda do patrimônio bibliográfico** e documental (Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselhos Regionais de Biblioteconomia [...], [2021], p. 25, grifo nosso).

Sendo a Biblioteca Nacional a depositária legal do nosso patrimônio bibliográfico, cabe a ela uma parte da responsabilidade na manutenção dessas produções, assim como sua socialização através de suas atribuições. Penã (2011) reforça que as bibliotecas não devem de forma alguma se abster desse dever.

Entendemos que, no âmbito de uma biblioteca nacional, todos os componentes de seu acervo são legados bibliográficos, contudo, defendemos as obras censuradas como uma coleção especial, pois para ser considerado patrimônio histórico um objeto deve servir como testemunha de determinado contexto (Ramos, 2008 *apud* Paim; Guimarães, 2012). Por se manifestarem como “testemunhas” de um período sócio-político-cultural, as obras transmitem informação relevante para a construção da história e memória do país.

⁴⁸ Conforme o Grupo essas recomendações seriam apresentadas à nova gestão (2022-2025) para que fossem dados os encaminhamentos pertinentes.

Para Candido (2011), obras literárias são um direito humano e manifestam os valores da sociedade, discutindo dialeticamente os problemas ali propostos. Elas podem, inclusive, servir de reforço aos preceitos de sua época, assim como recurso de denúncia e combate.

Ainda para o autor, enquanto vinculada aos direitos humanos, a obra literária é uma necessidade universal e contribui com a humanização e desmascaramento de negação de direitos ao espelhar situações sociais das mais diversas, inclusive as de classes rejeitadas pela sociedade.

Elas são produtos de uma época, recurso de manifestação, discussão e confronto. Desta forma devem ter sua criação, permanência, difusão e acesso resguardados. Isto posto, uma produção individual ou coletiva pode configurar entre os bens de patrimônio bibliográfico.

Além disso, as obras literárias são também direito cultural inerente à sociedade, sendo este direito uma parte subdesenvolvida⁴⁹ dos direitos humanos, cuja violação se projeta em todas as demais quando não é respeitada (Penã, 2011).

Trazemos a reflexão da inclusão de obras não apenas com raridade atestadas, mas também as que possuam em si – de maneira individual ou coletiva – valor social ou estejam incorporadas a coleções onde sua ausência significaria uma perda histórica e memorialística para a nação, inclusas no Patrimônio Bibliográfico, e asseguradas por legislações e entidades representativas que as amparam.

É imprescindível não apenas investimento na preservação dessas obras como na difusão delas, para que não se percam na história, contribuindo para o não apagamento e para esclarecimentos sobre esse período e seus conflitos. Elas são relevantes sobretudo “[...] por contar a história do desenvolvimento da sociedade, pois a partir de sua leitura é possível entender mais a fundo a realidade da época” (Azevedo; Garcia; Freire, 2021, p. 183).

5.2 A censura ao Patrimônio Bibliográfico como apagamento da memória cultural

⁴⁹ Conforme Janusz Symonides, o título Direitos culturais: categoria subdesenvolvida, foi definido e aceito em evento ocorrido em 1991, na Universidade de Friburgo. Para ele, esta categoria dos Direitos Humanos “[...] são os menos desenvolvidos em termos de alcance, conteúdo jurídico e a possibilidade de aplicá-los. Na realidade, eles precisam de mais elucidação, classificação e fortalecimento”. Derechos culturales: una categoría descuidada de derechos humanos de Janusz Symonides, [20--?], p. [1]. Disponível em: <https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/derechos-economicos-sociales-culturales/Derechos%20Culturales%20Categoria%20Olvidada%20Symonides.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

A memória é um fenômeno que contribui para a construção da história de uma sociedade; de um país, e seu aniquilamento seria uma forma de interferir na representação identitária das gerações vindouras. Não é diferente no âmbito do Patrimônio Bibliográfico.

Para Le Goff (1990, p. 476) “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”.

A memória se configura através das lembranças e esquecimentos, onde estes vão ditar o que será registrado e difundido, normalmente pelas classes dominantes em detrimento das outras categorias menos opulentas da sociedade. Estes elementos serão reconhecidos como representação e cenários do país e seu povo.

A memória coletiva é um “[...] instrumento e um objeto de poder [além de] [...] luta pela dominação da recordação e da tradição [...]” (Le Goff, 1990, p. 476), envolvendo distintos atores. Ela pode, corroborando com o pensamento reproduzido no parágrafo acima, ser estruturada e disseminada por autoridades de maneira intransigente. Todavia, conforme o mesmo autor, essa memória é passível de ser atualizada.

Nessa tentativa de atualização e de manutenção da memória social no campo da ditadura, sobretudo no que diz respeito aos livros, hoje, sob uma perspectiva democrática, rememoramos as produções culturais bibliográficas do período ditatorial que pereceram com a censura, pois elas possuem valor identitário por representar esse momento antidemocrático que deve ser lembrado para não ser repetido.

Os livros identificados nesse contexto de censura “[...] podem representar memória coletiva, pois compõem o pensamento político e ideológico de uma época” (Azevedo; Garcia; Freire, 2021, p. 182). Paim e Guimarães (2012), mencionam a utilização do Patrimônio Histórico e Cultural como fonte para a escrita da História.

Essas obras passaram pelo que Le Goff (1990, p. 426) descreve como “[...] manipulações conscientes ou inconscientes [...] sobre a memória individual”, onde a censura é um dos elementos que provocam o apagamento. Essas manipulações eram utilizadas como forma de domínio pelo governo militar.

Se o cultural reforça os valores, a identidade e o senso de pertencimento de uma sociedade em determinado íterim, destruir os elementos que o representam – sejam eles materiais ou simbólicos – seria deixar os indivíduos mais suscetíveis a aderirem ao que os detentores do poder desejassem impor.

Para Halbwachs (1990) a memória se construía pelo social, através das vivências em coletividade, embora fossem uma lembrança pessoal. Dessa forma, ao mesmo tempo que a memória sofre interferência de um período e uma comunidade a qual se vincula, ela também contribui para que dado período e sociedade seja concebido.

A memória coletiva é construída pelos quadros sociais, sendo estes “instrumentos utilizados pela memória coletiva para reconstruir uma imagem do passado, a qual está de acordo, em cada época, com a mentalidade predominante da sociedade” (Halbwachs, 1992, p. 40 *apud* Bernd; Mangan, 2017, p. 156).

Assmann (2011) afirma que em momentos de pressão a arte se desenvolve mais intensamente com finalidade de preservação da memória. Para ela (2011, p. 144), o apagamento de lembranças é praticável em alterações de contextos políticos, pois “não têm uma força imanente de permanência e carecem essencialmente da interação e atestação sociais”.

Dentre as formas de recordar e dar visibilidade às ocorrências da memória coletiva, há as comemorações, os monumentos, os artefatos materiais ou imateriais que de maneira simbólica contam a história por certa perspectiva. Os lugares de memória de Nora (1993) são formas de dar representatividade às memórias sociais que estiveram em apagamento ou foram contadas com pouca ou nenhuma representatividade das camadas não elitizadas.

Como memória da censura literária foi construído o monumento “Partenon de livros⁵⁰” na Alemanha, pela argentina Marta Minujin, com cerca de 100 mil livros que sofreram banimento em diversos países ao redor do mundo. A forma de edificação, conforme a autora, representa “os ideais estéticos e políticos da primeira democracia do mundo” (Livros [...], 2020), referindo-se ao Partenon de Atenas. A praça escolhida também é simbólica, local onde 2 mil livros foram queimados no período do Nazismo.

Constavam no “Partenon de livros” títulos como *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, censurado na Argentina; *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, censurado na China; *O Código Da Vinci*, de Dan Brown, assinalado como impróprio para leitura, pela Igreja Católica e; *1984*, de George Orwell, censurado durante a Guerra Fria. Os livros foram obtidos por meio de doação e deveriam retornar à

⁵⁰ *The Parthenon of Books*, em inglês. Não identificamos o ano da inauguração do monumento ou se já foi desfeito, apenas que os livros foram adquiridos em 2017. A edificação teve como inspiração outra produzida pela mesma artista, na Argentina em 1983, nomeada *El Partenón de libros*, como celebração da liberdade intelectual e democrática após a ditadura civil-militar. Os livros foram após 5 dias doados à população (Cem [...], [20--]).

sociedade também em forma de doação, no período de desfazimento da obra de arte⁵¹ (Cem [...], [20–]; Livros [...] 2020).

Pela perspectiva da Memória Cultural de Assmann (2011, p. 153), nos valem da Memória Cumulativa, a qual a autora defende ser um meio de evocação pós-regimes totalitários. Os livros censurados se enquadram nesse conceito por promoverem a “renovação do saber cultural”, as “mudanças culturais” e por precisarem de apoio de “instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural”, sendo a biblioteca uma dessas instituições.

Os lugares de memória não se limitam apenas aos espaços, mas também englobam os objetos, desde que possam representar “enquadramentos da memória” (Pollak, 1989) rememorando acontecimentos passados. Dessa forma, os livros proibidos isoladamente também seriam lugares de memória, pois compreendem as produções de resistência, trazendo as lembranças do contexto e de seus confrontos, bem como de sua reinterpretação.

De acordo com Le Goff (1990, p. 536) “O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’[...]”, nessa perspectiva, as obras censuradas podem adquirir função de documento se compreendermos essa definição de maneira mais abrangente, como “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 2016, p. 1). Uma expansão da acepção de documento é necessária para a construção da História, dessa forma possibilitando a inserção dos Patrimônios Histórico Culturais como fontes (Paim; Guimarães, 2012).

As bibliotecas, assim como outros equipamentos culturais que tratam da organização, guarda e difusão informacional e cultural, podem “atestar e preservar uma memória, mesmo para além das fases de esquecimento coletivo” (Assmann, 2011, p. 25).

Na cidade de Malmö, na Suécia, foi construída, em 2020, a primeira biblioteca pública cujo acervo se constitui apenas de obras censuradas, proibidas e destruídas no decorrer da história. Seu acervo não se restringe somente a livros, conta também com músicas e peças teatrais (Wallin, 2020).

Denominada de *Dawit.Isaak*, na sua coleção encontram-se obras tais quais: *1984*, de George Orwell; *Versos Satânicos*, de Salman Rushdie; *Lolita*, de Vladimir Nabokov; *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez; *Cinquenta tons de cinza*, de E.L. James

⁵¹ Não identificamos se o monumento ainda existe ou se os livros já foram distribuídos para doação.

e *O alquimista*, de Paulo Coelho. As obras acompanham informações sobre a censura aplicada (Wallin, 2020).

No mesmo ano, uma ação da Federação Brasileira de Biblioteconomia (FEBAB) buscou identificar ocorrências censórias nas bibliotecas brasileiras. Com a designação *Bibliotecas que não se calam*, elaboraram um questionário⁵² a ser preenchido por Bibliotecários de todo o país com informações sobre eventos dessa natureza. A ação foi desenvolvida em março, mês do Dia do Bibliotecário, comemorado dia 12, como finalidade de reforçar o papel da biblioteca e do Bibliotecário na democratização informacional e de expressão. Os relatos⁵³ levantados estão disponibilizados no site (Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselhos Regionais de Biblioteconomia, 2020).

Em seu ambiente virtual, o Conselho indica os títulos mencionados nos relatos enviados, dentre os quais se encontram clássicos da literatura brasileira, como *Macunaíma*, de Mário de Andrade e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; além de diversos títulos de Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca e Nelson Rodrigues. Disponibiliza-se ainda, materiais para serem utilizados (cartazes e marcadores de páginas)⁵⁴ e indicações de bibliografias de acesso aberto sobre censura⁵⁵ (Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselhos Regionais de Biblioteconomia, 2020).

A Biblioteca Nacional de Portugal lançou a *Coleção Biblioteca da Censura*, conjuntamente com os seus idealizadores, o jornal Público e a editora A Bela e o Monstro, onde se dispôs a reeditar obras censuradas pelo governo do Estado Novo. Os 25 títulos selecionados seriam publicados mensalmente durante dois anos, através de seus “[...] exemplares originais censurados, proibidos e suprimidos [...]”, constando nas publicações as marcas de proveniência censoras, como os carimbos. As obras constavam na própria biblioteca do governo e acompanhavam os relatórios de análise. Uma mostra para publicizar essas obras, juntamente com os seus relatórios, foi realizada, para divulgação e acesso da população, em 2022 (Rede de Bibliotecas Escolares, 2022).

A UNESCO, também, em preocupação com a salvaguarda dos patrimônios da humanidade, implantou o “Programa Memória do Mundo” com finalidade de proteger o patrimônio documental mundial, de importância nacional ou regional, atestando a sua

⁵² Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdmrW1JJWRKCz9Lm9WQtkQEqa4T_jlbrfSPHUrV9yB6LZoYEQ/viewform.

⁵³ Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/2020/03/03/relatos/>.

⁵⁴ Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/materiais-sobre-censura/materiais/>.

⁵⁵ Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/2020/03/01/bibliografia-da-censura/>.

relevância e, inscrevendo-o em um registro que concedia logomarca de identificação (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]a). Esses documentos abrangem materiais em diversos suportes desde que seja atestada sua significância.

Parte considerável dos documentos de grande importância histórica se encontram em bibliotecas, as quais passaram por períodos de abdicação ou destruição, extinguindo parte da “[...] memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental – que, por sua vez, representa a maior parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, de descobertas e conquistas da sociedade humana” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]a).

Para essa proteção efetiva, as bibliotecas buscam meios de além de proteger e disponibilizar esses documentos, conscientizar a população sobre a sua existência e importância, com o objetivo de “[...] garantir a preservação, pelos meios mais adequados, do patrimônio documental que tem um significado mundial e incentivar a preservação do patrimônio documental de importância nacional e regional” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]a).

A Biblioteca Nacional do Brasil integra o *Comitê do Programa Memória do Mundo*, através da Portaria MinC n.º 61, de 31 de outubro de 2007, atualmente regulamentado pelo Decreto n.º 11.371, de 1º de janeiro de 2023 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]b).

Algumas obras da BN receberam o título de Memória do Mundo, como o Arquivo Lima Barreto, reconhecido pelo Registro Nacional, constituído por cerca de 1.126 documentos, dentre “[...] recortes de jornais, originais literários, anotações sobre literatura, material relativo à publicação de livros (contratos, recibos, faturas...) [...]”. O acervo detém importância não apenas para pesquisadores da área literária, mas para historiadores cujo tema de pesquisa seja as questões étnico-raciais, por exemplo (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [20–]c, p. [45]).

Compreendendo a importância literária e social das obras proibidas na Ditadura Militar, acreditamos que esse conjunto documental possui relevância para ser levado à análise por parte do Comitê Memória do Mundo, como representatividade nacional. O Comitê, deve incluir também, o acervo Seção Censura Prévia, Série Publicações do Fundo da DCDP, sob a responsabilidade do Arquivo Nacional, onde constam os pareceres sobre as obras.

Reforçando esse argumento, o Programa incorpora os conjuntos documentais submetidos ao registro, este sob a custódia de vários arquivos públicos e sendo nominado em 2011, o do *Fundo da Rede de informação e Contrainformação do Regime Militar no Brasil (1964-1985)*, com 17 notas de atividades.

Esses documentos possuem grande valor para a historiografia brasileira, abrangendo informações para além dos relatórios militares e arquivos privados, contemplando também ligação com outros países da América Latina que atravessaram regimes de exceção (Patrimônio [...], [20--?]).

Outro arquivo submetido ao registro foi o do *Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI)*, no ano de 2018, o qual contempla 1.160 dossiês textuais, fotos e cartografia, contando com arquivos que são “[...] fonte para estudos sobre a política indigenista desenvolvida pelo Estado brasileiro à época e controle da atuação de entidades indigenistas no país (Arquivo Nacional, 2018).

5.3 O Bibliotecário, seu Código Deontológico e suas práticas de defesa ao Patrimônio Bibliográfico

Consta em documentos acessados na Divisão de Manuscritos que um Decreto de 23 de outubro de 1822 foi o responsável por criar o lugar de Bibliotecário na Biblioteca Pública da Côrte⁵⁶, porém não são informados mais detalhes sobre essa legislação.

O primeiro concurso para Bibliotecário da instituição, um século antes de haver cursos de Biblioteconomia no país, ou qualquer regulamentação profissional, se deu na gestão de Ramiz Galvão (1870-1882). Antes, a designação de Bibliotecário era dada ao responsável maior pela biblioteca, a partir de 13 de setembro de 1824, através dos seus Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Pública, e se manteve até 1888. O primeiro a receber essa denominação foi Frei Antônio de Arrábida, enquanto o primeiro Bibliotecário por formação foi Rubens Borba de Moraes, gestor de 1945 a 1947 (Carvalho, 1994).

A primeira qualificação aconteceu com a criação do Curso de Biblioteconomia, sob a administração de Manuel Cícero, em 1911, a qual veio apenas a funcionar em 1915.

⁵⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Legislação da Biblioteca Nacional – 1810-1969. **Legislação da Biblioteca Nacional – 1810-1969, Divisão de Administração, Seção de Documentação**. Localização: 65,4,003 n.º 039. f. 4. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

A finalidade era especializar os servidores para desenvolverem suas atividades laborais, unindo teoria, prática e a aproximação com a cultura (Carvalho, 1994).

Carvalho (1994, p. 183-189) aponta que as designações de cargos dos dirigentes da Biblioteca Nacional se deram da seguinte forma:

- Encarregados do arranjo e conservação e chefes: de 1810 a 1825.
- Bibliotecários: de 1822 a 1889⁵⁷.
- Diretores: de 1889 a 1945.
- Diretores-gerais: de 1945 a 1990.
- Presidentes: de 1990 aos dias atuais.

É importante evidenciar que não era obrigatório que o responsável maior hierarquicamente pela biblioteca tivesse formação em Biblioteconomia⁵⁸. Durante o período estudado, dos gestores que estiveram à frente da Biblioteca Nacional no período ditatorial, Jannice Monte-Mór e Célia Zaher eram Bibliotecárias. Os diretores à frente da BN no período foram:

- Adonias Filho: de 1961 a 1971.
- Jannice Monte-Mór: de 1971 a 1979.
- Plínio Doyle: de 1979 a 1982.
- Célia Zaher: de 1982 a 1984.
- Maria Alice Barroso Soares: de 1984 a 1989.

Nesse quesito, o documento em que consta o anteprojeto de reorganização da Biblioteca Nacional, do ano de 1969⁵⁹, declara que poucas eram as Seções institucionais que possuem Bibliotecário, assim como a direção também não é exercida por um profissional da área. Havia sempre uma maior participação de intelectuais e escritores, onde compreendia como desrespeito para com a regulamentação da profissão pela Lei n.º 4.084/1962⁶⁰.

Propunha então, nesse mesmo documento do anteprojeto, a responsabilidade de estar à frente da direção e Divisões Técnicas por Bibliotecários, em virtude da atribuição

⁵⁷ Em seu livro, Carvalho (1994), identifica o responsável pela guarda do acervo vindo de Portugal, em 1810, de bibliotecário.

⁵⁸ Assim permanece até os dias atuais.

⁵⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Legislação da Biblioteca Nacional - 1810-1969. **Biblioteca Nacional**. Localização: 65,4,003 n.º 039. f. 3, 4. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

⁶⁰ Citada com mais detalhes mais à frente. f. 2.

orientada no Art. 6º, a quem caberia gerir administrativamente bibliotecas e suas chefias, de acordo com a Lei acima mencionada e regulamentada pelo Decreto n.º 56.725/65⁶¹.

Nos Regimentos Internos acessados, porém, não havia determinação alguma a respeito de exigência de profissional com a formação acadêmica para os cargos mencionados.

Em bibliotecas, espaços de armazenamento e difusão informacional, posturas de censura aos materiais que componham seu acervo, seja no processo da seleção das obras, seja no obstáculo à sua disponibilização, são inadequadas e podem ser consideradas antiéticas, sobretudo se executadas por profissionais da área biblioteconômica.

Na Biblioteca Nacional o processo de seleção se dá no momento de adquirir obras que venham a agregar valor às coleções. Isso não se aplica ao depósito legal, onde não há interferência na aquisição dos materiais. Porém, após o recebimento, é necessário o tratamento técnico desses materiais e sua posterior disponibilização, o que pode ser prejudicado por atos pessoais de censura.

As bibliotecas nacionais são equipamentos culturais que têm como objetivo maior preservar a memória bibliográfica nacional. A utilização dos instrumentos legais da profissão e a autoanálise no exercício das atividades são imprescindíveis para uma atuação democrática e equitativa por parte do Bibliotecário.

Entre as décadas de 60 e 70 houve o desenvolvimento da Biblioteconomia no campo profissional, com a criação de instituições representativas e documentos legais/normativos. Estes são importantes instrumentos para utilização do profissional, executando suas atividades de maneira ética e legal. Legislações importantes para regular e nortear o exercício da profissão de Bibliotecário foram instituídas na década de 1960:

- a Lei n.º 4.084, de 30 de junho 1962, *Dispõe sobre [sic] a profissão de bibliotecário e regula seu exercício*, regulamentada pelo Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965.
- o Código de Ética do Bibliotecário brasileiro, em 1963, com alterações instituídas pela Resolução CFB n.º 5, de 13 de julho de 1966 e Resolução CFB n.º 109, de 27 de abril de 1974.
- o Juramento Profissional, através da Resolução CFB n.º 6, de 13 de julho de 1966⁶².

⁶¹ Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/107/1/DECRETO-56725-16AGOSTO1965.pdf>.

⁶² Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/64/1/Resolucao_006-66.pdf.

Conforme a Lei n.º 4.084/62 as atribuições desses profissionais seriam tratar da “[...], organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas *[sic]* particulares concernentes à [...] administração e direção de bibliotecas [...]” (Brasil, 1962, art. 6º, alínea c).

Conforme já mencionamos, não houve determinação institucional na BN a respeito de exigência profissional para os cargos de chefia, desde o de maior escalão – a direção/presidência – ou divisões e seções, segundo pudemos apurar.

O Bibliotecário aposentado, Rutionio Jorge Fernandes de Sant’Anna⁶³, afirma que não há obrigatoriedade em virtude de serem cargos de confiança, mas que desde a década de 1980 praticamente todas as chefias são ocupadas por Bibliotecários. Ele esclarece que as atividades técnicas são executadas por profissionais formados, mas desconhece que haja diretriz institucional estabelecida sobre o assunto, além da lei que regulamenta a profissão.

Quando Rutionio foi admitido, em 1982, ainda não havia a realização de concurso público e a seleção era realizada mediante aplicação de uma prova. Segundo o Bibliotecário, os provimentos do cargo através de concurso público se iniciaram em 1996, com o presidente Romano Affonso de Sant’Anna.

Quanto à postura profissional, o Código de Ética de 1966⁶⁴ assinala:

Art. 1.º O bibliotecário deve **preservar o cunho liberal e humanista** de sua profissão, fundamentado na **liberdade de investigação científica** e na dignidade da pessoa humana.

Art. 2.º O bibliotecário deve, acima de tudo, capacitar-se de que a sua profissão não se exerce num círculo restrito de interesses *[sic]* pessoais, mas **constitui um elemento substancial da comunidade**.

[...]

Art. 6.º Todo bibliotecário deve assumir posição vigilante no momento da feitura das leis, para **preservar o caráter técnico-cultural da profissão** e os interesses *[sic]* da classe (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1966, p. 2360, 2361, grifo nosso).

O direito à informação deve ser priorizado e defendido pelo Bibliotecário, sendo este também um dever profissional, pois os direitos humanos sobrepõem-se aos direitos profissionais (Semeghini; Valentim, 2011).

Todavia, sabemos que em regimes autoritários, onde a informação em sua dimensão qualitativa acaba por adquirir valor político, ela é restringida e manipulada ao

⁶³ Bibliotecário aposentado da Biblioteca Nacional. Trabalhou na instituição de junho de 1982 a março de 2022, sendo Coordenador Substituto do Acervo Geral por 11 anos, Chefe de Obras Gerais por 12 anos, e Coordenador do Acervo Geral por 1 ano. Dados e informações coletadas por conversa de WhatsApp.

⁶⁴ Não encontramos o de 1963.

invés de concedida e fomentada. Para ações combativas, artifícios legais são muitas vezes utilizados como argumentos de oposição. Nesse sentido, consta no Art. 16, que

A enumeração dos preceitos expressos neste Código, não exclui outros deveres que aos bibliotecários impõem as Leis e Regulamentos que regem o país, nem os que resultem da independência, probidade, virtudes que hão de ser as inspiradoras de todos e de cada um de seus atos na vida profissional (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1966, p. 2361).

Podemos inferir, neste artigo, que o código deontológico mencionado possibilita a cada profissional decidir a forma mais pertinente de agir quando ações que não se enquadram no recomendado lhe forem cobradas por instâncias superiores ao órgão profissional. Porém, destaca-se a importância da conscientização filosófica e responsável quanto aos atos que os profissionais decidam executar.

Nesse sentido, Vergueiro (2011) defende que não podemos ignorar que muitas vezes o Bibliotecário se depara com situações delicadas e arbitrárias impostas pela instituição, governo ou legislações. Nesses casos, ele sugere que o profissional busque meios alternativos para impedir, ou tentar reverter a situação censória, intercedendo pelo direito de acesso informacional de cada indivíduo. Os meios por ele apresentados foram: com argumentação aos envolvidos de maneira direta ou indireta, informalmente, sejam “[...] usuários, mantenedores, pais, superiores, autoridades [...]”; formalmente “[...] por meio de ofícios aos superiores, cartas e artigos em jornal, realização de eventos específicos para discussão do assunto, palestras à comunidade [...]” ou com o apoio dos pares/da classe através de “[...] associações, conselhos, sindicatos profissionais [...]” (Vergueiro, 2011, p. 101).

Não podemos ignorar que a depender da instância da qual se origina o ato censório, se impor é ato de coragem que pode causar transtornos não só profissionais como também pessoais, devendo haver racionalidade e cautela nos meios possíveis de agir contra imposições.

O Código de Ética de 1974, dividido em nove seções, é bem mais completo, apresentando mais detalhamento sobre como exercer a profissão de Bibliotecário.

Na seção I, que trata *Dos Objetivos*, informa seu objetivo já no Art. 1.º, sendo este

[...] fixar a **forma pela qual se devem conduzir os profissionais** de Biblioteconomia, quando no exercício profissional, **indicando normas de conduta que devem inspirar suas atividades, regulando suas relações com a classe, com os poderes públicos, a sociedade e o público em particular** (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1974, grifo nosso).

Em seu Art. 3.º, ainda parte da seção I, obriga, dentre outros pontos, ao Bibliotecário colaborar “[...] com o Poder Público em tudo quanto visar o engrandecimento da Pátria e resguardo da Cultura”. Esse item não constava no código anterior.

Os artigos 1.º, 2.º e 3.º do código de 1966 foram mantidos como alíneas a), e) e c) do Art. 5.º, da seção II, a qual *Trata dos deveres e proibições fundamentais*. Acrescentaram-se os seguintes itens, integrantes deste mesmo artigo:

- b) exercer a profissão **aplicando todo o zelo, capacidade, diligência e honestidade** no exercício de sua atividade, **observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissional**;
[...]
- o) agir, em todas as circunstâncias, de modo a **considerar os interesses das partes: os da instituição a que serve e os do público envolvidos**;
[...]
- r) participar da vida de comunidade, **assumindo responsabilidades construtivas, cívicas e sociais** (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1974, grifo nosso).

Ainda na seção II, Art. 11, *Dos deveres em relação ao usuário*, determina:

- b) tratar os usuários com respeito, discrição [*sic*], independência, não prescindindo de igual tratamento, por parte deles e **zelando pelas prerrogativas a que tem direito**;
- c) **não recear desagradar seus superiores, ou incorrer em impopularidade**, quando no cumprimento de seus deveres (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1974, grifo nosso).

Na seção III, *Do procedimento no setor público e privado*, acrescenta ainda:

- Art. 12 - Deve o Bibliotecário **interessar-se pelo bem público** e com tal finalidade, **contribuir** com seus conhecimentos, capacidade e experiência **para melhor servir à coletividade**.
- Art. 13 - No desempenho de cargo ou função, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente, **subordinando seu interesse particular ao da coletividade** (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1974, grifo nosso).

Percebemos que o perfil ético de conduta ante à sociedade e a profissão é sempre evidenciada. É um chamamento constante para que haja postura ativa na execução das funções, sempre visando manter um equilíbrio entre a instituição a que estão vinculados, a população a quem os serviços são prestados, e o país e as suas leis.

O bem social, ali representado pela satisfação dos usuários, deve ser prioridade no que se refere a proporcionar acesso informacional. O profissional é orientado a reconhecer sua responsabilidade social e buscar manter uma neutralidade quanto às suas crenças e valores pessoais na execução de suas atividades.

Damos destaque a alínea c) da seção II pois esta não consta no Código posterior, aprovado em 1986, pós-ditadura. Podemos inferir um alerta de enfrentamento a possíveis pressões hierárquicas.

Não havia menção à censura nos códigos de 1966 e 1975, ou mesmo no código de 1986, quando o país estava em fase de redemocratização. Apenas no ano de 2018 essa informação foi acrescentada ao Código aprovado⁶⁵, em seu Art. 2º, *Da natureza, fundamento e objeto de trabalho do Bibliotecário*:

A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a **prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos**.

Parágrafo único – O bibliotecário **repudia todas as formas de censura e ingerência política**, apoia a oferta de serviços público [*sic*] e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).

Os Códigos de Ética vigentes durante a Ditadura Militar foram aprovados durante sua duração. Apesar disso, não identificamos alterações significativas para a nossa discussão, entre os de 1966 e 1974, nem no Código aprovado em 1986, no pós-Ditadura.

Enquanto de um lado havia o desenvolvimento de um governo intensamente proibitivo em diversas instâncias, incluindo a informacional, de outro havia a consolidação em terras brasileiras de uma profissão cuja pretensão é ser organizadora e mediadora de informação sem filtros ou censura, o que podemos entender como um fato curioso e até mesmo contraditório.

Contudo, a profissão não passou totalmente despercebida no período. Enquanto atuava como presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), na sua segunda gestão, no período de 1969 a 1972⁶⁶, Antonio Agenor Briquet de Lemos afirma o recebimento anual de um formulário a ser preenchido por ele “[...] com informações sobre fatos, indícios, suspeitas ou rumores acerca de atividades subversivas no meio bibliotecário”. O documento era enviado pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), seção do Serviço Nacional de Informações, do Ministério do Trabalho⁶⁷. Briquet de

⁶⁵ Conforme busca realizada no Repositório do CFB e em leituras, como parte do levantamento bibliográfico da pesquisa, tivemos conhecimento da existência dos seguintes Códigos de Ética Profissionais até os dias atuais: 1963, 1966, 1974, 1986, 2002 e 2018.

⁶⁶ Período da decretação do AI-5 e intensificação da censura aos livros.

⁶⁷ Não identificamos esses documentos citados no fundo do SNI ou dos DSIs disponibilizados pelo SIAN em pesquisa por “Conselho Federal de Biblioteconomia”, mas encontramos um levantamento de instituições e suas vinculações com os órgãos públicos, onde consta o Conselho Federal de Biblioteconomia como autarquia integrante do Ministério do Trabalho. ARQUIVO NACIONAL. SIAN. **Relação das instituições vinculadas a presidência da república e aos ministérios, direta ou indiretamente**. Localização: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80006368. 1980.

Lemos afirma nunca ter contribuído com a ““delação oficializada”” dando respostas como “[...] continua tudo tranquilo no mundo bibliotecário...” (Ramos e Côrte; Soares; Silva; Sousa; Cabral, 2015, p. 41).

Em contextos de despotismo é ainda mais importante a compreensão do quão poderoso é o responsável pela guarda e disponibilização de acervos, pois conteúdos relevantes para a história podem se perder e a memória coletiva ser afetada.

Vergueiro (2011) enfatiza que em épocas onde os materiais desejados podiam ser acessados apenas no edifício de uma biblioteca, [como a ditatorial], cabia ao Bibliotecário realizar essa tarefa de proporcionar a resolução à necessidade informacional dos indivíduos, tornando o profissional ainda mais responsável por essa mediação.

Para o autor, enquanto alguns profissionais possivelmente não tinham noção da sua importante função social e de mediador, outros se aproveitavam do poder concedido para restringir determinados materiais, cabendo à sua conduta ética de seus pares, uma atuação nos preceitos que regem o instrumento deontológico a qual preza pelos valores humanos.

No que concerne à legislação que proteja o livro de restrições em períodos de autoritarismo e por outras circunstâncias onde esteja em risco a perda da liberdade de expressão e intelectual, Vergueiro (1989) comentava sobre a inexistência no país de “declarações ou princípios” para nortear os profissionais⁶⁸.

Como alternativa menciona a Declaração dos Direitos da Biblioteca (*Library Bill of Rights*), aprovada pela Associação Americana de Bibliotecas (*American Library Association*) em 1939, com atualizações nos anos de 1948, 1967 e 1980, como possível documento a ser usufruído. Encontra-se entre as políticas descritas na versão de 1980:

I. [...] **Nenhum material deve ser excluído por motivos de origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.**

Há também documentos sobre a Associação Paulista de Biblioteconomia (APB) e sua revista Palavra-Chave. Um documento lista alguns títulos sugeridos pela revista que “não podem faltar em sua biblioteca”, sendo dentre os 4 títulos indicados: Latifúndio e proletariado de José César Guaccarini e Hegel – A ordem do tempo de Paulo Eduardo Arantes. ARQUIVO NACIONAL. SIAN. **Associação Paulista de Bibliotecários. Revista Palavra Chave**. Localização: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.83013408. 1983. O arquivo figurava como confidencial e anexo continha ainda o estatuto da APB e o volume 1 da revista, de 1982.

⁶⁸ Tramitava no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 28, de 2015 com finalidade de instituir uma Política Nacional de Bibliotecas. O documento supriria a deficiência de aparato legal formalizando conceitos e obrigações em relação às bibliotecas. Em seu Art. 2º, inciso IV, estabelecia como uma das suas diretrizes a proibição a qualquer censura às coleções de bibliotecas. Atualmente consta como arquivado (Brasil. Projeto de Lei do Senado, n.º 28, de 2015. **Institui a Política Nacional de Bibliotecas**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687>. Acesso em: 29 ago. 2022.

II. [...] Os materiais **não devem ser proibidos por razões de desaprovação doutrinal ou partidária.**

III. As **bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento** (Vergueiro, 1989, p. 58, grifo nosso).

O autor (1989) traz ainda reflexões sobre o silêncio que pairava sobre o assunto “bibliotecas e censura”, em seu artigo do período de pós-ditadura, onde ainda se desvendavam episódios desse momento no que dizia respeito às posturas profissionais.

Ele defendia que a ausência de instrumentos para dar embasamento e força para resistir e combater ações censórias manifestadas pela sociedade civil e instâncias governamentais dificultava ainda mais os intentos dos Bibliotecários.

Alguns tipos de censura ocorridos em biblioteca são expostos por Evans (1979 *apud* Vergueiro, 1987, p. 24), sendo estes as:

- 1) legal ou governamental;
- 2) pressão individual ou de grupo;
- 3) autocensura.

Nos regimes autoritários, verificamos a censura legal ou governamental, bem como a individual ou de grupo, visto as denúncias realizadas à DCDP por parte da sociedade solicitando uma aplicação mais rígida da censura⁶⁹. Por outro lado, houve ações de empenho em proteger as obras que estavam no crivo da censura e eram tidas como imorais ou subversivas.

Não encontramos relatos ou registros de autocensura profissional, embora Vergueiro (1987) cite o não pronunciamento dos organismos de classe durante a Ditadura Militar.

Dentre as teorias da Biblioteconomia que poderiam servir como base para uma atuação profissional que desafiasse atos censórios, consolidadas no período ditatorial, podemos destacar *As cinco leis da Biblioteconomia*, de Shiyali Ramamrita Ranganathan, publicadas na década de 30.

Essas leis se baseiam nos seguintes pontos:

- Os livros são para usar
- A cada leitor seu livro
- A cada livro seu leitor
- Poupe o tempo do leitor

⁶⁹ Exemplo dos documentos: *Carta de Dom Joaquim de Lange, solicitando mais rigor da Censura para os programas de rádio, televisão, filmes e publicações pornográficas*, do ano de 1972, Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.24 e *Carta de Rogério Nunes, diretor da DCDP, para Maria das Dores Campos, referente à solicitação sobre mais rigor na censura imposta à televisão*, do ano de 1976, Localização: BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.82; ambos integrantes do Fundo da DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial/Informações Sigilosas e Série Controle de Documentos: termos e eliminação, respectivamente.

- A biblioteca é um organismo em crescimento (Ranganathan, 2009).

Quando pensamos em censura, duas dessas leis podem ser utilizadas como base para uma atuação de enfrentamento profissional: a primeira lei, *Os livros são para usar*, e a segunda lei, *A cada leitor seu livro*.

Na primeira lei, *Os livros são para usar*, afirma que apesar da aparente obviedade da afirmação há ocorrências em que esta é negligenciada (Ranganathan, 2009). Em períodos autoritários vemos essa lei sendo suprimida e cabendo aos Bibliotecários tentativas de preservar as obras para que possam em períodos democráticos ser acessadas pelos leitores e pesquisadores.

Embora a Biblioteca Nacional seja uma biblioteca com fins de preservação bibliográfica, e esta primeira lei tenha sido a substituta do conceito de que *Livros existem para serem [sic] preservados* – esta preservação tem por finalidade conservar os materiais e seus conteúdos por um longo espaço de tempo, mantendo suas condições físicas⁷⁰.

As publicações não foram produzidas para ficarem trancafiadas em estantes sem utilização e, segundo Ranganathan (2009, p. 49), “Seu dever é servir por intermédio dos livros”.

Na segunda lei, *Para cada pessoa o seu livro*, destaca-se a democratização da educação e consequentemente dos livros em detrimento de diferenças de classe. Seguindo o mesmo raciocínio, podemos incluir outras “discriminações sociais” como de gênero. No contexto ditatorial, essa lei pode ser utilizada como fundamento para as divergências de perfis e desejos correspondentes a cada indivíduo, visto que o Regime buscava restringir ao máximo as diferenças.

Substituindo o lema *Os livros são para poucos eleitos*, destaca-se compromissos implícitos para que todos tenham acesso aos livros que lhe competem, sendo estes divididos em quatro categorias:

- 1) os compromissos do Estado,
- 2) os compromissos da autoridade incubida das bibliotecas,
- 3) os compromissos do pessoal das bibliotecas, e
- 4) os compromissos dos próprios leitores (Ranganathan, 2009, p. [138]).

Além disso, enquanto a primeira lei trata do direito de todos ao acesso aos livros, a segunda trata da pluralidade de bibliotecas e usuários, prezando por manter a diversidade (Rizzi, 2016).

⁷⁰ Para auxiliar nessa manutenção já havia a prática da microfilmagem e, atualmente, também da digitalização.

Vergueiro (1987) menciona a não existência de uma tradição bibliotecária brasileira sobre censura⁷¹, contudo, apesar da ausência de normativos direcionados ao tema em bibliotecas, instrumentos da área já existentes podiam ser utilizados como embasamento na defesa de acervos, assim como para provocar reflexão nos Bibliotecários ante o exercício do cargo profissional.

⁷¹ A respeito de legislação sobre censura em bibliotecas, tramitou um Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 2015, de ementa *Institui a Política Nacional de Bibliotecas*, tendo como justificativa a deficiência de aparato legal formalizando conceitos e obrigações em relação às bibliotecas de todas as tipologias. O documento apresentava:

- “vedação, no que concerne aos seus serviços e coleções, de toda e qualquer forma de censura” (art. 2º, inciso IV);
 - “garantir a construção, a preservação e a difusão pluralista das culturas, dos saberes, das artes e das ciências” (art. 3º, inciso I); e “gerir e colocar à disposição dos cidadãos os bens simbólicos de que trata esta Lei” (art. 3º, inciso III);
 - compreender por bens simbólicos “as coleções de livros e de outros documentos” (Brasil, 2015).
- Foi arquivado em 22 de dezembro de 2022, ao final da legislatura de seu proponente.

6 CENSURA NA BIBLIOTECA NACIONAL BRASILEIRA: O DEPÓSITO LEGAL E AS OBRAS PROIBIDAS

Conhecida no passado por “viúva” ou “a velha senhora” (Cunha, 2009), a Biblioteca Nacional brasileira teve como primeiro acervo as obras constituintes do acervo particular de D. João. Sua biblioteca pessoal veio de Lisboa, juntamente com a família real, após a ameaça de invasão por parte das tropas de Napoleão a Portugal.

Os livros, cujo envio foi dividido em três lotes, tiveram sua primeira remessa entregue em solo brasileiro, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808. O segundo montante chegou em 1811 sob a guarda do bibliotecário⁷² Luís Marrocos, e o terceiro lote “nunca foi despachado” (Carvalho, 1994, p. 35).

O acervo foi acomodado, até a construção do edifício atual, em dois prédios. O primeiro, quando de sua chegada, foi no andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, à época Rua Direita, atualmente Rua 1º de Março, próxima ao Paço, mediante Real Decreto de 27 de junho de 1810. Em virtude da falta de espaço houve a disponibilização e uso do ambiente das catacumbas ou porões, através de novo decreto, em 29 de outubro de 1810. Esta é a data identificada como de fundação da Biblioteca Nacional⁷³ (Carvalho, 1994).

Com a chegada do segundo lote, trazendo novas peças e livros ao Brasil, o Rei exigiu a utilização também do andar térreo do hospital, ordenado pelo Aviso em 3 de novembro de 1812 (Carvalho, 1994).

Seu segundo espaço foi inaugurado em 5 de agosto de 1858⁷⁴. Tratava-se de um edifício situado no Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio (Carvalho, 1994). Contudo, ainda era insuficiente para acondicionar o seu acervo, com novos materiais sendo adicionados. Dessa forma, o prédio atual foi construído especificamente para alojá-lo e estar apto a se tornar a Biblioteca Nacional.

A pedra fundamental que deu origem ao prédio foi lançada em 15 de agosto de 1905, com comemoração e presenças ilustres, como o Presidente da República e outros governantes. Sua inauguração ocorreu em 29 de outubro de 1910, na Avenida Rio Branco,

⁷² Designação dada ao responsável maior pela biblioteca à época.

⁷³ De acordo com Cunha (2009, p. 42), ao acessar os decretos mencionados na seção de Manuscritos da própria BN, eles referem-na por “alojamento da Real Biblioteca do Brasil” e não por fundação. Para o autor, a verdadeira data de fundação seria 1876 e, de acordo com o Regimento Interno, era denominada Biblioteca Nacional Pública do Rio de Janeiro.

⁷⁴ A compra do prédio ocorreu em 1855 (Biblioteca Nacional, 1960).

em frente à praça Floriano, bairro da Cinelândia. Essa é a suntuosa edificação que abriga, até os dias atuais, o patrimônio intelectual brasileiro, e que passou pelo período ditatorial.

Contando sempre com materiais diversos em seu acervo – dentre livros, periódicos, manuscritos, fotografias, gravuras, mapas, partituras, incunábulo –, quando de sua chegada dispunha de cerca de 60 mil itens (Biblioteca Nacional, 1960), sendo esse quantitativo, em 1988, de 6 milhões⁷⁵ e, atualmente, de aproximadamente 9 milhões (Fundação Biblioteca Nacional, 2022).

Apesar de possuir o Depósito Legal, antes denominado Contribuição Legal, também dispunha de outros meios de aquisição: compra, permuta, doação e o escritório de direitos autorais, de obras relevantes para uma biblioteca de sua representatividade, como coleções particulares raras ou de bibliófilos, além de suas próprias publicações, como os Anais e catálogos, e documentos administrativos.

Passou a ser propriedade estatal por meio de um Tratado firmado entre Portugal e Brasil, em 29 de agosto de 1825⁷⁶. Em sua trajetória teve diversas designações:

Real Bibliotheca [*sic*], de 1810 a 1815; Biblioteca do Reino ou da Corte⁷⁷, de 1815 a 1822; Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro⁷⁸, de 1822 a 1889; e de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁷⁹ desde 1889 até atualmente (Cunha, 2009, p. 42).

O acesso aos materiais da biblioteca foi permitido aos “estudiosos” em 13 de maio de 1811, através de “[...] prévio consentimento régio [...]” (Carvalho, 1994, p. 38)⁸⁰, tornando-se, a partir de 1814, totalmente acessível. O acervo disponibilizado constituía “[...] um material de pesquisa e de consulta para especialistas” (Carvalho, 1994, p. 24).

As bibliotecas nacionais, começaram a se estruturar da forma como as conhecemos, na Revolução Francesa, e já possuíam intenção de ser uma biblioteca de guarda e preservação da “[...] memória cultural do país” (Carvalho, 1994, p. 23). Line (2000 *apud* Grings, 2019) afirma que essa ênfase em inserir a preservação/conservação

⁷⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Ofícios, matérias de jornais e relatórios sobre a estrutura, funcionamento e histórico da Biblioteca Nacional, sobre o histórico de algumas seções, obras, exposições, e programação de visitas. **Guia do usuário**. Histórico. Localização: 65,5,002 nº 011, f. [1]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1983.

⁷⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Ofícios, matérias de jornais e relatórios sobre a estrutura, funcionamento e histórico da Biblioteca Nacional, sobre o histórico de algumas seções, obra, exposições, e programação de visitas. **Documentário sobre a BN**. Localização: 65,5,002 nº 011, f. [1]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1983.

⁷⁷ Assim já identificada em Alvará do ano de 1805 (Carvalho, 1994).

⁷⁸ Bibliotheca Imperial e Pública do Rio de Janeiro (*Ibid.*).

⁷⁹ Denominada Biblioteca do Rio de Janeiro em março de 1876 e, a partir de 1948, denominada apenas de Biblioteca Nacional (*Ibid.*).

⁸⁰ “Extraído de Doc 556. Carta 10, Bahia. BN, Div. de Manuscritos (v. 1, p. 6)” (*Ibid.*, p. 80).

dos materiais se dá em virtude dessa tipologia de biblioteca ser produto do pós-guerra, evidenciando a interferência desse conflito nas atividades biblioteconômicas.

A pretensão era tornar esse espaço o mantenedor de toda produção cultural produzida, de maneira a ser um repositório para as futuras gerações. Com o passar dos anos e da sua solidificação, foi se estruturando tendo como base esse propósito inicial, acrescidos de novas funções e serviços.

Na década de 50, Dias (1950) aponta que a ela já competia a função de consulta, ressaltando seu objetivo de preservar o seu acervo para pesquisadores e estudiosos na posteridade.

Dentre eventos, documentos e reuniões desenvolvidos por órgãos e instituições vinculados à classe Biblioteconômica entre as décadas de 50 e 70, tendo em vista a definição, estruturação e responsabilidades das bibliotecas nacionais, conforme Grings (2019), os dois marcos nessa sistematização foram o Colóquio de Viena⁸¹ de 1958, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Conferência Geral da Unesco de 1970. Ambos os eventos reconhecem e enfatizam a responsabilidade dessa tipologia de biblioteca, caracterizada por adquirir e conservar as publicações do país, funcionando como “biblioteca depósito”.

O Colóquio de Viena tinha como propósito

reavaliar a biblioteca nacional como instituição, a fim de verificar como ela se ajustou às mudanças sociais e como alguns dos conceitos tradicionais que permeiam suas atividades foram afetados pela sempre crescente produção de materiais impressos e as exigências da pesquisa moderna (UNESCO, 1958, p. 1 *apud* Grings, 2019, p. 34).

Stummvoll (1958, p. 2 *apud* Grings, 2019, p. 35, grifo nosso) identifica⁸² dentre as “possíveis tarefas e responsabilidades” de uma biblioteca nacional, definidas no Colóquio:

coletar a literatura nacional; editar periodicamente a bibliografia nacional, que ajudaria na compilação de estatísticas de produção editorial; preservar e ampliar as coleções de livros estrangeiros; estabelecer um centro de informação bibliográfica, responsável pelo desenvolvimento de catálogos coletivos de livros e periódicos em níveis local, regional ou estadual, anexo à biblioteca nacional quando apropriado; disponibilizar as autoridades utilizadas na descrição bibliográfica para o público; estabelecer serviços eficientes em diversas áreas, tais como impressão de catálogos, difusão de informação sobre a biblioteca e atendimento ao público, com apoio de rádio e televisão.

⁸¹ Também identificado como *Colóquio de Bibliotecas Nacionais de Viena* (Monte-Mór, 1971).

⁸² O relato é construído através do grupo criado para “[...] mapear o papel da biblioteca nacional no sistema de bibliotecas de um país (Grings, 2019, p. 35).

Pouco mais de dez anos depois, a UNESCO, em sua Conferência Geral, classifica as bibliotecas nacionais como

Qualquer que seja sua denominação, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações impressas no país e que funcionam como biblioteca de depósito, em virtude de disposições sobre o depósito legal, ou outras disposições (Monte-Mór, 1971, p. 361).

Suas funções compreendem, portanto:

- elaborar uma bibliografia nacional;
- reunir uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao próprio país;
- atuar como centro nacional de informação bibliográfica;
- compilar catálogos coletivos;
- **publicar a bibliografia nacional retrospectiva.**

As bibliotecas intituladas nacionais que não se enquadrem nesta definição não deveriam classificar-se na categoria de bibliotecas nacionais (Monte-Mór, 1971, p. 361, grifo nosso).

Na década de 60, entre os períodos acima citados, outro organismo do meio bibliotecário trouxe análises e concepções sobre as bibliotecas nacionais.

Em 1963, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) definiu que uma Biblioteca Nacional seria aquela com “[...] responsabilidades em âmbito nacional e internacional [...]” (Grings, 2019, p. 40).

A mesma instituição promoveu, em 1964, o Seminário Regional sobre Bibliotecas Nacionais da Ásia e do Pacífico, onde decretava as seis seguintes características pertinentes para que bibliotecas fossem admitidas como nacionais:

elas deveriam ser líderes das bibliotecas da nação, **servir como depósito permanente das publicações do país**, adquirir livros e outros materiais, oferecer livros e outros materiais, servir como centro de coordenação de atividades cooperativas e oferecer serviços ao governo de seu país (Fuentes Romero, 2003 *apud* Grings, 1994, p. 40, grifo nosso).

Como pudemos observar dentre as competências compreendidas, conhecer, abrigar e disseminar as publicações concebidas no âmbito do país sempre estiveram em destaque, mesmo quando ainda se discutia sua real natureza e objetivo.

O patrimônio bibliográfico, quando pensado como representação memorial de uma nação, teve a Biblioteca Nacional como responsável por sua guarda e preservação. Outros pontos foram sendo, paulatinamente, debatidos e incluídos sobre as obrigações de uma biblioteca dessa tipologia.

A definição registrada nos Anais da Biblioteca Nacional brasileira de 1971, por exemplo, corrobora com essa concepção e versa que

Biblioteca nacional é, em princípio, sinônimo de **memória documental da cultura de um país**; é, no seu sentido mais alto, **museu de toda a sua produção bibliográfica**, nos mais diversos campos culturais, através da sua

história. Seu acervo, constituído dentro dessa idéia [*sic*] diretriz, tem por objetivo oferecer, no futuro, a documentação suficiente ao **juízo da produção intelectual do passado** e, no presente, os necessários elementos de informação, que condicionam um **consciente e harmonioso desenvolvimento cultural** (Monte-Mór, 1971, p. 360, grifo nosso).

Como finalidade, o Regimento Interno da Biblioteca Nacional, aprovado através da Portaria n.º 470, de 1 de outubro de 1975, reconhecia:⁸³

[...] **proporcionar a informação cultural** nas diferentes áreas do conhecimento humano, com **base na produção intelectual brasileira** e nas obras mais significativas da cultura estrangeira, que **constituem seu acervo bibliográfico, cujo conjunto lhe cumpre preservar** (Legislação [...], 1975, p. 115, grifo nosso).

Ou seja, durante o Regime Militar, já era consenso a função da Biblioteca Nacional de mantenedora das produções intelectuais e culturais do país. Ela já se destacava como instituição de guarda, proteção e difusão dessas publicações pelos órgãos envolvidos nas áreas da biblioteconomia e da cultura, e pela própria instituição.

Maria Alice Barroso, em seu relatório de gestão de 1985, reafirma que as aquisições por depósito legal, compra, permuta e doação de obras são representativas “[...] sobretudo para a vida nacional e seu relacionamento com o mundo [...]” (Barroso, 1985, p. 164) e devem ocorrer para ampliação do acervo.

6.1 O Depósito Legal

A primeira legislação que cita o envio de materiais para formação do acervo teve seu início ainda no período imperial, através de alvará de 12 de outubro de 1805 onde todas as obras publicadas em Portugal e, posteriormente, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, deveriam ser encaminhadas para a Biblioteca da Corte (Carvalho, 1994).

Outro instrumento legal que tratava do envio de publicações foi o Aviso de D. Pedro I, assinado por José Bonifácio, em 12 de novembro de 1822, onde

manda que a Junta Directora da Typographia Nacional faça remeter para a Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte (atual Biblioteca Nacional), um exemplar de todas as Obras, Folhas periódicas, e Volantes, que se imprimirem na mesma Typographia, e de quaesquer reimpressões que alli se fizerem, e na occasião em que se publicarem, ou se exporem á [*sic*] venda" (Carvalho, 1994, p. 88).

⁸³ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Autonomia administrativa e regimento interno (aprovação). **Portaria n.º 470, de 1 de outubro de 1975. Regimento Interno da Biblioteca Nacional de 1975.** Localização: I-02,34,026. f. 1. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1979.

Alguns anos depois, em 3 de julho de 1847, D. Pedro II, pelo Decreto Imperial 433, abrange o envio de "todos os impressos que saírem da typographia do município da Côrte" (Carvalho, 1994, p. 88) para além da Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro, às bibliotecas das capitais das Províncias. Esta normativa teve aprovação pelo Decreto n.º 1.283, de 26 de novembro de 1856⁸⁴.

A diferença entre as duas últimas legislações ocorria no envio, enquanto no Aviso o que fosse produzido na tipografia seria encaminhado apenas para a Biblioteca da Corte; no Decreto, houve a ampliação desse envio a todo o país. Entretanto, o que era produzido em todo o país continuava sendo desconhecido da biblioteca do Rio de Janeiro.

A primeira normativa de depósito legal brasileiro, enfatizando o envio obrigatório de toda a produção nacional para ser preservada na então denominada Biblioteca Nacional, foi instituída pelo Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907, na gestão de Manuel Cícero. Em seu Art. 1º estabelecia que:

Os administradores de officinas de typographia, lithographia, photographia ou gravura, situadas no Districto Federal e nos Estados, são obrigados a remeter a, [*sic*] Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem (Brasil, 1907).

Esta era a norma vigente durante a Ditadura Militar brasileira, em cujo período se detectava uma falha na execução do encaminhamento de produções bibliográficas, ainda que não por interferências políticas.

Apesar de haver penalidade de multa e delimitação de novo prazo para o envio das obras não remetidas, a contribuição legal tinha histórico de ocorrer de maneira deficitária, segundo exposições de diretores em seus relatórios de gestão, em virtude de desinteresse de envio por parte das casas editoriais, bem como de não possuir fiscalização para que essa ação ocorresse de maneira eficiente (Anais da Biblioteca Nacional, 1976-).

No ano de 1963, das 4.182 obras publicadas em solo brasileiro apenas 576 foram enviadas à Biblioteca Nacional⁸⁵, representando apenas 27% da produção anual do país. No ano de 1966, a isenção de editoras relativa ao envio das obras chega a 90%, algumas

⁸⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Legislação da Biblioteca Nacional - 1810-1969. **Legislação da Biblioteca Nacional - 1810-1969, Divisão de Administração, Seção de Documentação**. Localização: 65,4,003 n.º 039. f. 4. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

⁸⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Legislação da Biblioteca Nacional - 1810-1969. **Biblioteca Nacional Reg. n.º 30/1979**. Localização: 65,4,003 n.º 039. f. 2. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

destas desconhecendo a existência da obrigatoriedade⁸⁶, prosseguindo a falha no envio das publicações.

Além do não encaminhamento, o número reduzido de pessoal acarreta em atraso nas atividades, ou seja, no registro do material que chega e na falta de cobrança das editoras que não cumprem a lei⁸⁷.

Em 1968 a isenção de editoras permanecia em 90%⁸⁸. No mesmo ano, em virtude dessa recorrência, conforme consta na Ata da 1ª Reunião dos órgãos encarregados do levantamento da bibliografia nacional, realizada em 25 de julho de 1968, o sr. José Galante (representante do Instituto Nacional do Livro [(INL)]), propõe a reformulação do depósito legal, visto que ele estava se mostrando ineficaz, não havendo sequer o cumprimento da lei em vigor⁸⁹.

A deficiência de pessoal, obsolescência do instrumento vigente e necessidade de divulgação entre as editoras prossegue em 1969, muito embora haja uma cooperação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, para a conscientização do cumprimento do depósito legal⁹⁰.

Três anos depois o *déficit* de captação se mantém, visto que em 1971, a diretora-geral Jannice Monte-Mór indica que apenas 20% do que foi publicado no país é encaminhado à biblioteca, de acordo com estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Monte-Mór, 1971), cujo acréscimo do encaminhamento comparado ao ano de 1968 é de apenas 10%.

No ano seguinte, 1972, a arrecadação de obras continua em 20% por parte das editoras, apesar da cooperação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da melhoria observada no ano anterior (Monte-Mór, 1972).

Detectando essa ocorrência, os gestores da Biblioteca Nacional buscavam meios de incentivar e coletar com mais eficiência essas produções, pois essa modalidade de

⁸⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Arquivo Geral. Relatórios anuais de gestão 1967-1968-1969. **Seção de Contribuição Legal**. Localização: Topográfico 10058. f. 2. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1966.

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Arquivo Geral. Relatórios anuais de gestão 1967-1968-1969. **Relatório das atividades da Divisão de Aquisição durante o exercício de 1968**. Localização: Topográfico 10059. f. 3. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1968.

⁸⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Correspondência recebida pelo diretor da Biblioteca Nacional. **Of. N.º 469/68 encaminhado ao diretor da Biblioteca Nacional pelo presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação**. Ata da 1ª Reunião dos órgãos encarregados do levantamento da bibliografia nacional, realizada em 25.07.1968. Localização: 66,2,006 n.º 004. f. 2,3. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 21 ago. 1968.

⁹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Arquivo Geral. Relatórios anuais de gestão 1969. **Seção de Contribuição Legal**. Localização: Topográfico 10059. f. 2. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

aquisição era o meio mais eficaz de captação bibliográfica, contribuindo para a preservação da bibliografia nacional, ampliando, enriquecendo e conservando parte do patrimônio cultural do país.

No que diz respeito ao depósito legal, houve algumas menções de como as ações de captação estavam ocorrendo, bem como as tentativas de sua melhoria nos relatórios de direção dos anos de 1974 e 1985, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional, em seu site.

Em 1974, a diretora Jannice Monte-Mór menciona a aplicação de multas para as editoras que não cumprissem devidamente a Lei de Depósito Legal e a ineficiência no controle efetivo por parte da instituição (Monte-Mór, 1974).

Conforme a mesma, a estimativa é de que cerca de 60% da produção bibliográfica nacional seja sonogada, “[...] constituindo um crime contra a história da cultura brasileira, do ponto de vista da produção bibliográfica representativa dessa cultura” (Monte-Mór, 1974, p. 206). Apesar de ainda não ser satisfatório, notamos uma ampliação em relação aos anos anteriores, onde em média 40%, o dobro de 1971, do que é produzido, tem sido remetido.

Desde 1977 destacava-se a nova atribuição da Biblioteca Nacional de responsável pela Numeração Internacional do Livro (ISBN) das obras, a ser implantado no ano seguinte, como um novo mecanismo de controle efetivo, auxiliando a canalização do envio desses bens, e a divulgação por folhetos às editoras comerciais e oficiais (Monte-Mór, 1977).

De fato, no ano de 1978 o sistema é implantado e, conforme a gestora, oferece auxílio no controle do cumprimento do Decreto do Depósito Legal (Monte-Mór, 1978).

Plínio Doyle ratifica em seu relatório de gestão de 1981⁹¹ que o número insuficiente de servidores precariza o controle dos casos omissos, cujas cobranças poderiam ocorrer por carta ou ligação telefônica. Esclarece ainda que as editoras comerciais cumprem a determinação, ao contrário de algumas entidades particulares ou governamentais. Cita também a necessidade de atualização da multa (Doyle, 1981), a qual ainda era em real (antigo) ou réis.

⁹¹ Consta na introdução do relatório que os dados apresentados pelas divisões e seções se referem aos anos de 1979 e 1980.

O relatório da então diretora-geral Célia Zaher, em 1982, aponta um aumento no recebimento de material de 12,81%⁹² comparado ao exercício do ano anterior (Zaher, 1982, 1983). A gestora considera ser uma conquista em virtude das campanhas de conscientização destinadas a editores e impressores (Zaher, 1982).

Com a finalidade de manter o acréscimo observado através de sensibilização dos editores comerciais para cumprimento do Decreto e da catalogação na fonte, menciona agilização de um termo de acordo com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro (Zaher, 1982).

O crescimento permanece, havendo em 1983 um aumento de 20% na remessa de material em comparação com o ano anterior⁹³. Para facilitar as atividades da Seção foi criado provisoriamente o projeto CADENT, programa vinculado ao Banco de Dados que auxiliava “[...] gerando as cartas que acusam o recebimento e, mensalmente, a lista das publicações recebidas de cada editora” (Zaher, 1983, p. 311).

Outra forma de captar obras com mais afinco foi o desenvolvimento do programa INBI, por meio do qual as obras seriam encaminhadas para bibliotecas-base em todos os estados e posteriormente remetidas à Biblioteca Nacional. Essa medida descentralizada coletou 1.500 publicações (Zaher, 1983).

Apesar do acréscimo, tendo ainda baixa adesão, a nova diretora-geral, Maria Alice Barroso, no ano de 1984, cita a divulgação da Lei do Depósito Legal através de correspondências às editoras, contatos pessoais e eventos da área do livro e produção editorial, visando uma maior captação (Barroso, 1984).

Ademais, salienta que no mesmo ano o INL e a Fundação de Assistência ao Estudante passam a exigir o cadastramento de ISBN para convênios, como forma de divulgação e contribuição ao depósito legal (Barroso, 1984).

Com a finalidade de atualizar o dispositivo legal, sendo visto atualmente como danoso, informou ter encaminhado uma minuta de um novo Decreto à Ministra da Educação e Cultura, por meio do Secretário da Cultura (Barroso, 1984).

Enfatiza ainda a imprescindibilidade no controle e cobrança das obras não enviadas, ressaltando que em virtude da cobrança realizada de setembro a dezembro

⁹² O quantitativo não se refere apenas a livros, mas inclui “[...] jornais, revistas, folhetos, partituras musicais, estampas, mapas e discos [...]” (Zaher, 1982, p. 242).

⁹³ O quantitativo não se refere apenas a livros, mas inclui “[...] jornais, revistas, folhetos, partituras, material iconográfico e discos [...]” (Zaher, 1983, p. 311).

dentre 4.874 títulos foram recuperados 777 (Barroso, 1984), número que correspondeu a um aumento de 33% de obras no acervo.

Essa cobrança ocorreu devido à organização do Cadastro do Livro Devido, o qual confrontou fichas recebidas da *Library of Congress*, desde 1982, com as do catálogo de aquisição institucional (Barroso, 1984). Cabia a esse subsistema o “[...] registro e cobrança automática de livros não enviados à Biblioteca, por Depósito Legal⁹⁴”.

A mesma diretora-geral reitera no ano seguinte, 1985, que, buscando uma maior efetividade no envio das obras, mantém às editoras

[...] cobrança por meio de cartas e outros meios de comunicação, do que se pôde tomar conhecimento através de catálogos de editores, notícias de lançamentos de livros e utilização de serviços especializados (Barroso, 1985, p. 164).

Sobre o sistema automatizado CADENT, Barroso relata o registro de 2.776 editores, instituições e gráficas, mantendo o atendimento ao serviço de Contribuição Legal com a emissão de cartas, listagens e estatísticas (Barroso, 1985).

Alice Barroso menciona além da criação do Ministério da Cultura (MinC) crença de que o novo órgão poderia apoiar a BN na execução de suas tarefas, visto que os contextos histórico e financeiro anteriores não foram favoráveis (Barroso, 1985).

Sobre a estatística de aquisição de publicações mediante Depósito Legal, do período de 1964 a 1985, temos os seguintes quantitativos:

TABELA 2 – Estatística de publicações com entrada mediante Contribuição/Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

ANO	QUANTIDADE	TIPO DE MATERIAL
1964	1.658	Livros
1965	1.092	Livros
1966	1.550	Livros
1967	1.442	Livros
1968	1.183	Livros
1969	1.078	Livros
1971	2.676	Livros
1972	72.372	Livros, folhetos, material iconográfico, músicas e fascículos de publicações periódicas
1973	84.943	Peças (não identifica os tipos de materiais)
1974	53.720	Publicações nacionais (não identifica os tipos de materiais)
1975	62.777	Peças (não identifica os tipos de materiais)

⁹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Palestras proferidas por ocasião do 174º aniversário da Biblioteca Nacional. **Palestra sobre a Divisão de Aquisição**. Localização: 48,3,004 n.º 096. f. 6. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 21 ago. 1984.

ANO	QUANTIDADE	TIPO DE MATERIAL
1976	65.086	Peças (não identifica os tipos de materiais)
1977	67.729	Peças (não identifica os tipos de materiais)
1978	78.917	Peças (não identifica os tipos de materiais)
1979	81.756	Peças (não identifica os tipos de materiais)
1980	83.193	Obras (não identifica os tipos de materiais)
1982	94.631	Livros, jornais, revistas, folhetos, partituras musicais, estampas, mapas e discos
1983	115.288	Livros, jornais, revistas, folhetos, partituras, material iconográfico e discos
1984	23.346	Livros, folhetos, teses, mapas, estampas e outros. Exceto periódicos
1985	24.170	Monografias (livros)

Fonte: Elaborado pela autora⁹⁵

Entre os anos de 1964 a 1969 ocorreu pouca alteração na captação de obras pela modalidade, exceto nos anos 1966 e 1967, quando houve um certo acréscimo. Não conseguimos identificar o que pode ter causado esse aumento, contudo, no final dessa década, especificamente nos anos 1968 e 1969, houve uma queda nos números. Nesse período se iniciava uma opressão às publicações bibliográficas, o que pode ter interferido.

Como já havia sido ressaltado por diretores, observamos que na década de 60 o envio de obras era parco. A insuficiência de funcionários para realizar a cobrança aliada à desatualização do instrumento de exigência e cobrança do depósito legal, além do desconhecimento da sua existência, geravam transtornos e atrasos no registro e disponibilização das obras. Assim, um anteprojeto de novo Decreto foi elaborado, visando um melhor desenvolvimento dessa atividade.

Nesse documento⁹⁶, em relação ao vigente, verificamos sugestões de alterações como:

⁹⁵ Dados extraídos dos seguintes documentos: *Relatórios anuais de gestores* dos anos de 1965 a 1967, 1969 a 1971, disponibilizados pelo *Arquivo Geral da Biblioteca Nacional*, Localização: Topográfico 10058; Registro de material entrado na biblioteca relativo ao ano de 1968, com título *Levantamento de dados dos trabalhadores executados na Biblioteca Nacional*, parte da *Coleção Biblioteca Nacional* do ano de 1968, disponibilizado pela *Divisão de Manuscritos*, Localização: 66,5,001 n. 082; e os *Relatórios de gestores* dos *Anais da Biblioteca Nacional* dos anos de 1973 a 1981, 1983 a 1985, disponibilizados no endereço: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Os diferentes documentos se referem aos materiais como: entrados, registrados ou adquiridos. Não identificamos os dados referentes ao ano de 1981.

⁹⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Arquivo Geral. Relatórios anuais de gestão 1966. **Atualização da Lei de Contribuição Legal, na base da proposta encaminhada ao M. E. E.** Localização: Topográfico 10058. f. 1, 2. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1966.

- o prazo de envio passa de 5 para 10 dias, válido para todo território nacional, considerando para o Distrito Federal e outros Estados a data de remessa e para a Guanabara a efetiva data de entrega. Antes, obras do Distrito Federal deveriam ser remetidas no mesmo dia de publicação;
- uma multa de 5 vezes o valor da obra não encaminhada, substituindo a de 50\$000 a 100\$000. O novo instrumento não cita outro período de envio no caso de ultrapassarem o período estabelecido, como na antiga legislação, que seria o mesmo inicial, mas afirma que em caso de extravio outro exemplar deveria ser enviado. Destaca que a infração verificada seria informada à autoridade judiciária competente para que o valor fosse arrecadado e mantido nos cofres públicos (Brasil, 1907, art. 1º, § 5º, art. 2º).

A gestora que perdurou por quase toda a totalidade da década de 70 tomou iniciativas de divulgação da Lei do Depósito Legal, da efetivação de cobranças e de parcerias com outras instituições, visando tornar o número de editoras contribuintes mais robusto. Embora não tenhamos tido acesso ao quantitativo exato de livros adquiridos pelo depósito legal no período, percebemos que há uma manutenção de aproximadamente o mesmo número.

Além disso, um novo anteprojeto requisitando a autonomia institucional foi reenviado no final de 1973, após modificações sob o anterior, à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Um ponto forte da sua gestão foi a preservação cultural, desenvolvendo atividades no Plano Setorial de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura visando o crescimento do acervo cuja maior captação se dava através da contribuição legal obrigatória.

Parte do Plano Setorial do Ministério da Educação (MEC) estava vinculada aos projetos: 24 – Preservação do Patrimônio Artístico Nacional e 25 – Incentivo a Difusão e a Criação no Âmbito da Cultura, no ano de 1972 (Monte-Mór, 1972). Em 1975 estava associada ao projeto 24, que se tornou o Projeto 28, e à Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural, Projeto 29 (Monte-Mór, 1975). A BN programou planos de trabalho para o Plano Setorial de 1972 a 1974.

O depósito legal integrava a “preservação do patrimônio” e buscava “[...] providências para enriquecimento do acervo da instituição, o processamento técnico dos

documentos adquiridos com esse fim e as respectivas guarda e conservação em condições de acesso por parte do público leitor” (Monte-Mór, 1972, p. 266-267).

Nos anos 80, também não conseguimos identificar os valores exatos apenas da captação de livros, mas percebemos a continuação dessas ações de cobrança e a pouca oscilação nos quantitativos gerais, embora tenhamos notado que haja destaque da gestão para um aumento da captação que se deve às campanhas de conscientização realizadas, ou seja, houve avanço.

CARTAZ 1 – Não esqueça o depósito legal, [1982].

[Cartaz de Divulgação do Depósito Legal].



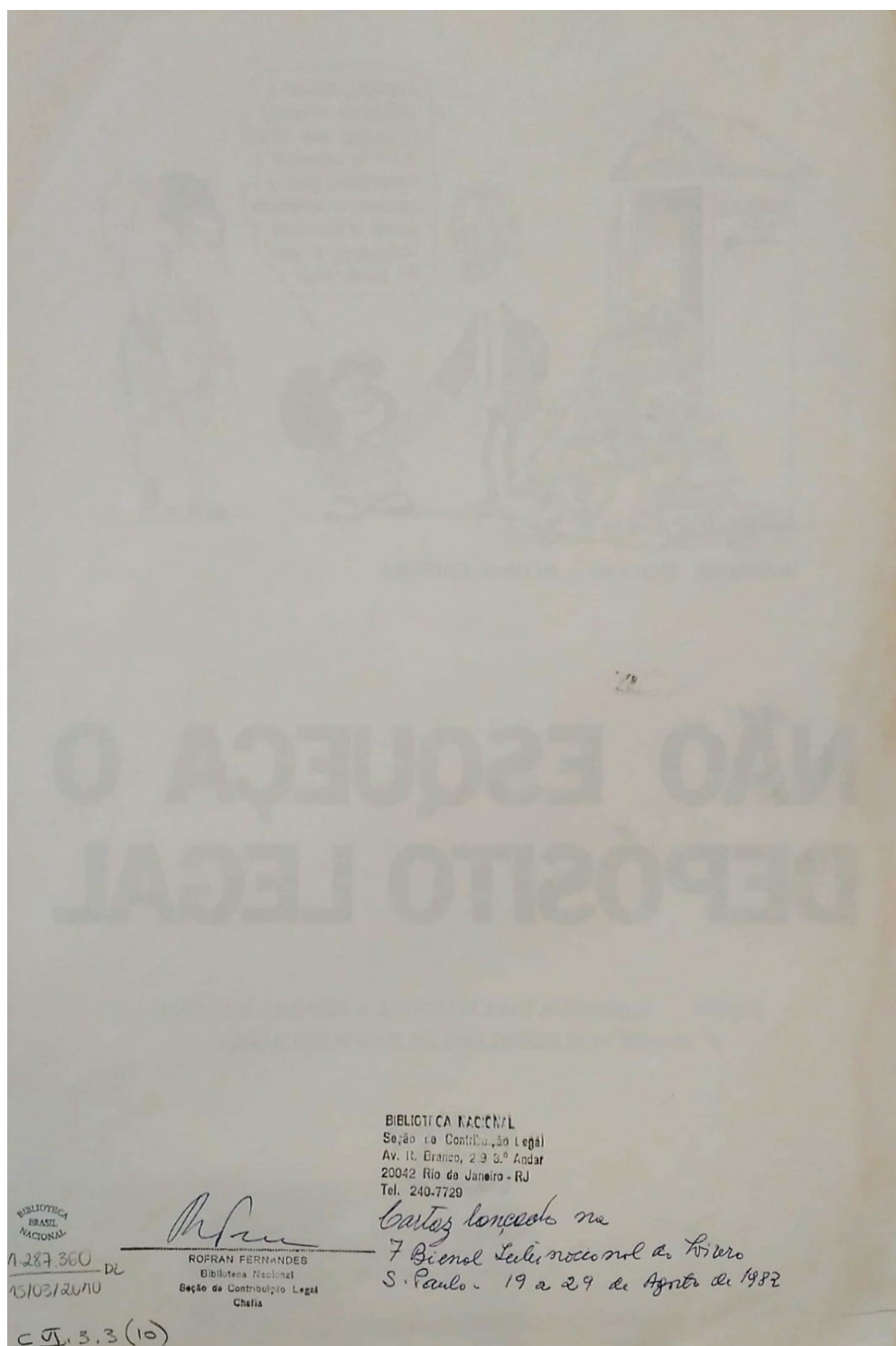
MAFALDA ©QUINO — GLOBAL EDITORA.

NÃO ESQUEÇA O DEPÓSITO LEGAL

EDITOR: CONTRIBUA PARA PRESERVAR A MEMÓRIA NACIONAL
MANDE HOJE EXEMPLARES DE SUAS PUBLICAÇÕES

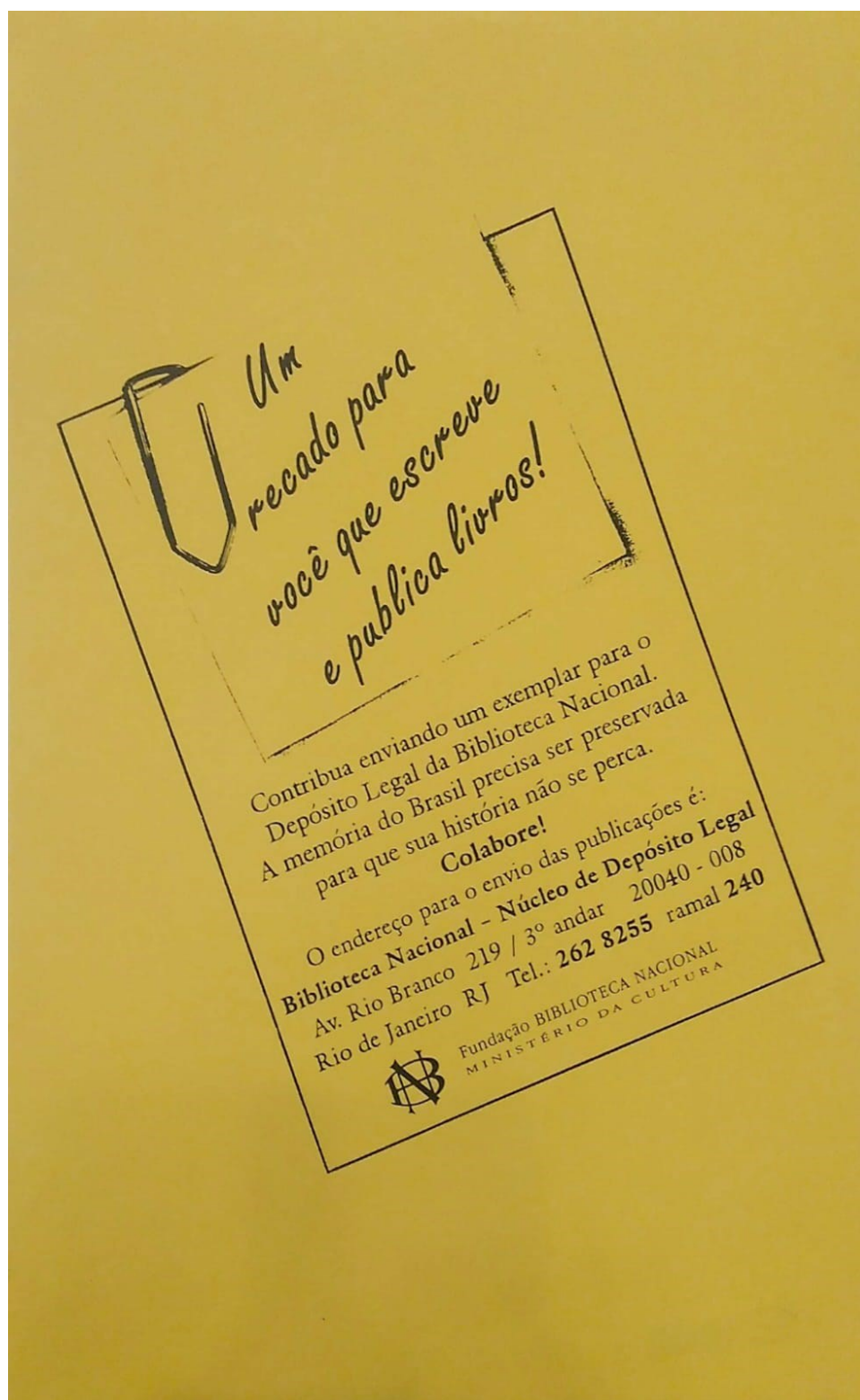


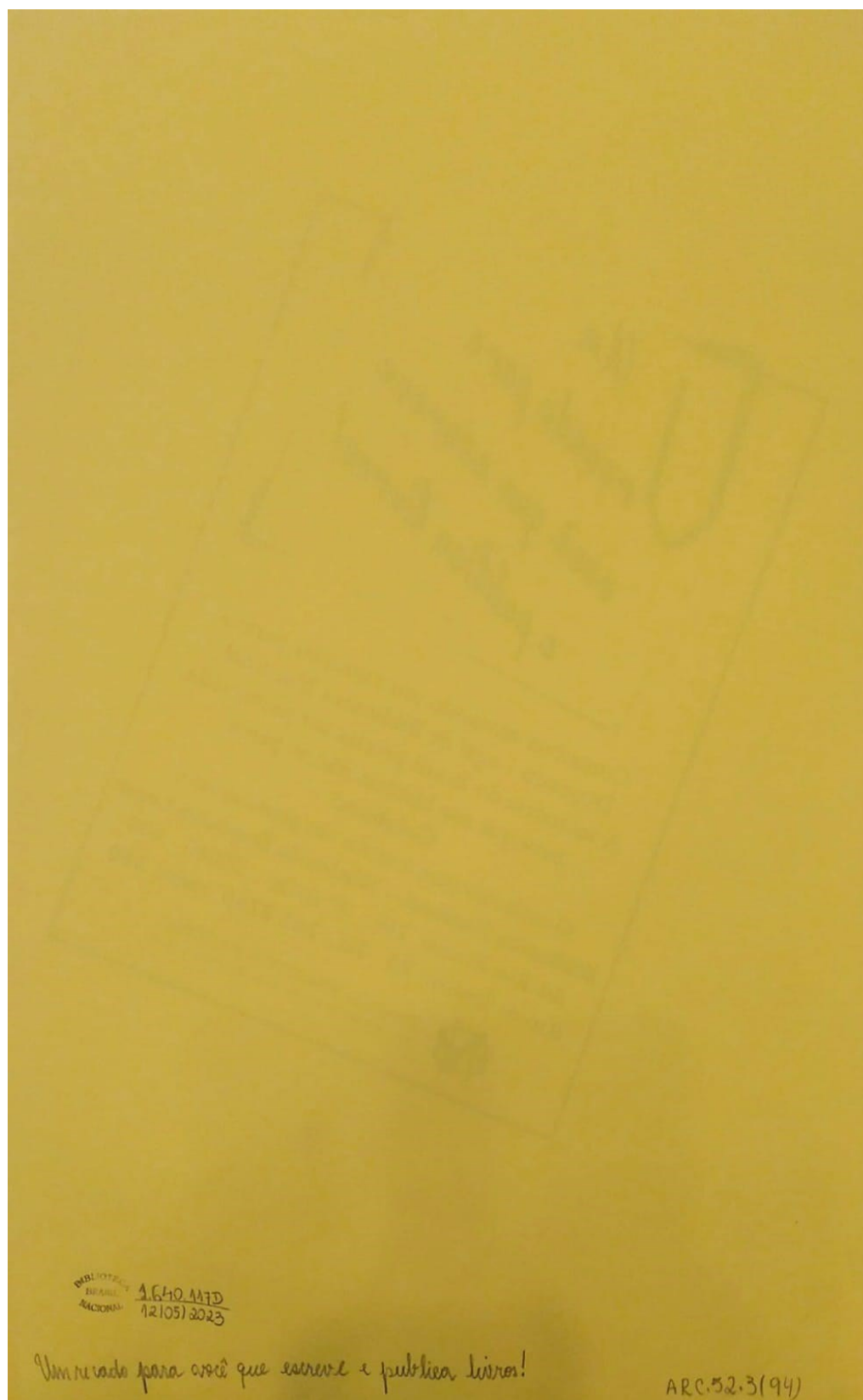
BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco, 219/230 - tel. 240 77 29
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20 042



Fonte: Seção de Iconografia/FBN.

CARTAZ 2 – Um recado para você que escreve e publica livros!, [199-].
[Cartaz de Divulgação do Depósito Legal].





Fonte: Seção de Iconografia/FBN.

De maneira geral, o aumento na contribuição ocorreu, o que pode ser justificado pelas campanhas de conscientização já praticadas desde a década anterior e pelas novas parcerias com instituições do setor livreiro que foram sendo firmadas para divulgar e obrigar os produtores gráficos a enviar suas publicações. Por outro lado, o número insuficiente de servidores permaneceu, assim como a vigência do instrumento legal com sua obsoleta penalidade.

Detectamos também, no que tange às publicações recebidas pelo depósito legal, que há obstáculos que ultrapassam o envio deficiente e que são ratificados em todo o período analisado. No quadro abaixo compilamos os empecilhos à eficiência da execução do depósito legal e as formas empregadas pelos gestores em busca de melhorar essa execução.

QUADRO 4 – Obstáculos e formas de conscientização à captação de obras por Contribuição Legal.

OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS	FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO AO ENVIO
o número insuficiente de pessoal para registrar as obras que chegavam e as disponibilizarem no acervo, deixando-as inacessíveis aos usuários por longo tempo.	cooperação de órgãos, entidades e instituições na divulgação e captação dessas publicações.
o número insuficiente de pessoal para fiscalizar e cobrar o envio às editoras que não o realizavam.	atribuição de responsável pelo ISBN forçando as editoras a encaminharem suas obras para geração do código.
a obsolescência do Decreto vigente e sua multa que dificultava a cobrança e a conscientização de obrigatoriedade do envio das publicações.	criação de sistema temporário para auxiliar na execução das tarefas quanto ao recebimento de materiais.
***	criação de programa de coleta descentralizada com cooperação de bibliotecas de cada estado.
***	divulgação através de correspondência às editoras, catálogos de editores, eventos livreiros, contatos pessoais.
***	criação de subsistema que através de registro das editoras cobrava as que não encaminhavam as publicações.

Fonte: Elaborada pela autora⁹⁷.

Em documentos institucionais aos quais tivemos acesso, os Regimentos dos anos de 1948 (vigente na década de 60), 1975 e 1982 (o qual realizou alterações no de 1975),

⁹⁷ Dados coletados dos Relatórios de Gestão de 1971 a 1985, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional e disponibilizados no site pelo endereço: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>.

e organogramas, no que tange ao Depósito Legal e à Seção de Contribuição Legal, as menções estavam dispostas da seguinte maneira:

QUADRO 5 – Menção ao Depósito Legal e à Seção de Contribuição Legal nos Organogramas da Biblioteca Nacional dos anos 1946, 1972, 1975 e 1982.

ANO	MENÇÃO AO DEPÓSITO LEGAL	SEÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO LEGAL ⁹⁸ - ORGANOGRAMA E COMPETÊNCIAS
1946	Capítulo 1, Da finalidade e Competência, Art. 1º. Deve “[...] manter, conservar e enriquecer o seu acervo bibliográfico, competindo-lhe: [...] b) serviço de coleta, na conformidade das disposições vigentes, de exemplar de obra e publicação de entrega obrigatória”	Organograma: Vinculado à Divisão de Aquisição (DAq). Competências: “I – orientar e fiscalizar a aplicação das disposições legais sobre [...] entrega obrigatória de publicações à Biblioteca; II – preparar e fazer publicar o boletim bibliográfico”.
1971	***	Organograma: Vinculado à Divisão de Aquisição. Seção de Contribuição Legal.
1972	***	Organograma: Vinculado a Serviços Técnicos: Divisão de Aquisição. Seção de Contribuição Legal.
1975	Capítulo I, Natureza e Finalidade, consta que “[...] lhe cumpre preservar seu acervo bibliográfico, produção intelectual brasileira”.	Organograma: Vinculado à Divisão de Aquisição e Processamento (DAP). Competências: Divisão de Aquisição e Processamento: “[...] a execução das tarefas de composição do acervo, de acordo com a política de aquisição estabelecida e de tratamento técnico das peças, para fins de guarda e uso”. Seção de Contribuição Legal (SCL): a – acompanhar o movimento da produção editorial brasileira; b – proceder do controle da observância dos dispositivos legais relativos à contribuição legal; c – manter atualizados os catálogos de seção.
1982	Não tivemos acesso a esta informação.	Desmembra a Divisão de Aquisição e Processamento em: a) Divisão de Aquisição, e b) Divisão de Processamento Técnico.

Fonte: Elaborado pela autora⁹⁹.

⁹⁸ Responsável por receber, registrar e cobrar o depósito legal.

⁹⁹ Informações extraídas dos documentos: Brasil, 1946; BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Reforma administrativa da Biblioteca Nacional. **Organograma da Biblioteca Nacional**. Localização: 65,1,005 n.º 058. f. 1. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1972; BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Autonomia administrativa e Regimento Interno (Aprovação). **Portaria n.º 470, de 1º de outubro de 1975. Regimento Interno da**

Identificamos, no documento de reorganização administrativa da BN, de 1969, proposta de novos organograma e Regimento institucionais onde não constava a Seção de Contribuição Legal; a Divisão de Aquisição consistia em diversas Seções de Aquisição pela tipologia do material. Uma delas seria a Seção de Aquisição de Obras Impressas e Manuscritas¹⁰⁰, onde acreditamos que entrariam as obras advindas do depósito legal.

Em linhas gerais, o depósito legal pretendia garantir que o acervo da Biblioteca Nacional integraria toda publicação literária produzida, garantindo assim a preservação desse conteúdo para acesso futuro. Dessa forma, era obrigatório constar obras editadas no Brasil, e também obras estrangeiras de grande valor literário.

Dessa forma, é preciso considerar o momento histórico estudado de censura instituída, mas também a já recorrente falha na coleta das produções impressas. Fato é que, por motivos diversos e apontados, houve perdas no depósito que devem ser identificadas, visando, inclusive, uma possível recuperação desse decréscimo intelectual do período.

No campo do depósito legal não detectamos ações oriundas do governo militar com propósito de interferência direta na Biblioteca Nacional enquanto biblioteca de custódia, como uma legislação que prejudicasse ou impedisse integralmente o envio ou recebimento destes materiais. Todavia, sabemos que ao passo que o governo restringia a edição e circulação de obras bibliográficas, o envio se tornava ainda mais inviável dada a clandestinidade com a qual algumas publicações tiveram que ser produzidas e comercializadas.

6.2 A Censura na Biblioteca Nacional e os livros proibidos

A Biblioteca Nacional é uma das maiores instituições mantenedoras do patrimônio bibliográfico brasileiro através, sobretudo, da coleta e preservação destes materiais por meio do Decreto de Depósito Legal, mencionado no capítulo anterior.

Assim sendo, é de grande relevância identificar se os materiais aos quais foi aplicada alguma regulação ou proibição compõem nos dias atuais o acervo da BN; como

Biblioteca Nacional. Localização: 66,1,006 n.º 039. f. 1, 2. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1979; Grings, 2019; Zaher, 1982.

¹⁰⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Legislação da Biblioteca Nacional - 1810-1969. **Biblioteca Nacional.** Localização: 65,4,003 n.º 039. f. 5, 8. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1969.

foram tratados pelos Bibliotecários; e se havia alguma fiscalização do governo sobre eles, durante a Ditadura Militar.

Acessando os documentos administrativos institucionais: *Relatórios de gestão*, integrantes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1972 a 1985¹⁰¹; *Coleção Biblioteca Nacional*; e *Relatórios de gestão do Arquivo Geral*, os dois últimos relativos aos anos de 1964 a 1985, não identificamos explícita ou formalmente restrições ou exigências que se caracterizassem como atos censórios ante a instituição por parte do governo vigente.

Todavia, de maneira parcialmente indireta, as ações efetuadas em âmbito nacional envolvendo os livros literários, acarretaram alterações na dinâmica da biblioteca. Detectamos que havia uma perícia no acervo por parte de militares, e que alguns Bibliotecários, funcionários à época, empreenderam ações de proteção às obras que eram alvo de censura.

A ex-Bibliotecária da Biblioteca Nacional, Ana Virginia Pinheiro¹⁰², com a qual conversamos por *e-mail*, também participou de algumas *lives* entre 2020 e 2021 nas quais trouxe à luz episódios de medidas protetivas aos livros do acervo da BN, assim como reflexões a respeito do fazer bibliotecário ante essas imposições.

Ana Virginia afirma ter tomado ciência desses feitos através de funcionários ativos no período da Ditadura Militar, os quais foram atores dessas ações¹⁰³. Um deles, foi o Prof. Mário Ferreira da Luz, um dos responsáveis pelo inventário dos armazéns de livros¹⁰⁴ e diretor interino até a nomeação de Célia Zaher.

Em complemento às informações sobre a instituição no período ditatorial, entrevistamos¹⁰⁵ outros dois Bibliotecários da BN: Rutonio Jorge Fernandes de Sant'Anna¹⁰⁶ e José Augusto Gonçalves¹⁰⁷, sendo o primeiro servidor aposentado e o segundo servidor ativo.

¹⁰¹ Não constam Relatórios da Diretoria nos anos de 1964 a 1971, 1979 e 1980 (os dados referentes a estes últimos dois anos se encontram no relatório de 1981).

¹⁰² Bibliotecária aposentada da Biblioteca Nacional. Trabalhou na instituição de 1982-2020, sendo destes, 16 anos como Chefe da Divisão de Obras Raras (Censura [...], 2021).

¹⁰³ *E-mail* enviado por Ana Virginia Pinheiro em 15 de março de 2022.

¹⁰⁴ Os Armazéns eram (e ainda são) os espaços destinados à guarda dos acervos.

¹⁰⁵ Entrevistas de pesquisa concedidas em: 15 de março de 2022 e 17 de março de 2022, respectivamente, via *Microsoft Teams*.

¹⁰⁶ Bibliotecário aposentado da Biblioteca Nacional. Trabalhou na instituição de junho de 1982 a março de 2022, sendo Coordenador Substituto do Acervo Geral por 11 anos, Chefe de Obras Gerais por 12 anos, e Coordenador do Acervo Geral por 1 ano.

¹⁰⁷ Estagiário de Biblioteconomia de 1982 a 1988. Bibliotecário desde 1985 aos dias atuais. Desenvolveu a maioria das suas atividades na Divisão de Periódicos.

Rutonio, além da entrevista concedida, encaminhou-nos por *e-mail* dois vídeos¹⁰⁸ gravados em 2019 para um Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo tema era a censura na Biblioteca Nacional¹⁰⁹. As gravações ocorreram no Salão de Leitura e na varanda do 4º andar da biblioteca, locais onde os episódios que narra se passaram.

Enfatiza ter conhecimento das ocorrências do período ditatorial através de relatos orais, tal qual Ana Virginia, dos Bibliotecários e outros funcionários com os quais teve contato ao ser admitido na BN no início da década de 80, os quais executaram as ações.

José Augusto foi o único que testemunhou episódios quando era ainda estagiário da instituição, os quais nos expôs, declarando a satisfação em poder transmitir esse conhecimento e deixá-lo registrado.

Conforme Ana Virginia, obras com assuntos que atingissem a moralidade ou política difundidas pelo governo autoritário foram deslocadas para outras seções ou prateleiras diferentes das suas de origem, tendo a finalidade de não serem recuperadas (Censura [...], 2021). Esses títulos poderiam também ser remanejados para cofres de gravuras ou manuscritos¹¹⁰. Em inventário realizado quando era chefe da Seção de Obras Raras, ela encontrou, nos armazéns, livros que não deveriam estar nesse espaço, pois não se enquadravam como raros (Censura [...], 2021).

A esse respeito, Rutonio relata que as obras por vezes eram escondidas por trás das estantes e que chegou a encontrar livros nessa situação, apresentando avarias como empoeiramento e sujidade, com a confirmação de “desaparecido” ou “fora de lugar” em seus catálogos topográfico (interno para identificação da localidade do livro na estante) e dicionário (explicado mais à frente). Por se encontrarem nesse local há bastante tempo, ele crê que foram obras escondidas.

A Biblioteca Nacional, não apenas pela finalidade de manter a produção cultural bibliográfica brasileira, como também pela natureza de uma parte dos materiais aos quais custodia, é reconhecida como instituição de memória, mantendo em suas coleções obras de valor incontestável e raridade atestada. Esses materiais citados pertencem às obras raras; as outras obras, consideradas correntes, de fácil aquisição ou sem registros que as tornem especiais, pertencem às obras gerais.

¹⁰⁸ Encaminhados em 14 de março de 2022.

¹⁰⁹ Não conseguimos recuperar esse trabalho acadêmico.

¹¹⁰ *E-mail* enviado por Ana Virginia Pinheiro em 15 de março de 2022.

A Seção onde se encontra o acervo raro tem acesso mais limitado e restrito, por vezes quase sigiloso; ao contrário da segunda seção, geral, de maior circulação de usuários e manuseio dos livros.

FOTOGRAFIA 3 – [Seção de Livros Raros], 1981.



Fonte: Seção de Iconografia/BN Digital.

FOTOGRAFIA 4 – Armazém de livros, [1911?].



Fonte: Seção de Iconografia/BN Digital.

No organograma institucional, algumas designações foram dadas aos setores responsáveis por ambos os tipos de obras. Entre as décadas de 60 e 80 temos as designações conforme o quadro a seguir. As duas seções possuíam seus Armazéns onde as obras eram acondicionadas.

QUADRO 6 – Designações da Seção de Obras Gerais e Seção de Obras Raras na Biblioteca Nacional de 1946 a 1985.

REGIMENTOS	OBRAS GERAIS	OBRAS RARAS
1946	Divisão de Circulação - Seção de Leitura	Divisão de Obras Raras e Publicações - Seção de Livros Raros
1971	Divisão de Referência Geral - Seção de Consulta e Leitura	Divisão de Referência Especializada - Seção de Obras Raras

Fonte: Elaborado pela autora¹¹¹.

¹¹¹ Informações extraídas dos Regimentos de 1946, 1971. No Regimento de 1975 constava o mesmo que no organograma de 1971. Identificamos a existência de 4 regimentos durante esse período: 1946, 1971, 1975 e 1982, porém não tivemos acesso ao último.

Contribuindo com essa ação de ocultamento, outra ação de grande relevância se trata da retirada do “jogo de fichas” do Catálogo Dicionário¹¹² que se encontrava na Seção de Leitura. Era através delas que os usuários identificavam o que constava no acervo para solicitar a leitura.

Dessa forma, se algum apoiador do regime ou responsável pela fiscalização e apreensão de obras do aparato censor buscasse neste catálogo, as obras não seriam identificadas (Censura [...], 2021).

O termo “jogo de fichas” se refere às diversas entradas que uma obra poderia ter para ser recuperada, sendo as principais por autor ou por título, mas podendo haver outras, secundárias, tais quais: “assunto, tradutor, prefaciador, título original”.

Nas fichas do CD constavam os dados de identificação dos livros: título, autoria, edição, editora, local, ano e assuntos, além dos dados técnicos como a classificação e localização do livro na estante (esta no caso da BN, que tem localização fixa e não relativa, ou seja, não organiza seu acervo pela classificação).

O Sistema de Localização Fixa (SLF) é uma forma de organização de livros visando dirimir os danos ao suporte informacional, sendo por isso escolhido pelas “[...] bibliotecas comprometidas com a salvaguarda da memória bibliográfica” (Pinheiro, 2022, p. 54).

O SLF prevê que as obras sejam dispostas nas estantes por meio dos critérios de tipos documentais (livros não se misturam com periódicos) e materialidade (pergaminho não se mistura com couro); formato (tamanho) e suporte (material de fabricação) dos itens (Pinheiro, 2022). Possuem, ademais, um local específico para cada item na estante, o qual não é alterado com a chegada de novas obras de mesma classificação. Na BN, o armazenamento se dá considerando o tamanho das obras (Biblioteca Nacional, [20–], classificação e indexação). O código de localização é formado nas Obras Gerais da seguinte maneira: VI-229,5,29, significando, respectivamente: andar, prateleira, estante e número do livro na estante.

A retirada de fichas também auxiliava para que se diminuísse o quantitativo de livros a serem deslocados, tendo em vista o grande número de materiais que a biblioteca

¹¹² O Catálogo Dicionário deixou de ser alimentado por volta de 1987, em razão da informatização do acervo com a implantação do catálogo *online*, no qual desde então todas as obras são inseridas. Informação coletada em *e-mail* enviado por Rutonio Jorge Fernandes de Sant’Ana em 8 de agosto de 2023.

abrigava, uma vez que conta com 6 andares, 550 estantes, com em média 7 prateleiras cada¹¹³.

Se algum pesquisador buscasse pela obra, o Bibliotecário a entregaria, sabendo para onde a havia remanejado. Caso o profissional percebesse se tratar de um suspeito delator ou militar, a ação de deslocar o livro faria com que ele constasse como inexistente no fichário, estando assim resguardado de ser solicitado (O “inferno” [...], 2020). Rutonio pontua que os Bibliotecários anotavam a nova localização das obras remanejadas e guardavam as fichas retiradas¹¹⁴.

Em casos particulares, apesar da subtração das fichas, era necessário que o livro fosse removido das estantes, como o caso de “O Capital”, de Karl Marx, cujo nome estava em destaque na lombada e seria facilmente identificado caso houvesse uma fiscalização no local. Era o caso também dos quadrinhos eróticos do Carlos Zéfiro. Outras que se destacassem menos, sem a localização exata do item, dificilmente seriam avistadas¹¹⁵.

O problema dessa “descatologação” consistia em que, com a aposentadoria ou o falecimento dos envolvidos, os livros permaneciam fora de suas localizações de origem e eram dados como perdidos. É provável que ainda hoje existiam livros que não foram recuperados para serem repostos em suas devidas prateleiras (O “inferno” [...], 2020).

Importante salientar que os armazéns nunca foram de acesso aberto aos consulentes¹¹⁶, portanto, a única forma de constatar a existência de um livro por parte da comunidade externa era pelo acesso ao catálogo de fichas, ou indo diretamente nas estantes, o que se tornava inviável sem a localização pelo número de obras constantes no acervo.

A entrada nos armazéns era restrita aos servidores, então, para que uma obra fosse acessada, após a identificação desta e de sua localização, um funcionário do setor a pegaria e entregaria ao solicitante. Exceto, claro, ao aparato censor que se valia das legislações governamentais e da autoridade incubida para impor sua entrada.

¹¹³ E-mail enviado por Rutonio Jorge Fernandes de Sant’Ana em 14 de março de 2022, contendo 2 vídeos.

¹¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

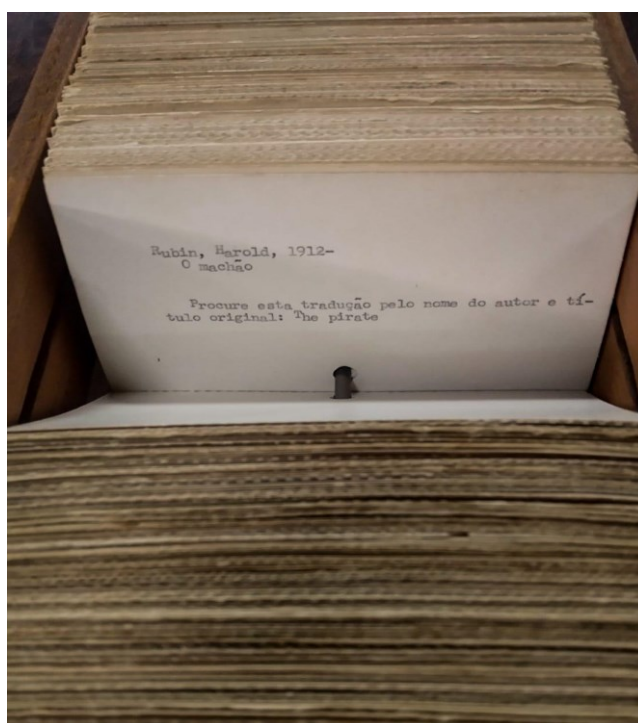
¹¹⁶ Informação coletada em conversa por *WhatsApp* com Rutonio Jorge Fernandes de Sant’Ana em julho de 2023.

FOTOGRAFIA 5 – Catálogo Dicionário da Seção de Obras Gerais, 2023.



Fonte: A autora.

FOTOGRAFIA 6 - Ficha no Catálogo Dicionário, 2023.



Fonte: A autora.

Todas essas precauções tomadas foram chamadas por Rutionio de “formas de driblar a censura e a Ditadura Militar”¹¹⁷, não apenas pela tensão e proibitividade aos livros no país, mas porque efetivamente havia “visitas” de agentes do governo com intenção de eliminação de obras.

Essa constatação veio dos relatos dos servidores com os quais Ana Virginia e Rutionio conversavam, assim como do depoimento de Augusto sobre a experiência que teve com militares nos armazéns, a qual será em breve apresentada.

Não conseguimos verificar a qual instância do governo esses agentes estavam vinculados. Os militares com os quais Augusto se deparou nos armazéns trajavam uniforme verde-oliva, e ele informou serem da aeronáutica.

Os militares apareciam subitamente na biblioteca e buscavam por assuntos tais quais “comunismo, socialismo, marxismo, obras eróticas”¹¹⁸. Os Bibliotecários comentavam que eles eram facilmente identificados quando se disfarçavam de pesquisadores, pelo comportamento, pela aparência física e pela forma de comunicação, utilizando-se de jargões militares, por exemplo¹¹⁹.

FOTOGRAFIA 7 – Salão de leitura [da Biblioteca Nacional], [19--].



Fonte: Seção de Iconografia/BN Digital.

¹¹⁷ *E-mail* enviado por Rutionio Jorge Fernandes de Sant’Ana em 14 de março de 2022, contendo 2 vídeos.

¹¹⁸ *E-mail* enviado por Rutionio Jorge Fernandes de Sant’Ana em 14 de março de 2022, contendo 2 vídeos.

¹¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

Rutonio cita que os antigos funcionários comentavam com ele que, por vezes, saíam para bares, com os falsos pesquisadores, agentes do SNI, após a “pesquisa”, afirmando que os falsários não desconfiavam que haviam sido identificados. Os agentes buscavam “fazer amizade” com os profissionais visando adquirir alguma informação ou delação. Tal como na hora da pesquisa, os Bibliotecários e outros funcionários os enganavam e conversavam sobre assuntos aleatórios, em nada relativo à política¹²⁰. Essas ocorrências retratam a década do final de 60, intensificadas no pós-AI-5, até o início dos anos 80.

Temos conhecimento de que havia comunicação entre os órgãos militares e a Biblioteca Nacional, o que não era incomum visto que ambos pertenciam à esfera pública federal. A Biblioteca Nacional esteve, durante o íterim da Ditadura Militar, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, tendo sido incorporada à Fundação Pró-Memória em 1981, mas ainda pertencente ao mesmo Ministério, até sua transferência para o então criado Ministério da Cultura, em 1985.

Uma correspondência¹²¹ foi encaminhada ao diretor Adonias Filho, em 9 de junho de 1964, pelo novo diretor da Seção de Segurança Nacional (SSN) quando este foi empossado. A SSN também integrava a estrutura organizacional do MEC, de acordo com dados do documento. O propósito da comunicação era mantê-lo a par da nova chefia e contar com a sua colaboração ao que fosse necessário.

Outros documentos de mesma natureza foram encontrados dentre os administrativos da BN, não temos como afirmar que houve interesses, tampouco contribuições de cunho apoiador, além de obrigações burocráticas ou uma política de bom contato ante o período que se instaurava. Sabemos, entretanto, que Adonias era amigo de Golbery de Couto e Silva (Grings, 2019) e que este foi o chefe do SNI¹²² no período de junho de 1964 a março de 1967 (Governo do Estado de São Paulo, [20–]).

¹²⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

¹²¹ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Correspondência recebida pelo diretor geral da Biblioteca Nacional, Adonias Filho. **Comunicação sobre nomeação, posse e assunção de Diretor da SSNE**. Localização: 65,5,002 n.º 004. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1964.

¹²² Serviço instituído pela Lei n.º 4.341, de 13 de junho de 1964, para auxiliar na garantia da Segurança Nacional por meio da coordenação, coleta e avaliação de informações e contra informações.

Um ofício do Ministério da Guerra¹²³, mais especificamente da Diretoria de Armamento, foi expedido pelo Cel. Tíndaro Machado Gouvêa do Amaral, em 14 de março de 1967, então encarregado de um IPM, para o diretor Adonias Filho.

Em consequência desse IPM, o coronel solicitava informação sobre o registro do Jornal Diário do Fórum, cujo presidente era o Sr. Rogério Nogueira. O diretor Adonias Filho, que geriu a BN por toda a década de 60, inicia a resposta ao ofício esclarecendo não ser de responsabilidade da BN a guarda de periódicos, mas sim do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, órgão que integrava o Ministério da Indústria e Comércio. Na sequência, informa que constam cinco números do jornal mencionado, os quais apresenta, adquiridos por execução da lei de Depósito Legal.

Podemos inferir que ao esclarecer que não cabia à BN ter a guarda destes materiais, ele tencionava ou protege-los ou não apoiar as práticas governamentais militares, pois o Decreto de Depósito Legal vigente determinava que “§ 1º Estão compreendidos na disposição legal não só livros, revistas e **jornaes**, mas também obras musicaes, mappas, plantas, planos e estampas” (Brasil, 1907, grifo nosso).

Favorecendo essa inferência de combate implícito, houve, por parte de Carlos Henrique Juvêncio¹²⁴, ex-funcionário da Biblioteca Nacional, menção a um episódio ao qual teve conhecimento informalmente, enquanto lá trabalhava.

Contavam que em meados de 1968, na ocasião de um confronto entre manifestantes e militares em determinado protesto, acontecido em frente à biblioteca, Adonias pôs os manifestantes para dentro e fechou as portas. Quando, logo depois, os militares tentaram acesso ao interior da biblioteca, o diretor impediu a entrada deles argumentando que todos que lá estavam eram pesquisadores e não tinham vinculação alguma com a manifestação que ocorria. Rutonio reafirma que as portas da biblioteca eram fechadas quando ocorriam atos violentos nas passeatas¹²⁵.

Outro modo de controle por parte dos fiscais da censura era a de verificação das “Fichas de Leitores”. Constava na ficha, além dos dados pessoais do usuário, tais como endereço e local de trabalho, os interesses de pesquisa, sendo possível então identificar

¹²³ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Correspondência recebida pelo diretor geral da Biblioteca Nacional, Adonias Filho. **Of. n. 3-IPM - Informação (solicita)**. Localização: 65,5,002 nº 004. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1965.

¹²⁴ Estagiário em Biblioteconomia da Biblioteca Nacional de 2004 a 2006, contratado de projeto de 2007 a 2009 e terceirizado de 2008 a 2010.

¹²⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

os assuntos pesquisados¹²⁶. Esse teria sido um dos meios utilizados para indicar opositores e convocá-los para interrogatório.

FICHA 1 – Ficha de Cadastro de Leitor da Biblioteca Nacional, 1967.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

REGISTRO DE LEITOR N.º 13397

NOME (em letra de imprensa) [REDACTED]

FILIAÇÃO [REDACTED]

E [REDACTED]

PROFISSÃO [REDACTED] LOCAL DE TRABALHO [REDACTED]

DATA NASCIMENTO [REDACTED] ESTADO CIVIL [REDACTED]

NACIONALIDADE [REDACTED]

NATURALIDADE Curitiba - Paraná

IDENTIDADE [REDACTED]

ENDEREÇO (inclusive o telegráfico) [REDACTED]

RECEBI O CARTÃO N.º 13.397

Rio, em 13 de 12 de 1967

Consulente [REDACTED]

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1967

Fonte: Seção de Manuscritos/FBN.

¹²⁶ E-mail enviado por Ana Virginia Pinheiro em 15 de março de 2022.

FICHA 2 – Ficha de Cadastro de Leitor da Biblioteca Nacional, 1980.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
BIBLIOTECA NACIONAL

Registro de Leitor N.º 235

Nome [redacted] (Não escreva acima desta linha)

Data do nascimento [redacted] (Em letra de imprensa)

Naturalidade Rio de Janeiro

Estado Civil [redacted] Profissão [redacted]

Filiação [redacted]

Residência [redacted]

Local de trabalho [redacted]

Identidade [redacted]

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1980

MOD. BN-3 Plínio Doyle Silva
Diretor da B. N.

Assinatura do Consiliente

Fonte: Seção de Manuscritos/FBN.

FICHA 3 – Ficha de identificação de leitor da Biblioteca Nacional, 1982.

M.E.C. – Biblioteca Nacional

IDENTIFICAÇÃO DE LEITOR

N.º 661

Data 25.08.1982

Nome [redacted]

Assinatura [redacted]

MOD. BN-4

DIRETOR

Fonte: Seção de Manuscritos/FBN.

Acessamos a pasta de fichas de leitores antigas, porém não havia nenhum complemento onde indicasse as leituras realizadas ou assuntos de interesse dos usuários, apenas os cartões que dispunham de seus dados pessoais de cadastro. Havia também um “cartão de leitor”, com o qual tanto se permitia acesso à Seção de Leitura quanto à recuperação do cadastro.

Esse cadastro foi extinto na década de 80 e boa parte das fichas foram destruídas¹²⁷. Constatamos esse fato através de documento de registro da 1ª reunião da

¹²⁷ E-mail enviado por Ana Virginia Pinheiro em 15 de março de 2022.

Comissão para destinar o acervo da antiga Seção de Documentação¹²⁸, de 1982, no qual dentre suas resoluções, constava a eliminação de alguns registros de leitores após triagem, mas não expunha os critérios utilizados.

Sobre meios de identificar quem combatia o sistema político autoritário, há, pela tradição oral, relatos de que fotógrafos à trabalho pelo governo eram vistos na varanda do 3º e 4º andar da biblioteca aguardando os participantes das manifestações contra o Regime Militar para fotografá-los. Posteriormente, estes eram convocados a interrogatório¹²⁹, muito provavelmente nas delegacias pertencentes ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

FOTOGRAFIA 8 – Varanda do 3º andar da Biblioteca Nacional, 2022.

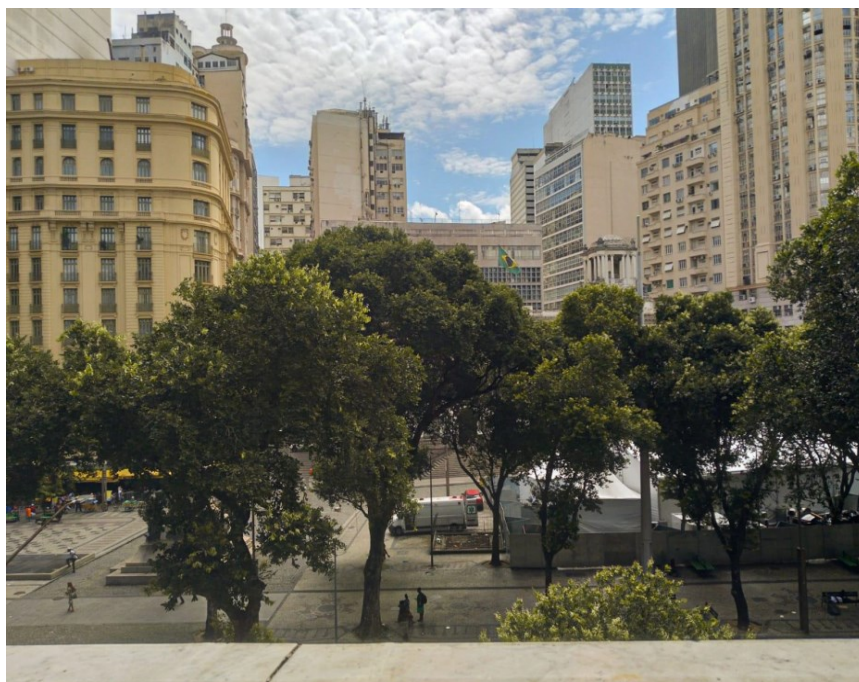


Fonte: A autora.

¹²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Documentos referentes aos trabalhos da Comissão de destruição do acervo da antiga Seção de Administração (Arquivo Administrativo da BN.). **Ref. Deliberação nº 31/82. Comissão para destinar o acervo da antiga seção de documentação.** Localização: 65,1,004 n.º 019. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1974.

¹²⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

FOTOGRAFIA 9 – Vista da varanda do 3º andar da Biblioteca Nacional, 2022.



Fonte: A autora.

A BN está localizada em uma região central da cidade, bairro Cinelândia, que foi palco de passeatas e manifestações políticas de grande importância para a história do país. Marcas desses protestos foram registradas, inclusive, no prédio da instituição, que teve seus pilares externos pichados com as frases: “O povo unido jamais será vencido”, “A luta continua” e “Abaixo a ditadura”.

FOTOGRAFIA 10 – [Pichações nos pilares da fachada frontal do edifício da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 19--].



Fonte: Seção de Iconografia/BN Digital.

Conforme Rutonio, houve funcionários que foram levados para averiguação, mediante interrogatório, por terem comparecido ou se mostrado a favor das manifestações, porém não encontramos registros que tenham sido perseguidos ou violentados¹³⁰.

Em contrapartida, havia um servidor que, embora nunca tenha sido confirmado, Augusto e outros desconfiavam ser um suposto delator, pois era abertamente apoiador do governo. O servidor era Waldir da Cunha, funcionário da BN. Augusto narra um episódio onde este foi insultado de “não valer nada” e esbofeteado por um militante, chamado Altamiro, também funcionário da biblioteca. O fato ocorreu em um café próximo à BN. Suas suspeitas sobre Waldir ser um informante interno foram fortalecidas após o ocorrido¹³¹.

Muitos dos relatos coletados se referem às obras de teor político, mas as de cunho sexual também tiveram destaque. Corroborando com o que expôs Ana Virginia sobre os

¹³⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

¹³¹ Entrevista de pesquisa concedida em 13 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

locais para onde as obras condenadas eram remanejadas, Augusto narra a existência de um armário fechado por cadeado, o qual nunca tinha visto ser acessado. Em determinado dia, ao perguntar à Bibliotecária Beth, responsável pelos armazéns na época, foi informado de que ali continha periódicos pornográficos, tais quais A Revista do Homem, Playboy e Ele e Ela. Esse fato aconteceu pouco depois do fim da Ditadura, já no governo de José Sarney.

Em se tratando de locais de guarda inusitados, Carvalho (1994) e Cunha (2009) revelam um fato ocorrido na gestão da diretora Jannice Monte-Mór, gestora durante praticamente toda a década de 70, em que um cofre vedado com cadeado cujo segredo era desconhecido foi encontrado. Após a abertura do cofre por um especialista em segredos, constatou-se a existência livros pornográficos, muito provavelmente ali armazenados como forma de proteção, caso nos atenhamos às narrativas apresentadas.

Cinco títulos, dos mais de cinquenta, lá encontrados foram: Consolo de viúva; Um marido em apuros; Chifres para todos; A insaciável (Carvalho, 1994). Destes, não identificamos na pesquisa virtual apenas o primeiro título.

Essas obras contemplam a *Coleção Inferno*, que se encontra sob a guarda da atual Seção de Obras Raras, e tem como objetivo identificar e destacar obras que passaram por forte controle ou censura em algum período da história. Uma exposição com elas também foi realizada por Ana Virginia, em 2015.

Na fala de Ana Virginia, responsável pela criação da coleção, o infernal seria “[...] tudo que era censurável, tudo que era considerado constrangedor, tudo aquilo que violou convenções morais, especialmente o pornográfico, conforme os valores de cada época” (O “inferno” [...], 2020, 17 min 48 seg). Além de “[...] tudo que era relacionado a sexo: sexo em parceria, sexo solitário, sexo com iguais, ou toda forma de perversão sexual” (O “inferno” [...], 2020, 18 min 25 seg).

Estas obras estão identificadas como pertencentes à Coleção em seus dados no Catálogo *online*. Ao realizarmos a busca pelo nome da coleção “Inferno” em “busca avançada”, recuperamos 3 títulos. Se realizarmos a busca por “inferno” em “todos os campos”, filtrar pelo acervo de “obras raras” e por material “livro”, recuperamos 94 registros¹³², entre estrangeiros e nacionais, onde consta em assunto ou notas pertencerem

¹³² Não pesquisamos exaustivamente todas as obras, mas pela proporção do que observamos, em sua grande maioria constituem a Coleção, ou pelo menos dessa forma esses títulos conseguem ser recuperados. Entendemos que todos os livros que a incorporam deveriam possuir essa menção no campo “Coleção”, do contrário, apresenta uma falha na recuperação dos itens que a formam. Da maneira como se apresenta

à essa coleção. As publicações se encaixam em obras eróticas/pornográficas ou político-sociais, havendo uma maior concentração das primeiras.

Em maiores detalhes, Augusto esclarece a experiência que teve com a ida de militares à BN em determinado dia em que estava guardando jornais, quando se deparou com dois oficiais da aeronáutica na Seção de Armazéns, acompanhados pelo responsável pelo atendimento da Seção, Mário Casé. Curioso pela visita no espaço restrito a funcionários ou autorizados perguntou o que lá faziam, obtendo como resposta que fosse substituí-lo no atendimento e que informasse aos outros funcionários que eles estavam com visitas. Ao ligar pro atendimento passou a informação à chefe da Seção de Periódicos¹³³.

Augusto afirma ainda que eles possuíam uma lista em mãos e que percorriam as estantes inspecionando e buscando publicações alvo de censura, de restrição, não necessariamente proibidas em sua totalidade, mas que continham conteúdopositor ao governo. Afirma também tê-los visto analisando a coleção da Revista Manchete. Seguiram para o terceiro andar e realizaram a mesma perícia, contudo, por ser composto em sua grande maioria por publicações estrangeiras, não houve demora.

No segundo andar, conversaram com a chefe da Seção e continuaram o exame dos periódicos. De acordo com Augusto, esse era o andar mais subversivo, pois guardava títulos como Movimento, O Pasquim, Realidade e Veja. Após a saída dos militares, em conversa com Mário Casé, Augusto foi alertado que eles faziam visitas periódicas e que caso os visse novamente evitasse qualquer conversa, pois eles eram do SNI e tinham intenção de recolhimento de publicações e apagamento da memória nacional. Essa ocorrência se deu no início da década de 80.

atualmente, é necessário ter previamente os dados do título ou autor para que o livro seja identificado e possa ser acessado.

¹³³ Entrevista de pesquisa concedida em 13 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

FOTOGRAFIA 11 – Sala de leitura de jornais e revistas, [1911?].



Fonte: Seção de Iconografia/BN Digital.

Outra situação por ele experienciada foi o ocultamento de periódicos por efeito dessas inspeções: os títulos que eram fortemente controlados foram encaminhados para a biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo prédio se localizava nos fundos da Biblioteca Nacional. Originalmente o local acomodava revistas e jornais de grande circulação duplicados, levados ao prédio às terças e quintas, por Antônio Ferreira (Tibaúba), para dar espaço às estantes, dada a constante inserção de novos volumes em virtude do depósito legal.

Logo depois de ter observado mais uma ação “suspeita” ocorrendo na Seção de Periódicos, Augusto foi convocado para a sala do diretor, à época Plínio Doyle, onde foi lhe explicado que o objetivo de estas revistas serem levadas para um espaço externo era o de impedir sua apreensão pelos agentes do governo. Na oportunidade, o incumbiram de realizar essa atividade desde então.

A transferência de periódicos censurados foi suspensa em 1985, com o fim da Ditadura Militar, e as publicações foram devolvidas à Biblioteca Nacional, aos seus locais de origem.

De acordo com Augusto, todas as atividades protetivas às obras passavam pelo aval e tinham o apoio do diretor, e apenas os funcionários confiáveis eram intervenientes.

Dentre os funcionários que integravam essa “equipe” estavam: Antônio Ferreira (Tibaúba), José Hugo, Mário Casé, Mário Luz e Olímpio¹³⁴.

Apesar de a pesquisa ter se dedicado aos livros, e não a revistas, estas também sofreram forte intolerância. Como nos prestamos a dar um panorama do momento histórico quanto às atividades institucionais, mostrou-se relevante expor esses acontecimentos da Seção de Periódicos. Inclusive, é importante salientar que esse é o único testemunho que conseguimos levantar, posto que grande parte dos funcionários da época já estão falecidos, e outra parte alegou não ter conhecimento de fatos que pudessem contribuir com a pesquisa.

Atitudes como a dos funcionários, de buscar proteger o acervo, demonstram uma postura combativa dos profissionais, com as quais podemos estabelecer um diálogo com os instrumentos vigentes, identificados no capítulo anterior. Desse modo, pôde-se defender o direito e o acesso à informação, tendo a vista a imposição dos profissionais ante situações extremas que buscavam suprimi-los.

No BN Informativo de 1974¹³⁵, encontramos menção à atualização do Código de Ética profissional do mesmo ano, destacando a pertinência de seu uso como código de conduta. Destarte, os profissionais da instituição estavam cientes da normativa e da importância de segui-la, sendo assim também evidenciado pela própria Biblioteca Nacional. Isso não só os colocava a par da existência e atualização do instrumento, como também deveria fazê-los refletir sobre sua postura profissional.

Ana Virginia enfatiza que, com essas condutas, “[...] o foco dos bibliotecários, ao salvarem os livros na BN, não era o censor ou o governo militar; era proteger a garantia do depósito legal, a integridade da biblioteca naquele período de exceção, a despeito de qualquer opinião”¹³⁶.

Os Bibliotecários que poderiam ser apoiadores do regime ou que possuíam perfil tradicionalistas e puritanos não eram envolvidos nas ações de proteção/ocultamento aos livros, nem informados dos procedimentos, como já mencionado por Augusto e ratificado por Rutonio, quando ele nos informa que as ações de proteção aos materiais eram combinadas entre os funcionários e encoberta dos apoiadores do governo¹³⁷.

¹³⁴ Nomes apontados por Ana Virginia, Augusto e Rutonio.

¹³⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Coleção Biblioteca Nacional. Biblioteca Nacional Informativo, v. 2, n. 4, jul./ago. 1974. Localização: 66,5,002 n.º 058. p. 11,12 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). 1974.

¹³⁶ E-mail enviado por Ana Virginia Pinheiro em 15 de março de 2022.

¹³⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2022, via *Microsoft Teams*.

Embora legalmente não tenhamos identificado uma censura instituída pelo governo ditatorial, tal como um documento que indicasse alguma intervenção às atividades que competiam à Biblioteca Nacional, havia uma fiscalização que pretendia controlar o que permanecia no acervo, o que foi ratificado pelos participantes da pesquisa.

Nessa conjuntura, os Bibliotecários institucionais (ao menos os que participaram ativamente das ações) tomaram precauções de salvaguarda ao acervo bibliográfico que se encontrava sob sua responsabilidade. É provável que muitas obras existam ainda hoje devido às ações de defesa empreendidas por esses profissionais.

6.3 Análise dos livros constantes nos pareceres da DCDP que integram o acervo da Biblioteca Nacional

Objetivamos analisar se as obras da Seção Censura Prévia, Série Publicações, integrante do fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Arquivo Nacional, constam no acervo da Biblioteca Nacional.

A lista é constituída pela relação de livros, revistas e jornais, identificados por título, que correspondem aos pareceres¹³⁸ dos censores, elaborada pelo Arquivo Nacional de Brasília.

Alguns pareceres acompanham as obras físicas, e a lista corresponde aos anos de 1968 a 1982, totalizando 672 itens, dentre nacionais e estrangeiras, onde alguns títulos se repetem. A lista possui ainda um ofício, contendo em seu somatório 673 documentos.

Do total dos 673, extraímos as publicações no formato livro, em idioma português, de autoria de brasileiros ou editoras instaladas no país, com temática sexual que podem ser classificadas como eróticas, pornográficas, obscenas ou como manuais de sexologia, cujo resultado foi de 379 documentos¹³⁹. Como há títulos com pareceres duplicados ou triplicados, excluimos o “excesso” e consideramos apenas um parecer por obra. Dessa maneira, chegamos ao quantitativo de 361 pareceres de temática sexual¹⁴⁰ para serem investigados.

¹³⁸ Algumas obras da lista possuem apenas os livros físicos, sem os pareceres.

¹³⁹ Alguns títulos da lista não foram passíveis de ter a temática conferida. Não encontramos dados disponíveis sobre eles.

¹⁴⁰ Alguns títulos não são narrativas apenas de erotismo, mas envolvem outros comportamentos condenados e marginalizados pelo governo autoritário e parte da sociedade conservadora.

Desta parcela de obras literárias, detectamos que 78 constam no acervo da Biblioteca Nacional. Destas, 52 foram vetadas; 20 foram liberadas, conforme ilustra os quadros abaixo; e 6 não possuem parecer.

QUADRO 7 – Livros que integram o acervo da Biblioteca Nacional com resultado do parecer do censor¹⁴¹.

ITEM	AUTORIA	TÍTULO	ANO	PARECER DO CENSOR
1	André de Figueiredo	Labirinto	1972	Sem parecer
2	Cassandra Rios	A serpente e a flor	1972	Sem parecer
3	Pauline Reage	A história de O	1972	Vetado
4	Robert Halley	Último tango em Paris	1973	Vetado
5	Emmanuelle Arsan	Emmanuelle: a virgem	1974	Vetado
6	Hernani Irajá	Confissões de um conquistador de criadas	1974	Liberado
7	Albert de Routsie	Irene (O sexo de Irene)	1975	Vetado
8	Brasigóis Felício	Diários de André	1975	Vetado
9	Cassandra Rios	Copacabana posto seis (A madrastra)	1975	Vetado
10	Cassandra Rios	Marcella	1975	Vetado
11	Cassandra Rios	Uma mulher diferente	1975	Vetado
12	Cassandra Rios	As traças	1975	Vetado
13	Christopher Palmer	Amor sem limite	1975	Vetado
14	Christopher Palmer	Ele	1975	Vetado
15	Edward Thorne	As garotas que dizem sim (Estudo sociológico sobre jovens da idade permissiva)	1975	Vetado
16	Emmanuelle Arsan	Novelas da erosfera	1975	Vetado
17	Harold Robbins	O indomável	1975	Liberado
18	Harold Robbins	O machão	1975	Vetado
19	Henry Miller	Dias de Clichy e uma noite em Newhaven	1975	Vetado
20	Hilário Veiga Carvalho	Discurso sobre o sexo	1975	Liberado
21	Jackie Collins	Vendetta do sexo	1975	Vetado
22	John Ferris	O Colégio Harrison: “a escola do sexo”	1975	Liberado
23	Júlio Ribeiro	A carne	1975	Liberado
24	Larry Schwab e Karen Markham	Descubra o seu QI sexual	1975	Vetado
25	Márcia Fagundes Varela	O preço de Marta	1975	Vetado
26	Marquês de Sade	A divina marquesa	1975	Vetado
27	Nancy Friday	Meu jardim secreto	1975	Vetado
28	Norton Hughes Jonathan	Vôo erótico	1975	Vetado
29	Paul Ableman	A boca sensual	1975	Vetado

¹⁴¹ Inserimos as cujo parecer não constam pois entendemos que, independente do veto ou liberação, como depositária legal essas obras deveriam compor em seu acervo.

ITEM	AUTORIA	TÍTULO	ANO	PARECER DO CENSOR
30	Peter McCurtin	A escalada do prazer	1975	Vetado
31	Pierre Valinieff	As carícias do casal	1975	Vetado
32	Riola Arriagada	Confidências íntimas	1975	Vetado
33	Wiston Graham	Marnie	1975	Vetado
34	Adelaide Carraro	Eu e o governador	1976	Liberado
35	Adelaide Carraro	Os padres também amam	1976	Vetado
36	Aguinaldo Silva	Dez histórias imorais [ou Dez estórias imorais]	1976	Vetado
37	Cassandra Rios	A borboleta branca	1976	Vetado
38	Cassandra Rios	A breve história de Fábila	1976	Vetado
39	Cassandra Rios	A sarjeta	1976	Vetado
40	Cassandra Rios	Georgette	1976	Vetado
41	Cassandra Rios	Macária	1976	Sem parecer
42	Cassandra Rios	Nicoleta ninfeta	1976	Vetado
43	Cassandra Rios	Tessa, a gata	1976	Vetado
44	Cassandra Rios	Veneno	1976	Vetado
45	Cassandra Rios	A volúpia do pecado	1976	Vetado
46	Donald E. Westlake	Adios Sheherazade ou A vida secreta de um homem sensual	1976	Vetado
47	Eustace Chesser	O preço do amor	1976	Liberado
48	F. W. Paul	Vampiras do sexo	1976	Vetado
49	F. W. Paul	O garanhão da "Cosa Nostra" (Ataca a Cosa Nostra... Em defesa de Deus, do país, da honra - e também do sexo)	1976	Vetado
50	Harold Robbins	Ninguém é de ninguém	1976	Liberado
51	Irving Wallace	As medidas do amor	1976	Liberado
52	Jennifer Sills	As massagistas	1976	Vetado
53	Louis-Charles Royer	Escravo do desejo	1976	Liberado
54	Márcia Fagundes Varela	Voragem do desejo	1976	Liberado
55	Norberto Valentini, Clara di Meglio	Sexo no confessionário	1976	Liberado
56	R. T. Larkin	Supermercado supermacho	1976	Vetado
57	Richard M. Falk	Fortaleza sua potência sexual	1976	Liberado
58	Robert Chartham	As mulheres, o amor e o sexo	1976	Vetado
59	Rubem Fonseca	Feliz ano novo	1976	Vetado
60	Theodor Laurence	O significado sexual do tarô	1976	Liberado
61	Alex Comfort	Os prazeres do sexo	1977	Vetado
62	Alex Comfort	Mais prazeres do sexo	1977	Vetado
63	Cassandra Rios	O bruxo espanhol	1977	Sem parecer
64	Dr. G. Pop	A vida amorosa de um médico	1977	Vetado
65	Georges Valensin	Dicionário sexual	1977	Liberado
66	Harold Robbins	79 park avenue	1977	Liberado
67	Jennifer Sills	Os “garotos” da massagista	1977	Vetado
68	Lawrence Lipton	A revolução erótica: o nascimento de uma nova moral?	1977	Vetado
69	Aurico Serzedello Machado	Sexo, amor, casamento	1978	Liberado
70	Cassandra Rios	A paranóica [ou Ariela, a paranóica]	1978	Vetado

ITEM	AUTORIA	TÍTULO	ANO	PARECER DO CENSOR
71	Cassandra Rios	Os amantes	1978	Vetado
72	Natalie West	As novas aventuras das secretárias	1978	Liberado
73	Shere Hite	O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina	1978	Vetado
74	Vatsyayana	Kama Sutra	1978	Liberado
75	Cassandra Rios	O gigolô	1979	Sem parecer
76	Cassandra Rios	O prazer de pecar	1979	Sem parecer
77	Mark Andrews	Massagistas para executivos	1979	Vetado
78	Adelaide Carraro	Asco	****	Liberado

Fonte: Elaborado pela autora.

Após análise, constatamos que, do total de livros componentes da lista da Censura Prévia de conteúdo sexual, constam na biblioteca apenas 21,60%, dos quais 14,40% foram vetados, 5,54% foram liberados e 1,66% estão sem parecer. Do montante dos 78 títulos que constam na BN 66,67% são dos vetados, 25,64% dos liberados e 7,69% dos sem parecer¹⁴².

Atestamos então um *déficit* expressivo de obras do período em questão e na linha do tempo da literatura brasileira, o que ratifica as dificuldades de recolhimento apresentadas pelos diretores da BN¹⁴³.

Em relação à forma de aquisição, dos 78 títulos, apenas 3 – 2 vetados e 1 liberado – foram adquiridos por doação¹⁴⁴, todos no período pós-ditadura, sendo todos os outros 75 adquiridos mediante contribuição ou depósito legal. Alguns títulos possuem mais de uma edição na biblioteca, um destes títulos possui 1 exemplar adquirido por direito autoral, mas todos os outros por contribuição ou depósito legal.

Detectamos então, que há um maior número de livros que não fazem parte do acervo da BN, dentre os integrantes da lista de análise dos censores, mesmo dentre os que não sofreram veto, sendo esta porcentagem ainda menor.

A lista elaborada pelo Arquivo Nacional conta com pareceres de 1968 a 1982, contudo, na BN verificamos constar obras apenas de 1972 a 1979. Esse período se encaixa com o momento em que a atual diretora, Jannice Monte-Mór, empenha-se em dar ampla

¹⁴² Nesta pesquisa, observamos se havia entrada das obras na BN no período ditatorial, pois alguns títulos possuem mais de um exemplar. Nosso levantamento constatou: 47 obras encaminhados ainda no período ditatorial (algumas com outros exemplares de entrada anterior ou posterior) e 5 no período pós-ditadura. Desses 5, um foi em forma de doação, e os outros 4 e os 47, por depósito legal.

¹⁴³ Existe também, a possibilidade de algumas dessas obras não terem sido ainda tratadas, contudo, tendo em vista o tempo de possível aquisição, acreditamos mais na possibilidade de não envio mesmo.

¹⁴⁴ Levamos em consideração a entrada das obras na BN entre as décadas de 60 e 80. Alguns títulos, com mais de um exemplar, também possuem exemplares adquiridos por doação, porém no período pós Ditadura.

divulgação da lei do depósito legal. Compreendemos ser esta a razão desse número significativo. Também, na sua gestão, ela ratifica o compromisso com a preservação da memória bibliográfica, o que pode ter sido um incentivo às ações desenvolvidas.

Das 52 obras vetadas pelos censores, foram enviadas por DL, após 1985, apenas 16 títulos, sendo, deste total, 5 títulos integralmente encaminhados após o período. Dentre as 20 liberadas, o número é ainda menor: 2 títulos, um antes de 1985 e outro após.

No entanto, não há evidências suficientes para afirmar que essa subtração tenha sido ocasionada em razão do Regime Ditatorial, tendo como referência as reclamações constantes dos diretores sobre obras não enviadas, e que estas não se restringiam apenas às que estavam no alvo da censura. Em contrapartida, do total adquirido apontado no quadro acima, a grande maioria procedeu dessa modalidade.

Igualmente, não identificamos precisamente quando se iniciou, ou em quais períodos houve maior intensificação, dos atos defensivos por parte dos Bibliotecários. Porém, tendo conhecimento que Jannice encontrou um cofre trancado em sua gestão, sabemos que se iniciou em período anterior, ou seja, da década de 60 para anos anteriores. Não podemos certificar, pois, que essas obras foram ali armazenadas para proteção ante o período despótico que se instaurava, ou se tratou-se, de uma ação de autocensura ante os conteúdos dos materiais.

Carvalho (1994, p. 147) menciona existir na Biblioteca Nacional, ainda na década de 90 por parte de “Alguns funcionários [...] o ranço de considerar a BN como o protótipo do museu à antiga, fechado e resguardado aos olhares leigos. É a eterna dicotomia que sempre existiu entre conservar e expor, entre guardar e deixar ver”. Tratava da defesa por parte de alguns sobre a manutenção sigilosa de determinados documentos “inéditos”.

É possível que, na mesma linha, obras consideradas impróprias por esses mesmos indivíduos, pudessem ter sido objeto de ocultamento. Ao citar ser um pensamento antiquado e que “se mantém”, o autor deixa nítido que transcorriam em tempos anteriores à década de 90.

Tendo ciência da retirada das fichas do Catálogo dicionário para o ocultamento das obras, verificamos quais delas poderiam ainda não ter sido inseridas. Realizamos a busca pela entrada principal, nome de autor. Apesar de outras formas de entrada serem possíveis, não teríamos tempo hábil nem conhecimento prévio de quantas entradas secundárias foram dadas à cada obra para verificarmos.

Os resultados se encontram no quadro abaixo, e resultam da busca por ao menos uma ficha de cada título, pois algumas obras possuem mais de uma edição na biblioteca.

Constatamos que do total das 78 obras, 59 constam no Catálogo dicionário e 19 não. Representando, respectivamente, 75,64% e 24,36%.

TABELA 3 – Presença de fichas de dados dos títulos que se encontram no Catálogo Dicionário¹⁴⁵.

ANO	SIM	NÃO
1972	2	1
1973	1	0
1974	2	0
1975	20	7
1976	24	3
1977	5	3
1978	2	4
1979	2	1
Sem ano	1	0

Fonte: A autora.

Dessa forma, após termos identificado as obras analisadas pelos censores, não apenas as proibidas, que não integram o acervo da BN; mas também as que têm grande dificuldade de ser localizadas, sugerimos a aquisição destas publicações. Assim, a BN manterá sua missão de “[...] coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira [...] assegurando [...] a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (Biblioteca Nacional, [201-?], competências e atividades).

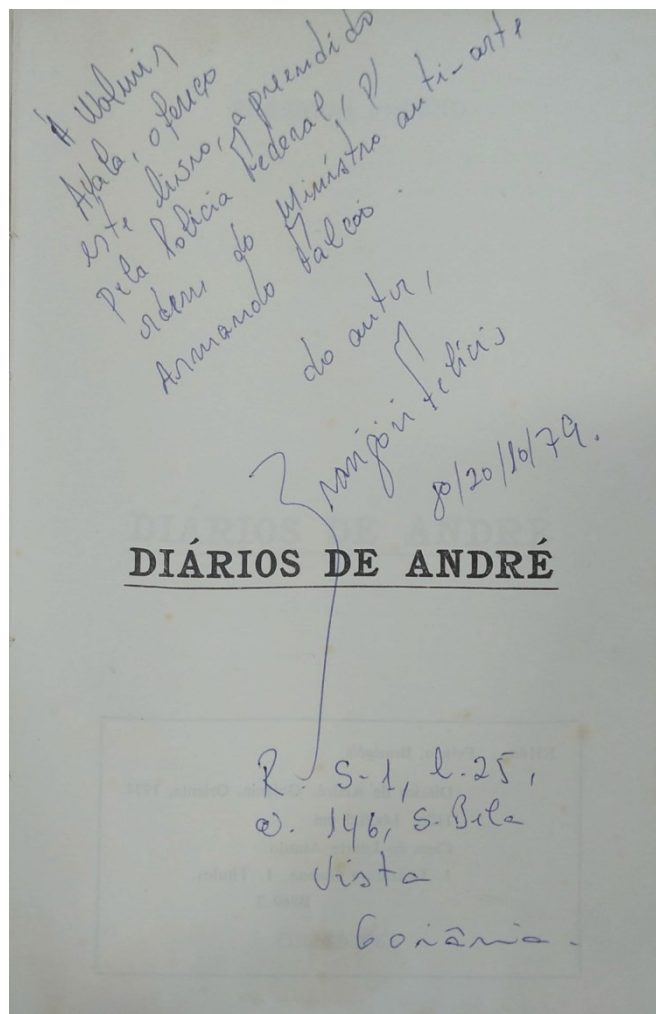
Dentre os títulos faltosos, encontram-se alguns das escritoras Adelaide Carraro e Cassandra Rios, que foram extremamente perseguidas, e cujas obras são raras de encontrar ainda que em sebos.

Outra indicação seria a criação de uma coleção específica para esses livros, os quais sugerimos que passem a integrar a Seção de Obras Raras ou a *Coleção Inferno*, dado o valor dessas obras em razão do contexto na qual foram concebidas ou evidenciadas.

Há, por exemplo, a existência da obra *Diários de André*, de Brasigóis Felício, onde o autor insere, em uma de suas páginas, uma dedicatória a um amigo, em 1979, na qual cita a apreensão da publicação pela Polícia Federal por ordem do ministro “anti-arte”, como ele identifica Armando Falcão. Nesse contexto, essa dedicatória é uma marca de proveniência que atribui raridade à obra.

¹⁴⁵ A princípio colocaríamos as informações apenas das obras adquiridas entre 1964 e 1985, porém, identificando que alguns títulos da lista constavam na BN, mas com todos seus exemplares adquiridos antes ou após esse período, achamos melhor inserir independente dessa circunstância. Como poucos títulos tiveram todos os seus exemplares adquiridos antes ou depois do período ditatorial, o que entendemos não ser representativo para a pesquisa.

FOTOGRAFIA 12 – Dedicatória do autor Brasigóis Felício a um amigo, citando a apreensão do seu livro pela Polícia Federal.



Fonte: Seção de Obras Gerais/FBN.

Entendemos Coleções especiais como “toda a gama de registros gráficos e não gráficos, incluindo livros raros, manuscritos, fotografias, mapas, obras de arte, artefatos e outros objetos” (*American Library Association apud* Fundação Biblioteca Nacional, [200-]a).

Essa proteção especial se deve por necessidade de cuidados diferenciados com a preservação, aplicando-se uma maior segurança a estes em virtude da dificuldade de sua reposição (Fundação Biblioteca Nacional, [200-]a), conforme consta no Plano de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), concebido pela BN.

O PLANOR “[...] tem como objetivos identificar e recuperar obras raras existentes [...]” (Pinheiro; Von Helde; Pereira, 2023, p. 17) e é o responsável por definir os critérios de raridade de suas coleções.

Quanto às obras do século XX, contam como raras as que possuem anotações, dedicatórias ou autógrafo, e obras esgotadas (Fundação Biblioteca Nacional, [200-]b). Dentre os critérios a serem considerados, estão as edições censuradas; as apreendidas, suspensas ou recolhidas; as obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como guerra; e as desaparecidas em virtude do tempo (Fundação Biblioteca Nacional, [200-]a).

Podemos, ainda, acrescentar edições clandestinas, edições de tiragens reduzidas (Fundação Biblioteca Nacional, [200-]b), que embora apontadas como critérios para obras de outros séculos, se adequam, na nossa concepção, aos livros que passaram por proibição na Ditadura Militar. O documento acrescenta, inclusive, que conforme especificidades de cada biblioteca, outros critérios podem ser elencados.

O próprio documento do PLANOR legitima que “Muitas vezes uma obra não é considerada rara isoladamente, mas o fato de pertencer a um fundo faz com que se torne rara, pelo seu conjunto e por sua história.” (Fundação Biblioteca Nacional, [200-]b, p. [41]).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido a Ditadura Militar brasileira um período político cujas ações repercutem no contexto contemporâneo, na forma de recorrentes ameaças ao regime democrático, consideramos que foi relevante aprofundarmos a análise da censura na Biblioteca Nacional, bem como suas formas de resistência. Consideramos ainda, que a pesquisa desenvolvida traz contribuições importantes, sobretudo para os campos da história cultural e política da ditadura, da história das bibliotecas e do livro, e da memória social.

A censura, enquanto uma das ações repressoras desenvolvidas na Ditadura Militar brasileira, através das fiscalizações nas bibliotecas, denúncias do porte de títulos considerados subversivos, da remoção e da destruição de livros de acervos institucionais e particulares, inserem este trabalho nos três campos acima citados, desenvolvendo diálogos sobre patrimônio bibliográfico-documental e memória como reconstrução dos fatos.

A pesquisa tem relevância por possibilitar reconstituir acontecimentos do período ditatorial na Biblioteca Nacional, os quais ainda não haviam sido explorados e registrados. Oportuniza, também, os testemunhos dos atores, de maneira direta ou indireta, que vivenciaram os fatos e se posicionaram contrariamente ao que era imposto pelo regime ditatorial.

Pretendíamos verificar se havia ocorrido interferência do governo ditatorial na instituição, e como havia sido a atuação dos Bibliotecários à época ante essas investidas, que causavam tensão e autocensura em quem produzia, propagava ou defendia as artes, e sobretudo para a nossa pesquisa, a literatura, em suas mais variadas manifestações.

Sobre a interferência governamental, até onde conseguimos levantar não houve nenhuma legislação que impedisse o envio de obras pelo Depósito Legal, ou que restringisse a aquisição de títulos quaisquer. A existência de legislação que rege e obriga o encaminhamento de todas as obras publicadas é de grande importância para a salvaguarda do patrimônio literário brasileiro. Traçando seu percurso durante o período ditatorial, apesar de não ser possível afirmar sem dúvidas, ante o levantamento realizado, a ausência dessa remessa parece ter sido mais por desconhecimento e desinteresse que por motivos censórios. Isso não exclui que algumas editoras, as mais pressionadas durante a Ditadura, tenham evitado enviar. Há também a possibilidade que, até para proteção das

obras, mantendo-as em local considerado seguro, tenham feito esse envio à Biblioteca Nacional. Seria necessária uma pesquisa com esse viés para defender essa assertiva.

Apesar do número significativo de obras faltosas no acervo da BN, das que constam e que foram analisadas pelos censores, dentre as liberadas ou vetadas, praticamente sua totalidade foi adquirida por meio de Depósito Legal. O que demonstra que, pelo menos algumas obras censuradas foram sim encaminhadas, mesmo que o fato de estarem ou não no crivo da censura possa ter sido desconsiderado pela casa publicadora.

Os depoimentos colhidos contribuíram para a construção de fatos durante o período, nos dando um panorama de como agiu a Censura na Instituição, e como alguns Bibliotecários, dentre outros funcionários, buscaram através de medidas internas salvaguardar as obras tidas como proibidas pelo órgão censor responsável.

Enquanto a Censura parece ter agido *a posteriori*, com fiscalização de maneira oficial, com agentes militares realizando buscas em armazéns de periódicos (não identificamos se de livros também), ou com agentes se disfarçando de pesquisadores, os funcionários agiam preventivamente, utilizando-se das estratégias disponíveis para protegerem esses livros da destruição e consequente desaparecimento. Dentre essas ações, resgatamos o ocultamento de livros em estantes, em seções restritas, em armários e em cofres; e a retirada das fichas de dados do catálogo de pesquisa dos usuários (Catálogo Dicionário).

Compreendemos que períodos como o da Ditadura Militar brasileira que, sobretudo após a instauração do AI-5, proveu momentos de restrição extrema com atos de violência e legislações autocráticas, as reações eram limitadas, na medida que poderiam significar punições, como afastamento ou demissão, na vida profissional, e perseguições ou até prisão, na vida pessoal.

Ainda assim, constatamos uma atuação profissional que ultrapassava o tecnicismo e se impunha como participativa e atuante, na busca pela salvaguarda de obras. Mesmo na ausência de normas, códigos ou leis que abordassem diretamente a questão da censura informacional, especialmente em bibliotecas, os documentos e conceitos elaborados pelos teóricos da profissão, eram recurso para diretriz e suporte para a postura e para as práticas profissionais no período ditatorial. Essas normativas e bases teóricas cooperavam para a reflexão individual, salientando e cooperando com o exercício ético e democrático de sua função, mesmo nesse período de exceção.

Os códigos profissionais analisados de 1966 e 1974, elaborados durante o Regime, não parecem ter sido influenciados pela cultura autoritária ditatorial, pois não há diferenças significativas entre os regimentos de 1974 e o de 1986, período pós-ditadura.

Concebemos que, ao mesmo tempo que identificam a necessidade de seguir as leis do país, esses códigos também destacam o posicionamento do Bibliotecário enquanto oponderamento nas atividades as quais for desenvolver. Uma forma sutil de evidenciar a função maior da profissão, de organizar e disseminar informação independente do conteúdo e do contexto. Única exceção é no artigo 3º do código de 1974, em que cita “o engrandecimento da Pátria”, sobre o qual poderia ser base inicial para uma pesquisa sobre a elaboração dos Códigos de Ética profissionais ante a sociedade vigente e seus contextos políticos. A censura, no código profissional, só veio a ser mencionada na atualização de 2018.

No que concerne a coleta dos dados na Biblioteca Nacional, é importante evidenciar que a pesquisa teve certo grau de dificuldade em virtude de tratar de ocorrências de mais de 50 anos. Boa parte dos servidores da época já são falecidos, e os documentos administrativos do período, pelo que podemos constatar, não estão devidamente tratados, organizados e disponibilizados.

Da parte dos servidores ainda vivos, dentre os ativos na Instituição e os já aposentados, 4 nos trouxeram informações, dentre depoimentos e relatos, onde, através do que foi levantado, conseguimos traçar atuações do governo na BN, e dos profissionais da instituição ante os livros censurados que integravam o acervo. Outros servidores se abstiveram de participar, ou afirmaram não ter nada a declarar.

A respeito dos arquivos institucionais no âmbito da BN, inicialmente a pretensão era acessar os documentos administrativos da Direção, contudo, fomos informados pela arquivista e atual responsável pelo Arquivo Geral, que não estavam tratados adequadamente e que haveria certa dificuldade em encontrá-los¹⁴⁶.

Importante salientar o quão perigoso é o acondicionamento e a disposição inadequados desses documentos, pois colocam em risco a vida útil deles, e em

¹⁴⁶ Flávia Cezar, chefe do Arquivo Geral, afirmou que a causa seria a gestão de documentos institucional ser recente e haver *déficit* de servidor para realizar a atividade. Atualmente há apenas uma terceirizada que fica no prédio Anexo da biblioteca, onde o acervo está acomodado, e a funcionária não é arquivista. Uma busca foi realizada por esta funcionária na base de dados de excel onde constam os documentos pela palavra “censura”, mas nada foi recuperado. O que realmente desejávamos era acessar todos os documentos do setor, pois buscávamos por pistas que nos ajudassem a reconstruir esse momento, mas devido a distância com a biblioteca pelo fato de ela ser no Rio de Janeiro e não em Belo Horizonte, o diálogo acabou tendo falhas.

consequência de parte da história institucional, e do país, tratando-se de uma biblioteca nacional. Além do obstáculo para acessar os documentos mais antigos, dispõem de apenas uma funcionária, o acesso é restrito, e a documentação não está digitalizada.

Apesar das limitações, no decorrer da pesquisa de campo tivemos conhecimento da existência de um conjunto documental identificado por Coleção Biblioteca Nacional, formado por documentos considerados históricos que ficavam sob a guarda da Seção de Manuscritos.

Contactamos o setor de Informação Documental (Dinf), para pesquisas a distância, onde este, após levantamento realizado em conjunto com a chefe de Manuscritos, nos enviou a lista dos documentos que integravam os anos de 1964 a 1985. Decidimos trabalhar com os documentos desse período, tanto por ser nosso universo de pesquisa, quanto pelo grande número (199) do total da Coleção. Seleccionamos pelo título os que possivelmente poderiam contribuir mais na investigação, dada a nossa limitação de tempo.

Em visita presencial, a chefe de Manuscritos nos informou estar em posse de Relatórios Anuais de Gestão, originalmente custodiados pelo Arquivo Geral, e que continham documentos do período ditatorial, nos possibilitando também acesso a esses documentos.

A análise de todos os documentos não nos indicou de maneira nítida a presença de censura à instituição, todavia, verificamos a existência de buscas por publicações da parte do governo ditatorial, como apoio à inquéritos abertos, sendo uma possível forma de identificar a existência de materiais que queriam destruir; e a extinção de registros de leitores na década de 70, sendo este último uma possível tentativa camuflada de evitar o conhecimento dos assuntos de pesquisa de pessoas consideradas subversivas.

É possível que documentos elaborados e que retratassem alguma “visita” à biblioteca tenham sido destruídos com o passar dos anos, ou se encontrem em espaços da Instituição onde a documentação não foi acessada, como o Arquivo Geral. Rever essa documentação seria interessante para, após a pesquisa finalizada, traçar vínculos que podem ter sido desconsiderados no momento da consulta inicial, ainda em fase de conexões e construção da narrativa.

No decorrer da pesquisa detectamos informações significativas, como o relato de Biquet de Lemos a respeito do formulário anual de preenchimento sobre informações subversivas no meio bibliotecário. Este seria um bom objeto de estudo para futuras

pesquisas, buscando identificar a existência física desses documentos, ou se houve interferências similares em outras gestões ou órgãos profissionais da área.

Tivemos contato com a servidora Raquel Ferreira, que faz parte de um projeto institucional denominado Projeto Acervo de História Oral da Biblioteca Nacional, a qual buscou nos auxiliar, repassando o tema da nossa pesquisa a ex-servidores, via *e-mail*. A pretensão do projeto é reunir, através de entrevistas a servidores aposentados, histórias e fatos que não estão registrados, sobre a Biblioteca Nacional.

Percebemos que a história oral é muito difundida na BN, onde alguns acontecimentos são repassados verbalmente, mas não estão preservados por outros meios. Esse fato faz com que pesquisas como a nossa tenham ainda mais pertinência e relevância.

Outra informação adquirida no decorrer da pesquisa foi referente à Coleção Inferno. Tínhamos conhecimento da existência de obras identificadas por essa coleção, que possuíam temática erótica e haviam passado por algum cerceamento, mas não que eram em um grande número, e que se tratava de uma Coleção Especial.

Identificamos pelo catálogo *online* diversas obras reconhecidamente censuradas pelo seu conteúdo, em algum momento histórico, intituladas como constituintes dessa coleção, em suas notas. Há ainda a descrição da obra, e a contextualização sobre os motivos de sua inclusão na coleção.

Dessa forma pudemos sugerir a inclusão das obras ditatoriais nesta coleção, visto que ambas sofreram coibição em virtude de seus conteúdos eróticos/pornográficos. Compreendemos que as obras que tiveram censura na Ditadura, todas atualmente sob a guarda da Seção de Obras Gerais, merecem cuidado e proteção especiais em virtude de seu valor social e histórico, e isso de daria com essas obras sendo incorporadas à Seção de Obras Raras.

Concebendo o valor e relevância dessas obras, e também de conhecimento do Programa Memória do Mundo, da Unesco, sugerimos o encaminhamento desses títulos, juntamente com seus pareceres, sob a guarda do Arquivo Nacional, para análise do Programa e possível aquisição do Registro Nacional, passando então a ter valor patrimonial singular.

No que tange à investigação dessa pesquisa, há ainda lacunas que podem ser preenchidas, como a averiguação de documentação relevante que foi custodiada pela antiga Seção de Documentação em parte do período ditatorial, e que não foi encaminhada para Manuscritos, como mencionado por Luciane Medeiros. Conforme a mesma,

evidencia-se uma lacuna de 1946 a 1975 pelo não envio desses documentos, que podem estar em documentos da Seção de Documentação ou terem sido destruídos.

Assim como também a conferência dos documentos não acessados da Coleção Biblioteca Nacional, e de outros arquivos que tenham sido recebidos e enviados pelo gabinete da direção, que possam fazer parte do Arquivo Geral.

Concluimos que a pesquisa foi satisfatória pois atingiu seu objetivo, permitindo ainda, aprofundamento do tema na instituição, podendo elucidar questionamentos que foram suscitados durante a coleta dos dados e análise, tais como: a composição da Coleção Inferno e suas obras; novas versões sobre a atuação censória e bibliotecária, nos documentos não acessados administrativos; documentos no SNI que possam indicar uma perseguição profissional nas instâncias bibliotecárias; e a construção dos códigos deontológicos do período ditatorial.

REFERÊNCIAS

- ANAIAS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: FBN, 1876- . Anual.
Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>.
Acesso em: 27 abr. 2023.
- ÂNGELO, I. Nós, que amávamos tanto a literatura. *In*: SCHWARTZ, J.; SOSNOWSKI, S. (org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. [69]-73.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Apresentação**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2023.
Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/apresentacao-2>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional em Brasília é um dos vencedores do selo Memória do Mundo da Unesco**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2018.
Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canal_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/arquivo-nacional-em-brasilia-e-um-dos-vencedores-do-selo-memoria-do-mundo-da-unesco. Acesso em: 29 set. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. *E-book*. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Memória da Imprensa**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, [20-]. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_07/secao_deip.php. Acesso em: 11 set. 2023.
- ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: UNCAMP, 2011.
- AUTORITARISMO E RESISTÊNCIA. **Programa para a prova de transposição para a categoria funcional de técnico de censura do Departamento de Polícia Federal**. [Londrina: s. n., 201-]. Disponível em: https://www.autoritarismoeresistencia.com/uploads/1/4/8/1/14812492/programa_para_a_prova_de_tansposi%C3%A7%C3%A3o_para_a_categoria_funcional_de_t%C3%A9cnico_de_censura_do_departamento_de_pol%C3%ADtica_federal_1969.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.
- AZEVEDO, F. C.; GARCIA, E. G; FREIRE, S. C. O silêncio dos livros censurados pela Ditadura Militar: uma abordagem a partir da perspectiva do Patrimônio Bibliográfico. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun. 2021.
Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/197471>. Acesso em: 12 set. 2023.
- BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARROSO, M. A. Relatório da diretora-geral da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 104, 1984, p. [255]-284. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1984_00104.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

BARROSO, M. A. Relatório da diretora-geral da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 105, 1985, p. [157]-179. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1985_00105.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

BEATLES, M. A. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BERG, C. de O. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1985). São Carlos: EdUFSCAR, 2002.

BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. rev. e ampl. Canoas, RS: Unilasalle, 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Competências e atividades**. [Rio de Janeiro]: BN, [201-?]. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividades>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. PLANOR. **Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Guia da Biblioteca Nacional**. [Rio de Janeiro]: BN/MEC, 1960.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **Coleção Biblioteca da Censura**. Lisboa: BPP, 2022. Disponível em: https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1688%3Aapresentacao-colecao-biblioteca-da-censura-4-de-maio-18h00&catid=173%3A2022&Itemid=1686&lang=pt. Acesso em: 14 nov. 2023.

BIDIMA, J.-G. O livro entre memórias e antecipações africanas. In: PORTELLA, E. (org.). **Reflexões sobre os caminhos do livro**. São Paulo: UNESCO, Moderna, 2003.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1967a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm . Acesso em: 08 de maio 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907**. Dispõe sobre a remessa de obras impressas á [sic] Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1907. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1825-1907impressao.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 20.478, de 24 de janeiro de 1946**. Aprova o Regimento da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20478-24-janeiro-1946-328593-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946**. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20493impressao.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 73.332, de 19 de dezembro de 1973**. Define a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/59662-define-a-estrutura-do-departamento-de-policia-federal-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 8.462, de 26 de dezembro de 1945.** Cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas no D.F.S.P. e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8462-26-dezembro-1945-458500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República, 1969b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962.** Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/106/1/Lei4084-30junho1962.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 4.483, de 16 de novembro de 1964.** Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14483.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília, DF: Presidência da República, 1967b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 5.536, de 21 de novembro de 1968.** Dispõe sobre *[sic]* a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15536.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 6.620, de 17 de dezembro de 1978.** Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620impressao.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 7.170, de 14 de dezembro de 1983.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7170impressao.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. [Brasília, DF]: Presidência da República, [2011].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 25 jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. **Serviço Nacional de Informações - SNI**. [Brasília, DF]: MGI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni#:~:text=O%20SNI%20foi%20institu%C3%ADdo%20pela,do%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional%E2%80%9D>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Academia Nacional de Polícia. **Edital nº 017/84-DRS/ANP**. Abertura de concurso público destinados aos candidatos às matrículas nos Cursos de Formação Profissionais de Delegado da Polícia Federal, Perito Criminal, Técnico de Censura, Agente da Polícia Federal e de Escrivão da Polícia Federal. Brasília, DF: DPF, 04 jul. 1984. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/servidores/concursos/edital/anos-antiores/1984/edital-017-84-drs-anp-e-igcs-abertura-concurso-pub-dpf-pcf-tecn-censura-apf-e-epf.pdf/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília, DF: MTE, 2010. v. 3. Disponível em: https://portal.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/CBO2002_Liv3.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Técnico de censura**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho e Emprego, [20--]. Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/descricao.asp?gg=3&sg=1&gb=9&oc=60&>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado, n.º 28, de 2015**. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rio Sobre o Azul, 2011. p. 171-193.

CARVALHO, G. V. de. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)**. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994.

CASSANDRA Rios - A Safo de Perdizes. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (1 h 2 min 29 seg). Publicado pelo Documentários PTBR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=njo0xngUl28&t=2925s>. Acesso em: 20 set. 2023.

CEM mil livros censurados transformam Partenon em obra surpreendente. **Revista Arara: Arte e Literatura na América Latina**, s. l., [20--]. Disponível em: <https://arararevista.com/cem-mil-livros-num-monumento-contr-a-censura/>. Acesso em: 14 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução n.º 5, de 13 de julho de 1966**. Código de Ética Profissional [do Bibliotecário]. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]: seção I, parte II, Brasília, DF, p. 2360-2361, ago. 1966. Disponível em:

http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/627/1/resol_1_%202_4_5_6_e_7_DO_1_19660817_155%28II%29.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução n.º 109, 27 de abril de 1974**. Código de Ética Profissional do Bibliotecário. Brasília: CFB, 1974. Disponível em:

<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/739/1/Resolu%0c3%a7%0c3%a3o%20N.%20109-1974.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023

CORDEIRO, T. Porres, trapanças e censura. **Superinteressante**, São Paulo, 30 set. 2006. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/porres-trapacas-e-censura>. Acesso em: 07 set. 2023.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, W. da. **Biblioteca Nacional: um jardim de delícias: por trás dos arcazes**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.

DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DIAS, A. C. A importância da função social da biblioteca e a necessidade de reorganização do sistema do Distrito Federal. **Revista do Serviço Público**, v. 2, n. 2, p. 84-85, maio 1950. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6962/4080>. Acesso em: 13 mar. 2023.

DITADURA civil ou militar (1964-1985)??: do golpe de Estado à gênese do regime. [S. l.: S. n.], 2021. 1 vídeo (2 h 53 min 5 seg). Publicado pelo Núcleo Memória. Aula de Marcos Napolitano. Mediação: César Novelli Rodrigues, Maurice Politi. Publicado no canal do Núcleo Memória. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=CUaKliNrbCY>. Acesso em: 09 out. 2021.

DOYLE, P. Relatório do diretor da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 101, 1981. p. [245]-258. Disponível em:

https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_198_00101.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação: texto II. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-58.

DURIGAN, J. A. **Erotismo e literatura**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

ERÓTICO. In: HOLLANDA, A. B. de. **Dicionário online de português**. [S. l.: s. n.], c2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/erotico/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ESTRUTURAÇÃO e operação do aparato repressivo. [S. l.: S. n.], 2021. 1 vídeo (2 h 22 min 44 seg). Publicado pelo Núcleo Memória. Aula de Maurice Politi. Mediação de César Novelli Rodrigues. Publicado no canal do Núcleo Memória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CYSLFmS0GBY>. Acesso em: 04 out. 2021.

FAGUNDES, C. de L. C. **Censura & liberdade de expressão**. São Paulo: Taica, [1975?].

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O tempo do regime autoritário: Ditadura Militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (Coleção O Brasil Republicano, 4).

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. [29]-60, jul. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIDELIS, G. **Lei de Segurança Nacional e censura: comentários**. Sugestões Literárias: São Paulo, 1979.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Apresentação**. [Rio de Janeiro]: BN, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/apresentacao-bn>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Critérios de raridade bibliográfica, conhecer e preservar**. [Rio de Janeiro]: FBN, [200-?]a. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-bibliografica-conhecer-preservar/criterios_de_raridade_bibliografica-planor_17_curso_2014.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Critérios de raridade da Fundação Biblioteca Nacional**. [Rio de Janeiro]: FBN, [200-?]b. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional/criteriosraridadefbn.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

GARLET, D. J. **Literatura e censura: Caio Fernando Abreu e a censura no Brasil da Segurança Nacional**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). **Memorial da Resistência de São Paulo**. Golbery do Couto e Silva. São Paulo, [20-]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/golbery-do-couto-e-silva/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

GREENHALGH, R. D. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v. 30, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52231/31487>. Acesso em: 16 set. 2023.

GRINGS, L. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2019. (Coleção Ramiz Galvão, 4).

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca vértice. Sociologia e Política).

O “INFERNO” da biblioteca e a memória “perdida” da Biblioteconomia. Responsável: Ana Virgínia Pinheiro (UNIRIO). Mediador: Vagner Santos. [Dourados, MS]: Biblio Connect, 2020. 1 vídeo (1 h 26 min 55 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=719xmVVFuA4&t=284s>. Acesso em: 15 abr. 2023. 38 min. 53 seg.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. **Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)*****. [Buenos Aires]: IPPDH, [200?] Disponível em: http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/divisao-de-censura-de-diversoes-publicas-dcdp-2;isaar?sf_culture=pt&limit=10. Acesso em 23 maio 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Patrimônio material**. Brasília: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E.; SOUSA, T. E. de. **A escrita da repressão e da subversão**: 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. (Publicações Históricas, 104).

KUSHNIR, B. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

KUSHNIR, B. *The end*: a censura de estado e a trajetória dos dois últimos chefes da censura brasileira. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 1, p. 107-124, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9948/7388>. Acesso em: 05 set. 2023.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEGISLAÇÃO Federal. **Revista de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 4/6, p. 110-124, 1975. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/358/333>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. Tatuapé, SP: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros passos, 51).

LIVROS em monumentos. **Blog Arte na Rede**. [S. l.], 30 jan. 2020. Disponível em: <http://www.artenarede.com/livros-em-monumentos/>. Acesso em: 14 set. 2023.

LONDERO, R. R. Caçadores canibais e cabeças poderosas: a censura e o mercado da literatura pornográfica no regime de 64. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, n. 25, p. [73]-91, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/20620/pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

MARCELINO, D. A. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTINS, W. A censura. MARTINS, W. *In: A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 381-390.

MEIRELLES, M. Quem arde no 'Inferno' da Biblioteca Nacional. **O Globo**. [Rio de Janeiro], 5 jul. 2015. [Caderno de Cultura]. Disponível em: <http://oglobo.com/cultura/quem-arde-no-inferno-a-biblioteca-nacional-16655474>. Acesso em: 21 jul. 2016.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Livros sob censura**. [S. l.: s. n., 20-]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 91, 1971. p. [358]-[373]. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1971_00091.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 92, 1972. p. [254]-273. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1972_A00092.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 94, 1974. p. [198]-212. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1974_00094.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 95, t. II, 1975. p. [442]-457. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1975_B00095.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 97, 1977. p. [284]-298. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1977_00097.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

MONTE-MÓR, J. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 98, 1978. p. [323]-338. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1978_00098.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

NAPOLITANO, M. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014. (Repensando a História).

NAPOLITANO, M. **1964: história do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 14 set. 2023.

OCTAVIANO, V. L. C.; REY, C. M.; SILVA, K. C. Informação e censura no Brasil: da formação do estado à 'era do real'. **Transinformação**, [Campinas], v. 12, n. 1., p. 59-71, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115213>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais**. Brasília, DF: Senado Federal, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638/PDF/160638por.pdf.multi>. Acesso em: 4 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Brasil). Comitê Nacional do Brasil. Memória do Mundo. **Apresentação**. [Rio de Janeiro]: MoWBrasil/UNESCO, [200-]a Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html#:~:text=Mem%C3%B3ria%20do%20Mundo%20%C3%A9%20a,e%20conquistas%20da%20sociedade%20humana>. Acesso em: 14 set. 2023. C

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Brasil). Comitê Nacional do Brasil. Memória do Mundo. **História**. [Rio de Janeiro]: MoWBrasil/UNESCO, [200-]b. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html#:~:text=Mem%C3%B3ria%20do%20Mundo%20%C3%A9%20a,e%20conquistas%20da%20sociedade%20humana>. Acesso em: 14 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Brasil). Comitê Nacional do Brasil. Memória do Mundo. Registro

Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. **Bens de Patrimônio Brasileiros Nominados no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo - Mow da UNESCO**. [Rio de Janeiro]: MoWBrasil/UNESCO, [200--]c. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Proteger el patrimonio mundial*. [Paris]: MoWBrasil/UNESCO, [20--]d. Disponível em: <https://www.unesco.org/es>. Acesso em: 12 set. 2023.

OTERO, M. M. D. F. **Censura de livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7262>. Acesso em: 06 set. 2023.

PAIM, E. A.; GUIMARÃES, M. de F. (org.). **História, Memória e Patrimônio: possibilidades educativas**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

PATRIMÔNIO documental do Brasil inscritos no registro da Memória do Mundo da UNESCO. [S. l.: UnB], [20--?]. Disponível em: <http://lillianalvares.fci.unb.br/phocadownload/Conservacao/AspectosGerais/MemoriaMundo.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Tatuapé, SP: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 331).

PEÑA, J. M. P. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, 2011, 291-312. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427/36225>. Acesso em: 12 set. 23.

PINHEIRO, A. de S.; VON HELDE, R. R.; PEREIRA, S. F. (org.). **Glossário ilustrado de livros raros e acervos de memória**. FBN: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/Livros_eletronicos/bndigital2607/bndigital2607.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023. *E-book*.

PINHEIRO, A. V. **A ordem dos livros: uma abordagem preliminar ao Sistema de Localização Fixa**. 2. ed. Interciência: Rio de Janeiro, Intertexto: Niterói, 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVII-XXI: dos monumentos aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROVENZANO, L. K. Reflexões sobre o patrimônio bibliográfico: o caso da biblioteca de Rui Barbosa. **Memória e Informação**, [Rio de Janeiro], v. 4, n. 2, p. 173-192, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/137/95>. Acesso em: 13 set. 2023.

RAMOS E CÔRTE, A.; SOARES, I. L. M.; SILVA, L. O.; SOUSA, R. C. de; CABRAL, S. M. D. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/586>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (Portugal). **Biblioteca da Censura**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt/np4/biblioteca-da-censura.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

REIMÃO, S. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2011.

RIZZI, I. R. F. As cinco leis da biblioteconomia no Brasil. In: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016.

SEMEGHINI, M. L. C.; VALENTIM, M. L. P. Direitos informacionais e o dilema ético profissional. In: OLIVEIRA, M. O. E. de; FERREIRA, G. I. S.; LUNARDELLI, R. S. A. (org.). **Ética profissional na prática do Bibliotecário**. Usina de Letras: Brasília, 2011. p. 9-60.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

STEPHANOU, A. A. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 44).

THIESEN, I; ENRIQUEZ, J. A. V. Documentos “sensíveis”: produção, retenção apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013, 15 p. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295/295>. Acesso em: 20 set. 2023.

VERGUEIRO, W. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 06 ago. 2023.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1).

VERGUEIRO, W. Questões éticas do desenvolvimento de coleções: aspectos teóricos e práticos. In: OLIVEIRA, M. O. E. de; FERREIRA, G. I. S.; LUNARDELLI, R. S. A. (org). **Ética profissional na prática do Bibliotecário**. Usina de Letras: Brasília, 2011. p. 88-113.

VIEIRA, N. da S. **Entre o imoral e o subversivo**: a Divisão de censura de Diversões Públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7002/1/2010_NayaradaSilvaVieira.pdf.

Acesso em: 02 out. 2023.

WALLIN, C. Suécia abre primeira biblioteca de livros censurados do mundo, inclusive os de Paulo Coelho. **RFI**. [S. l.], 30 dez. 2020, Disponível em:

<https://www.rfi.fr/br/europa/20201030-su%C3%A9cia-abre-primeira-biblioteca-de-livros-censurados-do-mundo-inclusive-os-de-paulo-coelho>. Acesso em: 09 dez. 2023.

ZAHHER, C. R. Relatório da diretora-geral da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 102, 1982. p. [237]-258. Disponível em:

https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1982_00102.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

ZAHHER, C. R. Relatório da diretora-geral da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 103, 1983. p. [307]-[335]. Disponível em:

https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1983_00103.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

APÊNDICE A – Lista de títulos de livros integrantes da Série Publicações_2018 do Fundo da DCDP identificados como eróticos.

ITEM	AUTORIA	TÍTULO	EDITORA	SITUAÇÃO
1968				
1	Francis Miller	As duas amantes	Hemus	Sem parecer
1969				
1	Brigitte Bijou	A chinesinha	Hemus	Sem parecer
1970				
1	José Ildemar Ferreira	O sótão e o rés-do-chão ou Soninha toda pura	Serviço Nacional de Teatro	Vetado
2	Macílio Alves	Elizabel, sol e mel [Elisabel]	***	Liberado
1972				
1	André de Figueiredo	Labirinto	Expressão e Cultura	Sem parecer
2	Dr. C	O casal sensual	Hemus	Liberado
3	Norman Bogner	Fazendo amor	Artenova	Sem parecer
4	Pauline Reage	A história de O	José Álvaro Ed.	Vetado
5	Sr. e Sra. K	Um homem e uma mulher	Artnova	Sem parecer
1973				
1	Robert Halley	Último tango em Paris	Civilização Brasileira	Vetado
2	Robert Street	Técnicas sexuais modernas	Mestre Jou	Sem parecer
3	Xaviera Hollander	A aliciadora feliz	Nova Época	Vetado
1974				
1	D. M. Perkins	Um caso de sexo especial	Grafisa	Vetado
2	Dirceu Alves	Minhas Marílias e seus nomes de guerra	***	Liberado
3	Emmanuelle Arsan	Emmanuelle: a virgem [Emmanuelle]	Grafisa	Vetado
4	Hernani irajá	Confissões de um conquistador de criadas	Americana	Liberado
5	Jhan Robbins	Anatomia de uma prostituta	Nova Época	Sem parecer
6	Rick Allmen	Don Juan da segunda avenida	Nova Época	Sem parecer
7	Robin Moore	Novas aventuras da aliciadora feliz	Nova Época	Vetado
1975				
1	A. H. Chapman	Adaptação sexual perfeita	Nova Época	Vetado
2	Al. Treba	Ele... não brincava com o amor	L' Oren	Vetado
3	Al. Treba	Férias em Mar Del Plata	Montanha	Vetado
4	Albert de Routsie	Irene (O sexo de Irene)	Artenova	Vetado
5	Bernardo Elias	Vício, tuberculose e sexo	L'Oren	Vetado
6	Brigitte Bijou	A chinesinha erótica	Líder	Vetado
7	Brigitte Bijou	Duelo entre duas mulheres	L'Oren	Vetado
8	Brigitte Bijou	Em busca de aventuras	L'Oren	Vetado
9	Brigitte Bijou	A inocente	Montanha	Vetado
10	Brigitte Bijou	O padre fegoso de Boulange	L'Oren	Vetado
11	Brasigóis Felício	Diários de André	Oriente	Vetado

12	Cassandra Rios	Copacabana posto seis (A madrasta)	Mundo Musical	Vetado
13	Cassandra Rios	Marcella	Record	Vetado
14	Cassandra Rios	Uma mulher diferente	Mundo Musical	Vetado
15	Cassandra Rios	As traças	Mundo Musical	Vetado
16	Charles W. Runyon	A possuída	Nova Época	Vetado
17	Chris Harrison	O gigolô	Americana	Vetado
18	Christopher Palmer	Amor sem limite outro em 75	Artenova	Vetado
19	Christopher Palmer	A hora do amor	Artenova	Vetado
20	Christopher Palmer	Ela	Artenova	Vetado
21	Christopher Palmer	Ele	Artenova	Vetado
22	David Saramon	O sexo e o amor[: a educação sexual]. V. 1	Record	Liberado
23	David Saramon	O sexo e o amor[: a vida sexual]. V.2	Record	Liberado
24	David Saramon	O sexo e o amor[: as relações sexuais]. V. 3	Record	Liberado
25	Dr. E. Radetzy	A emoção sexual da mulher	Discubra	Liberado
26	Dr. G. Pop	A vida e o sexo	L'Oren	Vetado
27	Dr. G. Pop	Cidinha, a incansável	L'Oren	Vetado
28	Dr. G. Pop	O contrabandista de escravas	L'Oren	Vetado
29	Dr. G. Pop	A filha de ninguém	L'Oren	Vetado
30	Dr. G. Pop	Gina - a procura de Kukla	L'Oren	Vetado
31	Dr. G. Pop	O homem que desafiou o diabo	L'Oren	Vetado
32	Dr. G. Pop	Kukla, a boneca	L'Oren	Vetado
33	Dr. Helmut Fichter	Seja feliz na vida sexual	Edições Sociais	Vetado
34	Edward Thorne	As garotas que dizem sim [(estudo sociológico sobre jovens da idade permissiva)]	Artenova	Vetado
35	Emmanuelle Arsan	Emanuelle, a anti-virgem	Artenova	Vetado
36	Emmanuelle Arsan	Novelas da erosfera	Artenova	Vetado
37	Felisbello da Silva	Explosão sexual	L'Oren	Vetado
38	Felisbello da Silva	Liberdades sexuais	L'Oren	Vetado
39	Francis Miller	Companheiras noturnas	L'Oren	Vetado
40	Francis Miller	Simplesmente amor	***	Liberado
41	Federic Olsberg	Amores insaciáveis de uma estrela	Nova Época	Vetado
42	Harold Robbins	O indomável	Record	Liberado
43	Harold Robbins	O machão	Record	Vetado
44	Henry Miller	Dias de Clichy e uma noite em Newhaven	Americana	Vetado
45	Hilário Veiga Carvalho	Discurso sobre o sexo	Global	Liberado
46	I. A. Satoc	A amante virgem	***	Liberado
47	Ignácio Piter	O carvoeiro	L'Oren	Vetado
48	Ivonit Karystyse	Amadas amantes	Rodolivos	Vetado
49	J. Mello	Sem retoque: a vida íntima de um jovem universitário	L'Oren	Vetado
50	Jackie Collins	Vendetta do sexo	Record	Vetado

51	Jean Charles Capelle	Fêmeas de luxo	Lider	Vetado
52	Jean Garret	A ilha do desejo	Mek	Vetado
53	Jerome e Júlia Rainer	O prazer sexual no casamento	Nova Época	Liberado
54	João Francisco de Lima	O galante mister John	L'Oren	Vetado
55	John Ferris	O Colégio Harrison: "A escola do sexo"	MM	Liberado
56	John Wallace	O homem, a mulher e a cama	Palmeiras	Vetado
57	José Adalto Cardoso	Devaneios de uma virgem... Virgem?	Mek	Vetado
58	Joy Warren	A mulher erótica	***	Vetado
59	Júlio Ribeiro	A carne	***	Liberado
60	Kolyn	Nua e sua	Mek	Sem parecer
61	Larry	Minha vida com Xaviera	Nova Época	Vetado
62	Larry Schwab e Karen Markham	Descubra o seu QI sexual	Artenova	Vetado
63	Lee van Lee	A amante de kung-fu	Edrel	Vetado
64	Lee van Lee	Na rota do sexo	Edrel	Vetado
65	Luiz Barreiros	Africana	***	Liberado
66	Luiz Barreiros	Novas páginas eróticas	Líder	Vetado
67	Luiz Barreiros	Páginas eróticas	Edrel	Vetado
68	Luiz Barreiros	Saigon meu amor[: uma Estória de Amor, Aventura e Sexo na Guerra do Vietnã]	Edrel	Vetado
69	M. Casey	As violentadas	Mek	Vetado
70	M. Lopes	Meu nome é Marcelo [ou Marcelo: os prazeres de um homem que viveu num mundo só de mulheres durante vinte anos...]	L'Oren	Vetado
71	Madame Claude	Alô, sim[: memórias da mulher que criou a mais extraordinária e elegante casa de call-girls internacional]	Portugália	Sem parecer
72	Marcel Koppa	As sensuais	Hemus	Vetado
73	Márcia Fagundes Varela	Lenita e o padre	Edrel	Liberado
74	Márcia Fagundes Varela	Mulher-pecado	***	Vetado
75	Márcia Fagundes Varela	O preço de Marta	L'Oren	Vetado
76	Márcia Fagundes Varela	Sexo super consumo	L'Oren	Vetado
77	Marilyn Whitney	Cartas eróticas de Marilyn	Luzeiro	Vetado
78	Marquês de Sade	A divina marquesa	**	Vetado
79	Maximo Jubilus	Um casal de duas	Kultus	Liberado
80	Maxine Rabel	Sexo e morte em Paris: último tango em Paris	Edimax	Vetado
81	Mylène Demarst	O mundo pecaminoso em que vivi	Luzeiro	Vetado
82	N. Camppell	[Ilda, A] Gatinha erótica	Mek	Vetado
83	N. Camppell	As sensuais - meu amante o bode	Hemus	Vetado
84	N. Cunha	Os deuses eróticos	Mek	Liberado
85	Nancy Friday	Meu jardim secreto	***	Vetado

86	Nelson C. Y. Cunha	Luiza, a cigana sexual	***	Vetado
87	Norton Hughes Jonathan	Vôo erótico	Americana	Vetado
88	Patrícia Robins	Amores da filha de lady Chatterley	Aquarius	Liberado
89	Paul Ableman	A boca sensual	Artenova	Vetado
90	Paul Demougart	Paris, sexo, prazeres e crimes	Luzeiro	Vetado
91	Peter McCurtin	A escalada do prazer	Americana	Vetado
92	Pierre Valinieff	As carícias do casal	A. C. Fernandes	Vetado
93	R. Bar Bava	Contos eróticos	Roval	Vetado
94	R. Bar Bava	Inteirinha nua e sua	Luzeiro	Vetado
95	R. Bar Bava	Mulheres eróticas	Kultus	Vetado
96	René D'Clair	Adoráveis gatinhas	Rodolivos	Vetado
97	Rex Schindler	Há muito não tenho relações com o leitão	***	Vetado
98	Riola Arriagada	Confidências íntimas	A. C. Fernandes	Vetado
99	Robert Chartham	Guia para o amor sensual	Artenova	Vetado
100	Robert Chartham	O que excita as mulheres	***	Vetado
101	Robert Chartham	Sexo para jovens e adultos	Artenova	Vetado
102	Robert Gover	O quinteto sensual	Nova Época	Vetado
103	Roy Thomas	12 mulheres e um andrógino	Ebex	Vetado
104	Tradução de Euclides Carneiro da Silva	Eu, Margô ou Eu, Margot	Artenova	Vetado
105	Vários	Contos eróticos	Roval	Vetado
106	Virginia Graham	A jóia do sexo	Nova Época	Vetado
107	Wardell B. Pomeroy	Guia sexual da moça moderna	Artenova	Vetado
108	Wedge Nels	Tóxico, sexo e morte	Edição Clandestina	Vetado
109	Wesley Simon York	Amantes e exorcistas	Artenova	Vetado
110	Wiston Graham	Marnie	Hemus	Vetado
111	***	Duas flores do sexo	Gorrion	Vetado
112	***	Elas e o sexo	Edrel	Vetado
113	***	Elas fazem aquilo...	Edrel	Vetado
114	***	Elas não escondem nada	Edrel	Vetado
115	***	Labaredas sensuais	Kultus	Sem parecer
116	[M. A. Camacho - inferência]	Escrava do sexo	Edrel	Vetado
117	***	Nuas e carinhosas	Edrel	Vetado
118	***	Páginas sensuais	Rodolivos	Sem parecer
119	***	Posições amorosas	Health Press	Vetado
120	***	Sexo no paraíso	Edrel	Vetado
1976				
1	Adelaide Carraro	Carniça	L'Oren	Vetado
2	Adelaide Carraro	Escuridão	L'Oren	Vetado
3	Adelaide Carraro	Eu e o governador	***	Liberado
4	Adelaide Carraro	Os padres também amam	L'Oren	Vetado

5	Adelaide Carraro	Podridão	L'Oren	Vetado
6	Aguinaldo Silva	Dez estórias imorais [No livro: 10 histórias imorais]	Record	Vetado
7	Al. Trebla	As aventureiras	Montanha	Vetado
8	Al. Trebla	A trama perfeita	L'Oren	Liberado
9	Al. Trebla	Mistérios de uma doutora	L'Oren	Vetado
10	Al. Trebla	Palácio das ninfas	L'Oren	Vetado
11	Barbara Brooks	Só nós duas	Aquarius	Vetado
12	Brigitte Bijou	Amor a três	Dis-Livros	Vetado
13	Cassandra Rios	A borboleta branca	Mundo Musical	Vetado
14	Cassandra Rios	A breve história de Fábila	Mundo Musical	Vetado
15	Cassandra Rios	A sarjeta	Mundo Musical	Vetado
16	Cassandra Rios	Georgette	Mundo Musical	Vetado
17	Cassandra Rios	Macária	Hemus	Sem parecer
18	Cassandra Rios	Nicoleta ninfeta	Record	Vetado
19	Cassandra Rios	Tessa, a gata	Mundo Musical	Vetado
20	Cassandra Rios	Veneno	Record	Vetado
21	Cassandra Rios	A volúpia do pecado	Mundo Musical	Vetado
22	Cathérine Renoir	Minha vida íntima	Luzeiro	Vetado
23	Christopher Palmer	Nós	Artenova	Vetado
24	Claudiovinho Alencar	O cabo e a normalista	***	Vetado
25	David I. Chapnick	O manual sensual	***	Liberado
26	Donald E. Westlake [não tinha na lista vi no livro da BN]	Adios Sheherazade ou A vida secreta de um homem sensual	Artenova	Vetado
27	D. P. Skroski (tradutor)	Viva - a super estrela	Nova Época	Vetado
28	Dr. Emanuel Bosch ou Dr. Otto Schwartz	O sexo, a mulher e a erótica	Livraria Exp. Livro	Liberado
29	Dr. G. Pop	Graciela amava e... matava	L'Oren	Vetado
30	Dr. G. Pop	As trigêmeas	L'Oren	Vetado
31	Eustace Chesser	O preço do amor	IBRASA	Liberado
32	F. W. Paul	Vampiras do sexo	Mundo Musical	Vetado
33	F. W. Paul	O garanhão da "Cosa Nostra" [Ataca a Cosa Nostra... Em defesa de Deus, do país, da honra - e também do sexo]	Mundo Musical	Vetado
34	Felisbela da Silva	Essas virgens de hoje...	L'Oren	Vetado
35	Fernando Menezes da Silva	A grande comédia	L'Oren	Vetado
36	Harold Robbins	Ninguém é de ninguém	***	Liberado
37	Irving Wallace	As medidas do amor	Best Seller	Liberado
38	J. Casanova de Seingalt	As memórias de Casanova	Hemus	Vetado
39	J. Casanova de Seingalt	O diário íntimo de Casanova	Hemus	Vetado
40	Jean Fluubert	Sexo, delírios e tormentos	Luzeiro	Vetado
41	Jennifer Sills	As massagistas	Global	Vetado

42	Jennifer Sills	As novas aventuras das massagistas	Global	Vetado
43	João Francisco de Lima	O eterno sexo	***	Vetado
44	João Francisco de Lima	O gavião do asfalto	L'Oren	Vetado
45	João Francisco de Lima	Meus amores secretos	L'Oren	Vetado
46	João Francisco de Lima	Sexo e boêmia	L'Oren	Vetado
47	John Gardner	As amantes do moralista	Hemus	Liberado
48	José Adalto Cardoso	Mulheres do sexo violento	Mek	Liberado
49	Marcel Kappa	Fabiana, a mulher que sabia amar	Impress	Liberado
50	Lima de Miranda	Teribré, o místico do sexo	Cátedra	Vetado
51	Louis-Charles Royer	Escravo do desejo	Vecchi	Liberado
52	Luiz Canabrava	O sexo portátil	Record	Liberado
53	Vlas Tenin	Fabiana	Impress	Liberado
54	Márcia Fagundes Varela	Dois corpos em delírio	L'Oren	Liberado
55	Márcia Fagundes Varela	Mulheres de ninguém	Edrel	Liberado
56	Márcia Fagundes Varela	Noviça erótica	L'Oren	Vetado
57	Márcia Fagundes Varela	Sexo em conflito	***	Liberado
58	Márcia Fagundes Varela	Voragem do desejo	***	Liberado
59	Minami Keizi	Eliana, uma rosa entre espinhos	Mek	Liberado
60	Norberto Valentini, Clara di Meglio	Sexo no confessionário	Nórdica	Liberado
61	Oscar Lewis	A casa de rendez-vous	Nova Época	Liberado
62	Paul Ableman [na lista sem autoria, encontrei em pesquisas]	A beleza mora com o sexo	Edrel	Vetado
63	Paul Theroux	Uma aventura no oriente	Nova Época	Liberado
64	R. T. Larkin	Supermercado supermacho	Mundo Musical	Vetado
65	René D'Clair (ou René Clair)	Belas e perigosas	Rodolivos	Liberado
66	[René D'Clair (ou René Clair)]	Sexo e prazer	***	Vetado
67	Richard M. Falk	Fortaleça sua potência sexual	Hemus	Liberado
68	Robert Chartham	As mulheres, o amor e o sexo	Artenova	Vetado
69	Robin Maugham	O direito e o avesso	Record	Liberado
70	Rommie James	As aventuras das secretárias	Global	Vetado
71	Rubem Fonseca	Feliz ano novo	Artenova	Vetado
72	Theodor Laurence	O significado sexual do tarô	Mundo Inteiro	Liberado
73	Vlas Tenin	Noites de Moscou	Montanha	Vetado
74	Xaviera Hollander	Cartas à Xaviera	Nova Época	Vetado
75	***	Uma para cada gosto	***	Vetado
1977				

1	Adelaide Carraro	O comitê	L'Oren	Vetado
2	Alex Comfort	Os prazeres do sexo	Sérgio Guimarães	Vetado
3	Alex Comfort	Mais prazeres do sexo	Sérgio Guimarães	Vetado
4	Benedito A. de Oliveira	Um momento, escute-me – Homossexualismo	***	Vetado
5	Brigitte Bijou	Vamos querida	***	Vetado
6	Calder Willingham	A forasteira	Nova Época	Vetado
7	Cassandra Rios	O bruxo espanhol	Gama	Sem parecer
8	Dr. G. Pop	A coisa incrível	L'Oren	Vetado
9	Dr. G. Pop	A menina cor de rosa	L'Oren	Vetado
10	Dr. G. Pop	A vida amorosa de um médico	L'Oren	Vetado
11	Dr. G. Pop	Sensação em Portugal	L'Oren	Vetado
12	Edward W. Richardson	Cartas eróticas de Edward	Luzeiro	Vetado
13	Georges Valensin	Dicionário sexual	IBRASA	Liberado
14	Henry Kane [pseud. McCall, Anthony]	O violador	Nova Época	Vetado
15	Jennifer Sills	Os "garotos" da massagista	Global	Vetado
16	Harold Robbins	79 park avenue	***	Liberado
17	Lawrence Lipton	A revolução erótica[: o nascimento de uma nova moral?]	IBRASA	Vetado
18	Li Yu	Aventuras de um sádico	Livros do Brasil	Vetado
19	Li Yu	Jou Pu Tuan - O livro erótico chinês	Livos do Brasil	Vetado
20	Marcus Franklin	O poder do sexo	Gama	Sem parecer
21	Mylène Demarst	Confissões de uma estrela	Luzeiro	Vetado
22	Mylène Demarst	Por trás das câmeras	Luzeiro	Vetado
23	Peter Khan	A deusa do sexo	***	Liberado
24	Peter Khan	Leila, o veneno doce	***	Liberado
25	Peter Khan	Nuas e voluptuosas	***	Liberado
26	Roy Thomas	Boca de fogo	Ebex	Vetado
27	Thauis Alencar	Eliana, uma rosa entre espinhos	***	Liberado
28	Tom Willyann	Alucinadas pelo sexo	***	Sem parecer
29	Xaviera Hollander	A selvagem Xaviera	Nova Época	Vetado
30	Yuri Gletter	O amor pecado	***	Liberado
31	Yuri Gletter	Mulheres ardentes	Colorado	Vetado
32	Yuri Gletter	Prazer e desejo	***	Vetado
1978				
1	Adal Casey	Maldição erótica	Cinema em Close-up	Liberado
2	Adelaide Carraro	Mulher livre	L'Oren	Vetado
3	Adelaide Carraro	Mulher livre	L'Oren	Vetado
4	Adelaide Carraro	Os amantes	L'Oren	Vetado
5	Anny Lover	Teatro dos prazeres [tem outro parecer em 79]	Lampião	Vetado

6	Anônimo	Aventuras de um sádico [Tem mesmo título em 77, autoria de Li Yu]	Livros do Brasil	Vetado
7	Aurico Serzedello Machado	Sexo, amor, casamento	***	Liberado
8	Brigitte Bijou	Caminhos eróticos	Panamericana	Vetado
9	Brigitte Bijou	Clube dos prazeres	Panamericana	Vetado
10	Brigitte Bijou	A garota cobiçada	Movedi	Vetado
11	Brigitte Bijou	Garotas em apuros	Gótica	Vetado
12	Brigitte Bijou	Na voragem do êxtase	Arelux	Vetado
13	Brigitte Bijou	Play sex	Panamericana	Vetado
14	Brigitte Bijou	Prazer sem pecado	Arelux	Vetado
15	Camille La Femme	Copa mundial do sexo	Lampião	Liberado
16	Cassandra Rios	A paranóica	Global	Vetado
17	D. M. Perkins	Novas aventuras de Linda Lovelace	Nova Época	Vetado
18	Danielle Jobbert	Rainha do strip-tease	Panamericana	Vetado
19	Denise Taylor	Bolero sensual	Panamericana	Vetado
20	Dr. G. Pop	As lágrimas das virgens	L'Oren	Vetado
21	Dr. G. Pop	Horas tardias	L'Oren	Vetado
22	Dr. G. Pop	Loira vestida de branco	L'Oren	Vetado
23	Dr. G. Pop	O louco	L'Oren	Vetado
24	F. Lamont	Fraqueza da carne	Gótica	Vetado
25	Francis Hagaerre	Armadilha erótica	Gótica	Vetado
26	Francis Hagaerre	Resistência sexual	Gótica	Vetado
27	Gabrielle Manson	Liselle, massagista para cavalheiros	Panamericana	Vetado
28	Grant Tracy Saxon	Xaviera masculino	Nova Época	Vetado
29	Gwen Whinter	A herança de Dena	Aquários	Vetado
30	Irany Cristina Rezende	Última besta	Moça	Vetado
31	Ivonit Karystyse	O amor e o sexo	Editorial Phoenix	Vetado
32	Ivonit Karystyse	Emoção sexual	Phoenix	Vetado
33	Ivonit Karystyse	Sexo em conflito	Editorial Phoenix	Vetado
34	Ivonit Karystyse	Sexo proibido	Editorial Phoenix	Vetado
35	Jack Gordon	Mares da perdição	Aquários	Vetado
36	Lili Lamont	Sou Lilly, atriz de cinema	Panamericana	Vetado
37	Lita Lafond	Garotas calientes	Guaíba	Vetado
38	Marc Brandel	O homem que gostava de mulheres	***	Liberado
39	Mari Terése Luke	Mulheres proibidas	***	Liberado
40	Maria Luhan	Os prazeres de uma princesa russa	Gótica	Vetado
41	Marilyn Monray	Adelaide, uma enfermeira sensual	Cristal	Liberado
42	Marilyn Monray	Cassandra	Sucessos Literários	Vetado
43	Michel Lamont	O cruzeiro dos amantes	Panamericana	Vetado
44	Michel Lamont	Machos e fêmeas	Panamericana	Vetado
45	Michel Lamont	A última noite de amor de um condenado à morte	Panamericana	Vetado

46	Natalie West	As novas aventuras das secretárias	***	Liberado
47	Paul Harris	Férias no Havai	Publicações Sucessos Literários	Vetado
48	Peter Khan	Volúpia sensual	Colorado	Vetado
49	R. Barnes	Amante amada	Mek	Vetado
50	Rex Stewart	A última conquista de Don Juan	Panamericana	Vetado
51	Rita Reynolds	As massagistas de Tóquio	Panamericana	Vetado
52	Rock Duggan	For adult	Xavantes	Vetado
53	Roy Thomas	Posições amorosas	Health Press	Vetado
54	Shere Hite	O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina	Difel	Vetado
55	Tom Brooks	O anel do desejo	Aquarius	Vetado
56	Vatsyayana	Kama Sutra	Livros do Brasil	Liberado
57	Vicky Morris	Paulette, aeromoça	Infantil Cultura	Vetado
58	Virginia Grey	Um office-boy das arábias	Panamericana	Vetado
59	Vivian Crawford	Férias amorosas	Panamericana	Vetado
60	***	Amantes do sexo	Edrel	Vetado
61	***	A pérola: um jornal erótico v. 1	Livros do Brasil	Vetado
62	***	A pérola: um jornal erótico v. 2	Livros do Brasil	Vetado
63	***	Elas, as eróticas	Roval	Vetado
64	***	A minha vida secreta - autobiografia erótica	Livros do Brasil	Vetado
65	***	Guia prático de técnica sexual	Mek	Liberado
66	***	Memórias eróticas de um burguês	Livros do Brasil	Vetado
1979				
1	Albert Ellis	O ser erótico	Artenova	Liberado
2	Anny Lover	Linka, a mestra do sexo	Lampião	Vetado
3	Brigitte Bijou	Tentação sexual	Panamericana	Vetado
4	Camille La Femme	Ahhnn!	Lampião	Vetado
5	Carolyn Colby	Deliciosas loucuras em Monte Carlo	Diana	Vetado
6	Cassandra Rios	O gigolô	Gama	Sem parecer
7	Cassandra Rios	O prazer de pecar	***	Sem parecer
8	Chris Miller	Clube do cafajeste	Grafipar	Sem parecer
9	Cynthia Burns	Sexo do diabo	Lampião	Vetado
10	Dorothy Amin	A virgem de Jade	***	Vetado
11	Eurico Felix	Swing - sexo sem segredos	Top Livros	Vetado
12	F. Lamont	Delírio sensual	***	Vetado
13	F. Lamont	Sexo em ritmo de rock	***	Sem parecer
14	Francis Hagaerre	Confissões de uma estudante	Gótica	Vetado
15	Francis Hagaerre	Trio sensual	Dis-Livros	Vetado
16	Francis Hagaerre	As levianas	Gótica	Vetado
17	Helio Miranda de Abreu	Os classificados do sexo	Cedibra	Vetado

18	Jay D. Matcalfe	Três gatas e uma cama	Lampião	Vetado
19	Jeanette Sinclair	O primo Charlie	Sucessos Literários	Vetado
20	June Warren	Amado amante negro	Sucessos Literários	Vetado
21	Karl Fritz	O amor e suas posições	Mek Editores	Liberado
22	Lana Robbins	Emoção e frenesi em Veneza	Diana	Vetado
23	Maria Luhan	Resistência sexual	Gótica	Vetado
24	Maria Luhan	As fascinadoras	Gótica	Vetado
25	Maria Luhan	O lupanar de luxo da princesa russa	Luhan	Vetado
26	Maria Luhan	A princesa russa massagista do balneário	***	Sem parecer
27	Maria Luhan	Sadismo e masoquismo da princesa russa	Gótica	Vetado
28	Mark Andrews	Massagistas para executivos	Monterrey	Vetado
29	Marilyn Monray	Cassandra, uma decoradora cheia de amor e erotismo	Sucessos Literários	Vetado
30	Maurice Montier	As insaciáveis de Paris	Diana	Vetado
31	Mylène Demarst	Sexo para principiantes	Luzeiro	Vetado
32	Mia Sand	Caça ao homem	Lampião	Vetado
33	P. I. Jones	Amores frenéticos	***	Vetado
34	Rigers Young ou Gisele Sorrel	Sexo em alta rotatividade	Samantha	Vetado
35	Sharon Dobrinin	Nas ondas do desejo	Lampião	Vetado
36	Sylvana Dubois	Camila, modista de alta costura	Guaíba	Vetado
37	Stela Moore	Lucille	Lopes	Vetado
1981				
1	Ross Casey	Orgia I	Cinema em Close-up	Vetado
2	Ross Casey	Tara	Cinema em Close-up	Vetado
3	Tom Brooks	A deusa do sexo	Aquarius	Vetado
1982				
1	Lima de Miranda	Atração irresistível	Farmalivros	Sem parecer
Data desconhecida				
1	A. M. Amerj (tradutor)	Ching Ping Me ou Flor de ameixa no vaso de ouro	Hemus	Sem parecer
2	Adelaide Carraro	A mansão feita de lama	***	Liberado
3	[Adelaide Carraro - inferência]	Asco [Sexo em troca de fama]	L'Oren	Liberado
4	Cassandra Rios	A piranha sagrada	Top Livros	Sem parecer
5	Eric Aldrich	O amante insaciável	Líder	Sem parecer
6	F. Cavalcanti	Mulheres violentadas	***	Sem parecer
7	Mike Moore	Volúpia sensual em Saigon	Diana	Sem parecer
8	Monique Dumond	Êxtase em Roma	Diana	Sem parecer
9	Marie Hans	Em busca de amor	Gótica	Sem parecer

ANEXO A – Lista do Fundo da DCDP, Seção Censura Prévia, Série Publicações_2018.

TÍTULO	AUTOR	EDITORA	TIPO	PARECER	ANO
Papa Highirte	Oduvaldo Vianna	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Vetado	1970
Pavana para um Macaco defunto	Antônio Galvão Naclério Novaes	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Vetado	1970
Os Azeredo mais os Benevides	Oduvaldo Vianna Filho	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
O berço de ouro	E. C. Caldas	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Pertinho do Céu	José Vanderley; Mário Lago	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
O sótão e o rés-do-chão ou Soninha toda pura	José Ildemar Ferreira	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Vetado	1970
O apocalipse ou o Capeta de Caruaru	Aldomar Conrado	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Aspectos do teatro infantil	Lúcia Benedetti	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
A farsa do bode expiatório	Luiz Maranhão Filho	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Vetado	1970
Foto de crepúsculo	Maria Helena Kuhner	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Caramanchão próximo ao milagre	Edson Newton de Campos	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Vetado	1970
Se eu te esquecer, Jerusalém	Ari Chen	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
O começo é sempre fácil o difícil é depois	Milton Moraes Emery	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Espanta Gato	Luiz Maranhão Filho	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Suave é a bomba	Luiz Carlos Saroldi	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970

Soluços e sorrisos	Alarico Portiere	N/C	Livro	Vetado	1970
Modern Man	N/C	N/C	Revista	Vetado	1970
Basta bastardos	Hélio de Almeida	N/C	Livro	Vetado	1970
Elizabel, sol e mel	Macílio Alves	N/C	Livro	Liberado	1970
Os fatores morais no ensino	Edson de Abreu	N/C	Livro	Liberado	1970
Os mistérios do amor narrados em prosa e verso por ilustre cantador	Eduardo Borsato	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
O sétimo dia	Ari Chen	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
As feras	Vinicius de Moraes	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
A construção	Altimar de A. Pimentel	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Meus Versos BN	Weimar Torres	Serviço Nacional de Teatro	Livro	Liberado	1970
Terra corpo sem nome	Cleonice Rainho	Livraria São José	Livro	Liberado	1970
Assim vivemos	José dos Santos	N/C	Livro	Liberado	1971
Amélia, a flor da pedra	José dos Santos	N/C	Livro	Liberado	1971
Algoal em flor	João Francisco de Lima	N/C	Livro	Liberado	1971
Atrás do arame farpado	Kost Krymow	N/C	Livro	Liberado	1971
Livro sem título – “Trinta e quatro anos de desgoverno no Brasil”	Amadeu Carmello	N/C	Livro	Liberado	1970
Voragem; Os abarbarados	Antônio Taveira	N/C	Livro	Liberado	1971
Bar Don Juan	Antônio Calado	Civ. Brasileira	Livro	Sem parecer	1972
O casal sensual	Dr. C	Hemus	Livro	Liberado	1972
Um homem e uma mulher	Sr. e Sra. K	Artenova	Livro	Sem parecer	1972
Alternative to Armageddon	Yale-White-Von Manteuffel	N/C	Livro	Sem parecer	1972
Who is Ayn Rand ou Quem é Ayn Rand	Nathaniel Branden; Barbara Branden	Paperback Library	Livro	Liberado	1972
The new left: the anti-industrial revolutionA nova esquerda: a revolução anti-industrial	Ayn Rand	The New American Library	Livro	Sem parecer	1972
Do pai ao filho dos 6 aos 18 anos	Luiza R. Oliveira	N/C	Livro	Liberado	1972

Delírio	Guálter Silva Araújo	N/C	Livro	Liberado	1972
Marise, minha colega e outras contos	Wellington Pinto	N/C	Livro	Vetado	1972
Tóxicos	Ivan Schmidt	N/C	Livro	Liberado	1972
Festa	N/C	Minami-Cunha	Revista	Vetado	1972
Ciência e vida	N/C	Editora Signo	Revista	Liberado	1972
Club	N/C	Librairie Hachette	Revista	Vetado	1972
Despertamento da graça	Bartolomeu C. P. Quaresma	N/C	Livro	Liberado	1972
História de O	Pauline Reage	José Alvaro Ed.	Livro	Vetado	1972
Fiesta	N/C	Sublime	Revista	Liberado	1972
Labirinto	André de Figueiredo	Expressão e Cultura	Livro	Sem parecer	1972
Um pedaço de minha vida	José Vieira Moreira	N/C	Livro	Liberado	1972
Os dois mundos das três Américas	Jânio Quadros	Livraria Martins Editora	Livro	Liberado	1972
Pinta Brava	José Vieira Moreira	N/C	Livro	Liberado	1972
A grain of mustard seed	Márcio Moreira Alves	Anchor Books	Livro	Liberado	1973
Técnicas sexuais modernas	Robert Street	Mestre Jou	Livro	Sem parecer	1973
A aliciadora feliz	Xaviera Hollander	Nova Época	Livro	Vetado	1973
A pausa	N/C	Minami-Cunha	Revista	Vetado	1972
Último tango em Paris	Robert Alley	Civ. Brasileira	Livro	Vetado	1973
Photo	N/C	Librairie Hachette	Revista	Liberado	1973
A Revolução ganha as ruas	Walter de O. Garrocho	N/C	Livro	Liberado	1973
O túmulo	Rezende Filho	Editora Livros do Mundo Inteiro	Livro	Vetado	1973
Onde cai o sol amarelo	Augusto Shiguero Yamazato	N/C	Livro	Liberado	1973
Quatro cantos de pavor e alguns poemas desesperados	Álvaro Alves de Farias	N/C	Livro	Vetado	1973
Poesia sem príncipe	Georgenor Franco	N/C	Livro	Liberado	1973
Purus - História de ontem - Estórias de hoje	Líbero Luxardo	N/C	Livro	Sem parecer	1974
Novas aventuras da aliciadora feliz	Robin Moore	Nova Época	Livro	Vetado	1974
Um caso de sexo especial	D. M. Perkins	Grafisa	Livro	Vetado	1974
Emmanuelle, a Virgem	Emmanuelle Arsan	Grafisa	Livro	Vetado	1974
Andréia	Hugo Penteado Teixeira	Artenova	Livro	Liberado	1973

Cinco anos - Julgamento político na União Soviética	N/C	Editora Intercontinental	Livro	Liberado	1973
All juiced up	Veronica King	N/C	Livro	Vetado	1974
Teacher taught us	Jon Vernou	N/C	Livro	Vetado	1974
Cruise Ship	Jay Geene	Midwood Book	Livro	Vetado	1974
Jeff's Trade	Roger St. Clair	Midwood Book	Livro	Vetado	1974
Silken Idol	Robert Moore	Midwood Book	Livro	Vetado	1974
O amante insaciável	James Garan	Montana	Revista	Vetado	1974
Lobisomem	Gedeone/Nico Rosso	Minami-Cunha	Revista	Vetado	1974
Homens alados	Joaquim Alves de Oliveira Neto	N/C	Livro	Liberado	1974
Vida comum	Munir Calixto	Editora José Olympio	Livro	Liberado	1974
Castelo destruído	Maria da Luz Alves	N/C	Livro	Liberado	1974
Dramas e tóxicos	Marise Helena de Moura	N/C	Livro	Liberado	1974
Uma gota de esperança	Marise Helena de Moura	N/C	Livro	Liberado	1974
Minhas Marílias e seus nomes de guerra	Dirceu Alves Ferreira	N/C	Livro	Liberado	1974
Proibido	Reinaldo Cabral	Editora Cátedra	Livro	Liberado	1974
Brasil recreativo	N/C	Dicorel	Revista	Vetado	1974
Trotsky - O profeta armado	Isaac Detscher	N/C	Livro	Liberado	1974
As tumbas	Enrique Medina	Brasiliense	Livro	Vetado	1974
Vendetta do sexo	Jackie Collins	Record	Livro	Vetado	1975
Mulheres eróticas	R. Bar Bava	Kultus	Livro	Vetado	1975
Luiza, a cigana sexual	Nelson C. Y. Cunha	N/C	Livro	Vetado	1975
Chinesinha erótica	Brigitte Bijou	Lider	Livro	Vetado	1975
A amante de Kung-Fu	Lee Van Lee	Edrel	Livro	Vetado	1975
O sexo e o amor - vol. 1	David Saramon	Record	Livro	Liberado	1975
O sexo e o amor - vol. 2	David Saramon	Record	Livro	Liberado	1975
O sexo e o amor - vol. 3	David Saramon	Record	Livro	Liberado	1975
O quinteto sensual	Robert Gover	Nova Época	Livro	Vetado	1975
Emmanuelle - A virgem	Emmanuelle Arsan	Nova Época	Livro	Vetado	1974
Emmanuelle, a virgem	Emmanuelle Arsan	Artenova	Livro	Vetado	1975

Everybody does it e outros	Dick Trent	N/C	Livro	Vetado	1975
Saigon meu amor	Luiz Barreiros	Edrel	Livro	Vetado	1975
Eu, Margô ou Eu, Margot	Tradução de Euclides Carneiro da Silva	Artenova	Livro	Vetado	1975
Adaptação sexual perfeita	A. H. Chapman	Nova Época	Livro	Vetado	1975
Liberadas sexuais	Felisberto da Silva	N/C	Livro	Vetado	1975
As traças	Cassandra Rios	Mundo Musical	Livro	Vetado	1975
Copacabana posto 6 (A madrastra)	Cassandra Rios	Mundo Musical	Livro	Vetado	1975
Duelo entre duas mulheres	Brigitte Bijou	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Alô sim	Madame Claude	Portugália	Livro	Sem parecer	1975
Novelas da erosfera	Emmanuelle Arsan	Artenova	Livro	Vetado	1975
Mulher-pecado	Márcia Fagundes Varella		Livro	Vetado	1975
Devaneios de uma virgem... Virgem?	José Adalto Cardoso	Mek Editores	Livro	Vetado	1975
Emmanuelle, a antivirgem	Emmanuelle Arsan	Artenova	Livro	Vetado	1975
O machão	Harold Robbins	Record	Livro	Vetado	1975
Nuas e carinhosas	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975
Sexo no paraíso	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975
Elas fazem aquilo...	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975
Elas e o sexo	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975
Escrava do sexo	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975
12 mulheres e um andrógino	Roy Thomas	Ebex	Livro	Vetado	1975
Confissões de um conquistador de criadas	Hernani de Irajá	N/C	Livro	Liberado	1974
Novelas da erosfera	Emmanuelle Arsan	Editora Artenova	Livro	Vetado	1979
Há muito não tenho relações com o leitão	Rex Schindler	N/C	Livro	Vetado	1975
Em busca de aventuras	Brigitte Bijou	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
O padre fogo de Boulange	Brigitte Bijou	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Explosão sexual	Felisberto da Silva	N/C	Livro	Vetado	1975
Sexo e morte em Paris	Maxine Rabel	Edimax	Livro	Vetado	1975
Amor sem limites	Christopher Palmer	Artenova SA	Livro	Vetado	1975
O preço de Marta	Marcia Fagundes Varella	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975

A vida e o sexo	Dr. G. Pop	N/C	Livro	Vetado	1975
Novas páginas eróticas	Luiz Barreiros	Lider	Livro	Vetado	1975
A verdadeira estória de um assassino	Adelaide Carraro	Global Editora	Livro	Vetado	1975
O que excita as mulheres	Robert Chartham	N/C	Livro	Vetado	1975
O relatório Hite	Shere Hite	Difel	Livro	Vetado	1978
Os fornecedores do vício	E. Rimbaud	Nova Época	Livro	Vetado	1978
Marcella	Cassandra Rios	Record	Livro	Vetado	1975
Uma mulher diferente	Cassandra Rios	Mundo Musical	Livro	Vetado	1975
Lenita e o padre	Márcia Fagundes Varela	Edigraf	Livro	Liberado	1975
O prazer sexual no casamento	Jerome e Júlia Rainer	Nova Época	Livro	Liberado	1975
Os deuses eróticos	N. Cunha	Mek Editores	Livro	Liberado	1975
Um casal de duas	Maximo Jubilus	Editora Kultus	Livro	Liberado	1975
As garotas que dizem sim	Edward Thorne	Artenova	Livro	Vetado	1975
Descubra seu QI sexual	Larry Scwab e Karen Markam	Artenova	Livro	Vetado	1975
Sexo para jovens e adultos	Robert Chartham	Artenova	Livro	Vetado	1975
Minha vida com Xaviera	Larry	Nova Época	Livro	Vetado	1975
Férias em Mar del Plata	Al. Trebla	Montanha Editora	Livro	Vetado	1975
Seja feliz na vida sexual	Dr. Helmut Fichter	Edições Sociais	Livro	Vetado	1975
As sensuais - Meu amante o bode	N. Campel	N/C	Livro	Vetado	1975
Cartilha do bem sofrer com lições de bem amar	Farias de Carvalho	Editora Sérgio Cardoso	Livro	Liberado	1975
Guia para o amor sensual	Robert Chartham	Artenova	Livro	Vetado	1975
Ela	Christopher Palmer	Artenova	Livro	Vetado	1975
Ele	Christopher Palmer	Artenova	Livro	Vetado	1975
Discurso sobre o sexo	Hilário Veiga Carvalho	Global Editora	Livro	Liberado	1975
A inocente	Brigitte Bijou	Montanha Editora	Livro	Vetado	1975
Sem retoque	J. Melo	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Diários de André	Brasigóis Felício	Editora Oriente	Livro	Vetado	1975
Na rota do sexo	Lee Van Lee	Edrel	Livro	Vetado	1975
Elas não escondem nada...	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1975

Contos eróticos	vários	Editora Roval	Livro	Vetado	1975
Nova - Guia do amor e do sexo	N/C	Editora Abril	Revista	Vetado	1975
Lúcio Flávio, o passageiro da agonia	José Louzeiro	Editora Civ. Brasileira	Livro	Liberado	1976
O caso Lou - Assim é se lhe parece	Carlos Heitor Cony	Editora Civ. Brasileira	Livro	Liberado	1976
Irene (O sexo de Irene)	Albert de Routsie	Artenova	Livro	Vetado	1975
Amantes e exorcistas	Wesley Simon York	Artenova	Livro	Vetado	1975
Sexo super consumo	Márcia Fagundes Varela	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
As carícias do casal	Pierre Valinief	A. C. Fernandes	Livro	Vetado	1975
Vício, tuberculose e sexo	Bernardo Elias Lahdo	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
A hora do amor	Christopher Palmer	Artenova	Livro	Vetado	1975
O gigolô	Chris Harrison	Editora Americana	Livro	Vetado	1975
A escalada do prazer	Peter McCurtin	Editora Americana	Livro	Vetado	1975
Romance Moderno	N/C	Rio Gráfica Editora	Revista	Liberado	1975
Africana	Luiz Barreiros	N/C	Livro	Liberado	1975
A possuída	Charles W. Runyon	Nova Época	Livro	Vetado	1975
O galante mister John	João Francisco de Lima	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
A boca sensual	Paul Ableman	Artenova	Livro	Vetado	1975
Em busca de aventuras	Brigitte Bijou	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
O contrabandista de escravas	Dr.G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
A joia do sexo	Virginia Graham	Nova Época	Livro	Vetado	1975
Ele não brincava com o amor	Al Trebla	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Amores insaciáveis de uma estrela	Frederic Olsberg	Nova Época	Livro	Vetado	1975
A filha de ninguém	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
As violentadas	M. Casey	Mek Editores	Livro	Vetado	1975
Paris, sexo, prazeres, crimes	Paul Demougart	Louzeiro Editora	Livro	Vetado	1975
Marnie – seus vícios e encantos	Winston Graham	Hemus	Livro	Vetado	1975
Posições amorosas	N/C	Health Press	Livro	Vetado	1975
Simplesmente amor	Francis Miller	L'Oren Editora	Livro	Liberado	1975
Amores da filha de lady Chatterley	Patricia Robins	Aquarius	Livro	Liberado	1975

Tororomba, o cancionista de Ilhéus	Jocelino Leal	N/C	Livro	Liberado	1975
Companheiras noturnas	Francis Miller	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
A emoção sexual da mulher	Dr. E. Radetzy	Editora Discubra	Livro	Liberado	1975
Dias de Clichy e uma noite em Newhaven	Henry Miller	Editora Americana	Livro	Vetado	1975
Contos eróticos	R. Bar Bava	Roval Editora	Livro	Vetado	1975
Páginas eróticas	Luiz Barreiros	Edrel	Livro	Vetado	1975
Kukla, a boneca	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
O mundo pecaminoso em que vivi	Mylène Demarst	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1975
Vôo erótico	N. Hughes Jonathan	Americana	Livro	Vetado	1975
O homem, a mulher e a cama	John Wallace	Palmeiras	Livro	Vetado	1975
Duas flores do sexo	N/C	Editora Gorrión	Livro	Vetado	1975
Intimidade - Dicionário enciclopédico de orientação sexual	N/C	Editora ABZ	Revista	Liberado	1975
Confidências íntimas	Riola Arriagada	A. C. Fernandes	Livro	Vetado	1975
A ilha do desejo	Jean Garret	Mek Editores	Livro	Vetado	1975
Male/Female	William Steig	N/C	Livro	Vetado	1975
The photographic manual of sexual intercourse	L. R. O'Conner	N/C	Livro	Vetado	1975
The picture book of sexual love	Robert Harket	N/C	Livro	Vetado	1975
Inteirinha nua e sua	R. Bar Bava	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1975
Gatinha erótica	N. Campbell	Mek Editores	Livro	Vetado	1975
Amor sem limite	Christopher Palmer	N/C	Livro	Vetado	1975
As sensuais	Marcel Koppa	Hemus	Livro	Vetado	1975
Gente e humor	A. Tito Filho	Comepi	Livro	Liberado	1975
Magazin Stern	N/C	N/C	Revista	Vetado	1975
O céu que nunca vi	N/C	Sedmay-Ibis	Revista	Liberado	1975
O Colégio Harrison - A escola do sexo	John Francis	Edições MM	Livro	Liberado	1975
Saudos do pensamento	Francisco Rodrigues de Souza	N/C	Livro	Liberado	1975
Adoráveis gatinhas	Rene D'Clair	Rodolivros	Livro	Vetado	1975
Amadas amantes	Ivonit Karystyse	Rodolivros	Livro	Vetado	1975
O indomável	Harold Robbins	Record	Livro	Liberado	1975

Mundo cão	Domingo Hugo Pace	Editora Kultus	Livro	Liberado	1975
O preço de Marta	Márcia Fagundes Varela	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Cidinha, a incansável	Dr. G. Pop	N/C	Livro	Vetado	1975
O carvoeiro	Ignácio Piter	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
Cartas erótica de Marilyn	Marilyn Whitney	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1975
ABC do comunismo	Preobrajenski Boukharine	Centelha	Livro	Vetado	1975
O homem que desafiou o diabo	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
A divina marquesa	Marquês de Sade	N/C	Livro	Liberado	1975
A mulher erótica	Joy Warren	N/C	Livro	Vetado	1975
Guia sexual da moça moderna	Wardell B. Pomeroy	N/C	Livro	Vetado	1975
Meu jardim secreto	Nancy Friday	N/C	Livro	Vetado	1975
Fêmeas de luxo	Jean Charles Capelle	Editora Lider	Livro	Vetado	1975
Gina, a procura de Kukla	Dr. G. Pop	N/C	Livro	Vetado	1975
Tóxico, sexo e morte	Wedge Nels	N/C	Livro	Vetado	1975
A carne	Júlio Ribeiro	N/C	Livro	Liberado	1975
Meu nome é Marcelo	M. Lopes	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1975
As tumbas	Enrique Medina	Brasiliense	Livro	Vetado	1975
A amante virgem	I. A. Satoc	N/C	Livro	Liberado	1975
O caracol	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
Status	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
Pais e filhos	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
Homem	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
Photo	N/C	Librairie Hachette	Revista	Liberado	1975
Ele Ela	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
História das escolas de samba	N/C	N/C	Livro	Liberado	1975
Fiesta	N/C	N/C	Revista	Liberado	1975
Nova	N/C	Editora Abril	Revista	Liberado	1975
Cinema em close-up	N/C	Mek Editores	Revista	Liberado	1975
Georgette	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976

Os padres também amam	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Reino dos orixás	N/C	Editora Vozes d'África	Revista	Liberado	1976
A casa de rendez-vous	Oscar Lewis	Nova Época	Livro	Liberado	1976
Eliana, uma rosa entre espinhos	Minami Keizi	Mek Editores	Livro	Liberado	1976
Africana	Luiz Barreiros	Editora Edrel	Livro	Liberado	1976
Teribré, o místico do sexo	Lima de Miranda	Editora Cátedra	Livro	Vetado	1976
O diário íntimo de Casanova	J. Casanova de Seingalt	Hemus	Livro	Vetado	1976
O sexo portátil	Luiz Canabrava	Record Editora	Livro	Liberado	1976
Essas virgens de hoje...	Felisberto da Silva	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
A grande comédia	Fernando Menezes da Silva	N/C	Livro	Vetado	1976
Dez estórias imorais	Aguinaldo Silva	Record Editora	Livro	Vetado	1976
As aventureiras	Al Trebla	Montanha Editora	Livro	Vetado	1976
Noviça erótica	Márcia Fagundes Varella	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
As trigêmeas	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Vampiras do sexo	F. W. Paul	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
As memórias de Casanova	J. Casanova de Seingalt	Hemus	Livro	Vetado	1976
Graciela, amava e matava	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Sexo no confessionário	Norberto Valentini e Clara di Meglio	Nórdica	Livro	Liberado	1976
As tumbas	Enrique Medina	Brasiliense	Livro	Vetado	1976
As amantes do moralista	John Gardner	Hemus	Livro	Liberado	1976
Escravo do desejo	Louis-Charles Royer	Editora Vecchi	Livro	Liberado	1976
O sexo, a mulher e a erótica	Dr. Emanuel Bosch ou Dr. Otto Schwartz	Livraria Exp. Livro	Livro	Liberado	1976
O direito e o avesso	Robin Maugham	Record	Livro	Liberado	1976
A igreja ante a escalada da ameaça comunista	Plinio C. de Oliveira	Editora Vera Cruz	Livro	Liberado	1976
Volúpia do pecado	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
Tessa, a gata	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
A borboleta branca	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
A Vida e o sexo	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Caminhos interrompidos	Luiz Renato de Paiva Lima	Editora Americana	Livro	Liberado	1976

As mulheres, o amor e o sexo	Robert Chartham	Artenova	Livro	Vetado	1976
Feliz ano novo	Rubem Fonseca	Artenova	Livro	Vetado	1976
Ambições frustradas	J. Viriato de Castro	N/C	Livro	Sem parecer	1976
As aventuras das secretárias	Rommie James	Global Editora	Livro	Vetado	1976
Mistérios de uma doutora	Al Trebla	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Lobisomem – O demônio da noite	Gedeone	Minami-Cunha	Revista	Liberado	1976
O gavião do asfalto	João Francisco de Lima	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Nós	Christopher Palmer	Artenova	Livro	Vetado	1976
O eterno sexo	João Francisco da Silva	N/C	Livro	Vetado	1976
A vida secreta de um homem sensual ou Adios Scheherazade	Donald E. Westlake	N/C	Livro	Vetado	1976
Um reino clandestino na Amazônia	Meldutis Laupinaitis	N/C	Livro	Liberado	1976
Veneno	Cassandra Rios	Record	Livro	Vetado	1976
Macária	Cassandra Rios	Hemus	Livro	Sem parecer	1976
Nicoleta ninfeta	Cassandra Rios	Record	Livro	Vetado	1976
A breve estória de Fábila	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
Podridão	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Carniça	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
O homem subterrâneo	Ross MacDonald	Artenova	Livro	Liberado	1976
A mansão feita de lama	Adelaide Carraro	N/C	Livro	Liberado	
Falência das elites	N/C	N/C	Livro	Liberado	
Gente	N/C	N/C	Livro	Liberado	
Asco	N/C	L'Oren Editora	Livro	Liberado	
Palácio das ninfas	Al Trebla	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Noites de Moscou	Vlas Tenin	Montanha Editora	Livro	Vetado	1976
Em busca de aventuras	Brigitte Bijou	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Sexo, delírios e tormentos	Jean Floubert	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1976
O pulo do gato	Otacílio Dantas	Edições Astra	Livro	Liberado	1976
Supermercado supermacho	R. T. Larkin	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
Fortaleza sua potência sexual	Richard M. Falk	Hemus	Livro	Liberado	1976

O cabo e a normalista	Claudovino Alencar	N/C	Livro	Vetado	1976
As medidas do amor	Irving Wallace	Bestseller	Livro	Liberado	1976
Mulheres do sexo violento	José Adalto Cardoso	Mek Editora	Livro	Liberado	1976
Viva - A super estrela	Tradução de D.P. Skroski	Nova Época	Livro	Vetado	1976
Escuridão	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Mulheres de ninguém	Márcia Fagundes Varela	Edrel	Livro	Liberado	1976
O preço do amor	Eustace Chesser	Ibrasa	Livro	Liberado	1976
A trama perfeita	Al Trebla	L'Oren Editora	Livro	Liberado	1976
As novas aventuras das massagistas	Jennifer Sills	Global Editora	Livro	Vetado	1976
O significado sexual do tarô	Theodor Laurence	Livraria Mundo Inteiro	Livro	Liberado	1976
Uma aventura no oriente	Paul Theroux	Nova Época	Livro	Liberado	1976
A vida e a verdade	José Vieira Moreira	N/C	Livro	Liberado	1976
Dois corpos em delírio	Márcia Fagundes Varela	L'Oren Editora	Livro	Liberado	1976
Belas e perigosas	René D'Clair	Rodolivros	Livro	Liberado	1976
As massagistas	Jennifer Sills	Global Editora	Livro	Vetado	1976
A beleza mora com o sexo	N/C	Edrel	Livro	Vetado	1976
L'art erotique	Eberhard e Phyllis Kronhausen	Editora Artistes	Livro	Vetado	1976
Última hora	N/C	N/C	Jornal	Vetado	1976
A sarjeta	Cassandra Rios	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
A interpretação dos sonhos	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Afro chamber	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Almanaque cinema	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Alternativa	N/C	Editora Alternativa	Revista	Liberado	1976
Augusta inside	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Autoclube	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Aventuras de Drácula	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Bruzundanga	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Carinho	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Chave	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976

Coletânea de cinema	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Contexto	N/C	N/C	Revista	Sem parecer	1976
Curtição	N/C	N/C	Revista	Vetado	1976
Desperte sua sensualidade	N/C	Editora Abril	Revista	Vetado	1976
Ficção – Histórias para o prazer da leitura n. 1 e 2	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Fresta	N/C	Mek Editores	Revista	Liberado	1976
Gringo – o matador erótico	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Momento – Revista Cultural da Gazeta de Sergipe	N/C	Gazeta de Sergipe	Revista	Liberado	1976
Mundo cão	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
O saco; O saco cultural	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Paralelo	N/C	Editora Paralelo	Revista	Sem parecer	1976
Passeport	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Photo	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Primal Sensuality	N/C	N/C			1976
Relax – Uma revista contra o stress	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Um passo além n. 1	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Guia da sorte; Guia da sorte – folhas de chá – I Ching – Clarividência – Quiromancia e Grafologia	N/C	Editora Abril	Revista	Liberado	1976
Adult connect the dots	N/C	American Publishing	Revista	Vetado	1977
Argumento	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Cine revue	N/C	N/C	Revista	Sem parecer	1976
Perspectivas médicas; Revista Latinoamericana de Investigação Médica	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Uma para cada gosto	N/C	N/C	Livro	Vetado	1976
Intimidade	N/C	Editora ABZ	Revista	Liberado	1976
New girl	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Fiesta	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
A pausa	N/C	N/C	Revista	Liberado	1976
Cinema em close-up	N/C	Mek Editores	Revista	Liberado	1976
Status	N/C	Editora Três	Revista	Liberado	1976

Pais e filhos	N/C	Editora Bloch	Revista	Liberado	1976
Ele Ela	N/C	Editora Bloch	Revista	Liberado	1976
Eu acuso – Genocídio soviético	Meldutis Laupinaitis	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Nova	N/C	Editora Abril	Revista	Liberado	1976
Blood sport	Robert F. Jones	N/C	Livro	Liberado	1976
Diary	Paula Newhorn	N/C	Livro	Liberado	1976
The boys from Brazil	Ira Lewin	N/C	Livro	Liberado	1976
Free sex	Moses David	N/C	Livro	Vetado	1976
O garanhão da Cosa Nostra	F. W. Paul	Editora Mundo Musical	Livro	Vetado	1976
Gravuras de Picasso	N/C	N/C	Livro	Liberado	1976
Tutti fascisti	Claudio Quarantotto	Il Borguese	Livro	Vetado	1976
O que excita as mulheres	Robert Chartham	Artenova	Livro	Vetado	1976
A grande comédia	Fenando Menezes da Silva	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Ten poems and lyrics by Mao Tse Tung	N/C	Univ. Massachusetts	Livro	Vetado	1976
Só nós duas	Barbara Brooks	Aquarius Editora	Livro	Vetado	1976
Cartas à Xaviera	Xaviera Hollander	Nova Época	Livro	Vetado	1976
Minha vida íntima	Cathérine Renoir	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1976
Meus amores secretos	João Francisco de Lima	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Amor a três	Brigitte Bijou	Dis-Livro	Livro	Vetado	1976
Sexo e boemia	João Francisco de Lima	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1976
Palmeira dos índios e seus encantos	Antônio Laurindo	N/C	Livro	Liberado	1976
Elas são de morte	René D'Clair	Rodolivros	Livro	Vetado	1976
Eu e o governador	Adelaide Carraro	N/C	Livro	Liberado	1976
Fabiana, a mulher que sabia amar	Marcel Kappa	Impress	Livro	Liberado	1976
Ninguém é de ninguém	Harold Robbins	N/C	Livro	Liberado	1976
O manual sensual	David I. Chapnick	N/C	Livro	Liberado	1976
Romance moderno	N/C	Rio Gráfica Editora	Revista	Liberado	1976
Sexo e prazer	N/C	N/C	Livro	Vetado	1976
Sexo em conflito	Márcia Fagundes Varela	N/C	Livro	Liberado	1976

Voragem do desejo	Márcia Fagundes Varela	N/C	Livro	Liberado	1976
O comitê	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1977
Mais prazeres do sexo	Alex Comfort	Editora Sérgio Guimarães	Livro	Vetado	1977
Os prazeres do sexo	Alex Comfort	Editora Sérgio Guimarães	Livro	Vetado	1977
The economics of socialismo	J. Wilczynski	N/C	Livro	Liberado	1977
Cartas eróticas de Edward	Edward W. Richardson	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1977
A forasteira	Calder Willingham	Nova Época	Livro	Vetado	1977
Romance Moderno		Rio Gráfica Editora	Revista	Liberado	1977
A coisa incrível	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1977
Um momento, escute-me – Homossexualismo	Benedito A. de Oliveira	N/C	Livro	Vetado	1977
Adult connect the dots	N/C	American Publishing	Revista	Vetado	1977
A selvagem Xaviera	Xaviera Hollander	Nova Época	Livro	Vetado	1977
Confissões de uma estrela	Mylène Demarst	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1977
Por trás das câmaras	Mylène Demarst	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1977
Homem	N/C	Editora Abril	Revista	Liberado	1976
The book of pot	Pamela Lloyd	A & W V. Library The Ridge Press	Livro	Vetado	1977
Total sex	Dan Abelow	Sucess Publishing	Livro	Vetado	1977
79 park avenue	Harold Robbins	N/C	Livro	Liberado	1977
Aventuras de um sádico	Li Yu	Livros do Brasil	Livro	Vetado	1977
Hara Kiri	Autor Anônimo	N/C	Revista	Vetado	1977
L'album de Bilitis	David Hamilton	N/C	Revista	Liberado	1977
Nude variations	André de Dienes	N/C	Livro	Sem parecer	1977
Jou Pu Tuan – O livro erótico chinês	N/C	Livros do Brasil	Livro	Vetado	1977
Response - The new sexuality	N/C	J. T. Quiller	Revista	Vetado	1977
Vamos querida	Brigitte Bijou	N/C	Livro	Vetado	1977
Cinema em close-up	N/C	N/C	Revista	Liberado	1977
Revista dos municípios	N/C	Editora Proexpo	Revista	Sem parecer	1977

The myth of Marginality	Janice E. Perlman	N/C	Livro	Liberado	1977
Inéditos	N/C	Editora Inéditos	Revista	Liberado	1977
Ele Ela	N/C	Editora Bloch	Revista	Liberado	1977
Os garotos da massagista	Jennifer Sills	Global Editora	Livro	Vetado	1977
A vida amorosa de um médico	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1977
A menina cor de rosa	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1977
The pictorial guide to sexual intercourse	Istvan Scwenda e Thomas Leuchner	Pent-R Books	Livro	Vetado	1977
A revolução erótica	Lawrence Lipton	Ibrasa	Livro	Vetado	1977
Sensação em Portugal	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1977
Boca de fogo	Roy Thomas	Ebex	Livro	Vetado	1977
Mulheres ardentes	Yuri Gletter	Editora Colorado	Livro	Vetado	1977
Anima	N/C	N/C	Revista	Vetado	1977
Sonetos	Edgar Paula Rodrigues	N/C	Livro	Liberado	1977
Dicionário sexual	Georges Valensin	Editora Ibrasa	Livro	Liberado	1977
Fatos e fotos	N/C	Editora Bloch	Revista	Liberado	1977
O violador	Henry Kane	Nova Época	Livro	Vetado	1977
A deusa do sexo	Peter Khan	N/C	Livro	Liberado	1977
A verdadeira estória de um assassino	Adelaide Carraro	N/C	Livro	Vetado	1977
Alucinadas pelo sexo	Tom Willyann	N/C	Livro	Sem parecer	1977
Desde la cola del dragon	Jorge Edwards	Dopesa	Livro	Liberado	1977
Diccionario de la falange	Eduardo Alvarez Puga	N/C	Livro	Liberado	1977
Diccionario del anarquismo	José Peirats	N/C	Livro	Liberado	1977
El caso Padilla	Lourdes Casal	N/C	Livro	Liberado	1977
Eliana, uma rosa entre espinhos	Thais de Alencar	N/C	Livro	Liberado	1977
Jaume Carner	Josep M. Poblet	N/C	Livro	Liberado	1977
Leila, o veneno doce	Peter Khan	N/C	Livro	Liberado	1977
Let history judge	Roy A. Medvedev	N/C	Livro	Liberado	1977
Lira ligeira	Silvio Leopoldo	N/C	Livro	Liberado	1977
Nuas e voluptuosas	Peter Khan	N/C	Livro	Liberado	1977

O amor pecado	Yuri Gletter	N/C	Livro	Liberado	1977
Perigo no Prata: o samba	N/C	Editora Paralelo	Revista	Liberado	1977
Petita historia de la guerra civil	Joan Sariol Badia	Dopesa	Livro	Liberado	1977
Prazer e desejo	Yuri Gletter		Livro	Vetado	1977
The Brazilian communist party	Ronald H. Chilcote	Oxford University	Livro	Vetado	1977
Lili, a vamp sexy	N/C	N/C	Revista	Vetado	1977
Taormina - Debut de siecle	Baron de Gloeden	Editions du Chêne	Livro	Vetado	1977
O cruzeiro dos amantes	Michel Lamont	Panamericana	Livro	Vetado	1978
A herança de Dena	Gwen Whinter	Aquarios Editora	Livro	Vetado	1978
A última noite de amor de um condenado à morte	Michel Lamont	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Férias amorosas	Vivian Crawford	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Os prazeres de uma princesa russa	Maria Luhan	Editora Gótica	Livro	Vetado	1978
Resistência sexual	Francis Hagaerre	Editora Gótica	Livro	Vetado	1978
Sexo em conflito	Ivonit Karystyse	Editorial Phoenix	Livro	Vetado	1978
Mulheres proibidas	Mari Terése Luke	N/C	Livro	Liberado	1978
Sou Lilly, atriz de cinema	Lili Lamont	Panamericana	Livro	Vetado	1978
As massagistas de Toquio	Rita Reinolds	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Bolero sensual	Denise Taylor	Panamericana	Livro	Vetado	1978
For adult	Rock Duggan	Editora Xavantes	Livro	Vetado	1978
Volúpia sensual	Peter Khan	editora Colorado	Livro	Vetado	1978
Mulher livre	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
Os amantes	Adelaide Carraro	Global Editora	Livro	Vetado	1978
Mares de perdição	Jack Gordon	Aquarios Editora	Livro	Vetado	1978
Rainha do strip-tease	Danielle Jobbert	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Novas aventuras de Linda Lovelace	D. M. Perkins	Nova Época	Livro	Vetado	1978
Liselle, massagista para cavalheiros	Gabrielle Manson	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Paulette, aeromoça	Vicky Morris	Editora Infantil Cultura	Livro	Vetado	1978
As novas aventuras das massagistas	Jennifer Sills	Global Editora	Livro	Vetado	1978
A última conquista de Don Juan	Rex Stewart	Panamericana	Livro	Vetado	1978

Sexo proibido	Ivonit Karystyse	Editorial Phoenix	Livro	Vetado	1978
Emoção sexual	Ivonit Karystyse	Editorial Phoenix	Livro	Vetado	1978
Amantes do sexo	N/C	Editora Edrel	Livro	Vetado	1978
Elas, as eróticas	N/C	Roal Editora	Livro	Vetado	1978
Dois corpos em delírio	Márcia Fagundes Varella	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
As mais simples e sinceras comunicações	Francisco C. P. Biondo	N/C	Livro	Liberado	1978
As lágrimas das virgens	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
Providência	Maxlem Rodrigues	N/C	Livro	Liberado	1978
A pérola - Um jornal erótico 1 e 2	N/C	Livros do Brasil	Livro	Vetado	1978
Memórias eróticas de um burguês	N/C	Livros do Brasil	Livro	Vetado	1978
Foto riso	N/C	Editora Lemar	Livro	Liberado	1978
Show de piadas	N/C	Editora Lemar	Livro	Liberado	1978
Sorriso	N/C	Editora Lemar	Livro	Liberado	1978
O amor e o sexo	Ivonit Karystyse	Editorial Phoenix	Livro	Vetado	1978
Play sexy	Brigitte Bijou	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Xaviera masculino	Grant Tracy Saxon	Nova Época	Livro	Vetado	1978
Um office boy das arábias	Virginia Grey	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Garotas calientes	Iita Lafond	Editora Guaíba	Livro	Vetado	1978
Photo	N/C	Filipachi	Revista	Liberado	1978
Férias no Havai	Paul Harris	Publ. Suc. Literários	Livro	Vetado	1978
Caminhos eróticos	Brigitte Bijou	Panamericana	Livro	Vetado	1978
O anel do desejo	Tom Brooks	Aquarius Editora	Livro	Vetado	1978
Loira vestida de branco	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
Machos e fêmeas	Michel Lamont	Panamericana	Livro	Vetado	1978
Prazer sem pecado	Brigitte Bijou	Edições arelux	Livro	Vetado	1978
Clube dos prazeres	Brigitte Bijou	Panamericana	Livro	Vetado	1978
A paranoica	Cassandra Rios	Global Editora	Livro	Vetado	1978
Ele Ela	N/C	Editora Bloch	Revista	Vetado	1978
Os amantes	Adelaide Carraro	Global Editora	Livro	Vetado	1978

Mulher livre	Adelaide Carraro	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
Amante amada	R. Barnes	Mek Editores	Livro	Vetado	1979
O amor e suas posições básicas	Karl Fritz	Mek Editores	Livro	Liberado	1979
Ele Ela	N/C	Editora Bloch	Revista	Vetado	1978
Copa mundial do sexo	Camille La Femme	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Privato	N/C	N/C	Revista	Vetado	1978
Última besta	Irany Cristina Rezende	Editora Moça	Livro	Vetado	1978
Maldição erótica	Adal Casey	Cinema em Close-up	Livro	Liberado	1978
As novas aventuras das secretárias	Natalie West	N/C	Livro	Liberado	1978
Guia prático de técnica sexual	N/C	Mek Editora	Livro	Liberado	1978
Armadilha erótica	Francis Hagaerre	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Amado amante negro	June Warren	Editora Suc. Literários	Livro	Vetado	1979
Prazer sem pecado	Brigitte Bijou	Edições arelux	Livro	Vetado	1979
Teatro dos prazeres	Anny Lover	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Garotas em apuros	Brigitte Bijou	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
A garota cobiçada	Brigitte Bijou	Movedi Edições	Livro	Vetado	1978
Cassandra	Marilyn Monray	Editora Suc. Literários	Livro	Vetado	1978
Na voragem do êxtase	Brigitte Bijou	Editora Arelux	Livro	Vetado	1978
Amante amada	R. Barnes	Mek Editora	Livro	Vetado	1978
O louco	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
La guerriglia in Italia	vários autores	Feltrinelli Editora	Livro	Vetado	1978
Autobiografia di uma guerriglia – Guatemala	Ricardo Ramirez	Feltrinelli Editora	Livro	Vetado	1978
MO - Nova vida revolucionária	Moisés David	N/C	Livro	Vetado	1979
O primo Charlie	Jeanette Sinclair	Editora Suc. Literários	Livro	Vetado	1979
Ahhnn!	Camille La Femme	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Violencia y política em america latina; e lista de livros em espanhol apreciados pela DCDP	Jlio Barreiro	Siglo Veintiuno	Livro	Liberado	1978
Je des nuances de la pluie	Vários	N/C	Livro	Liberado	1978
Le chant de L'oreiller	vários	N/C	Livro	Liberado	1978
Erotic art of the másters	Bradley Smith	N/C	Livro	Liberado	1978

Sadismo e masoquismo da princesa russa	Maria Luhan	Editora Gótica	Livro	Vetado	1978
Kâma Sutra	Vatsyayana	Livros do Brasil	Livro	Liberado	1978
Copa mundial do sexo	Camille La Femme	Editora Lampião	Livro	Liberado	1978
Teatro dos prazeres	Anny Lover	Editora Lampião	Livro	Vetado	1978
Fraqueza da carne	F. Lamont	N/C	Livro	Vetado	1978
Aventuras de um sádico	Autor Anônimo	Livros do Brasil	Livro	Vetado	1978
Armadilha erótica	Francis Hagaerre	Editora Gótica	Livro	Vetado	1978
Adelaide, uma enfermeira sensual	Marilyn Monray	N/C	Livro	Liberado	1978
Garotas em apuros	Brigitte Bijou	Editora Gótica	Livro	Vetado	1978
Posições amorosas	Roy Thomas	Health Press	Livro	Vetado	1978
Amor sem limites	Robert A. Heinlein	N/C	Livro	Liberado	1978
Mortal apedrejado BN	Carlos Luiz Campanella	N/C	Livro	Liberado	1978
O companheiro espírita	Paulo Roberto M. Sampaio	N/C	Livro	Liberado	1978
Opressão	N/C	N/C	Livro	Liberado	1978
Sexo, amor, casamento	Aurico Serzedello Machado	N/C	Livro	Liberado	1978
Uma homenagem de Manoel Lourenço ao professor Nazareno	Manoel Lourenço	N/C	Livro	Liberado	1978
Lobo e aos Orixás do Brasil	Marc Brandel	N/C	Livro	Liberado	1978
O homem que gostava de mulheres	N/C	N/C	Revista	Liberado	1978
Nieuwe Revu	N/C	N/C	Jornal	Vetado	1978
Trouw	N/C	N/C	Livros do Brasil	Vetado	1978
A minha vida secreta – Autobiografia erótica	N/C	N/C	Livros do Brasil	Vetado	1978
Programa de saúde: Projetos e temas de higiene e saúde	Lídia Rosenberg Aratangy e outros	Companhia Editora Nacional	Livro	Vetado	1978
Eros	N/C	Grafipar	Revista	Liberado	1978
Personal	N/C	Grafipar	Revista	Liberado	1978
Peteca; Peteca Astral	N/C	Grafipar	Revista	Liberado	1978
Klee	Denys Chevalier	N/C	Livro	Liberado	1978
Horas tardias	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1978
Paulette, aeromoça	Vicky Morris	Panamericana	Livro	Vetado	1979
Nova	N/C	N/C	Revista	Vetado	1978

O prazer de pecar	Cassandra Rios	N/C	Livro	Sem parecer	1979
Três gatas e uma cama	Jay D. Matcalfe	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Asilo de vermes	Pedro de Paula Rodrigues e Nilda N. Silva	N/C	Livro	Liberado	1979
Amores frenéticos	P. I. Jones	N/C	Livro	Vetado	1979
A virgem de jade	Dorothy Amin	N/C	Livro	Vetado	1979
Sexo do diabo	Cynthia Burns	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Caça ao homem	Nia Sand	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Nas ondas do desejo	Sharon Dobrinin	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Deliciosas loucuras em Monte Carlo	Carolyn Colby	Editora Diana	Livro	Vetado	1979
As insaciáveis de Paris	Maurice Montier	Editora Diana	Livro	Vetado	1979
A princesa russa massagista do balneário	Maria Luhan	N/C	Livro	Sem parecer	1979
Linka – A mestra do sexo	Anny Lover	Editora Lampião	Livro	Vetado	1979
Camila, modista de alta costura	Sylvana Dubois	Editora Guaíba	Livro	Vetado	1979
Resistência sexual	Maria Luhan	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Tentação sensual	Brigitte Bijou	Panamericana	Livro	Vetado	1979
Emoção e frenesi em Venesa	Lana Robbins	Edições Diana	Livro	Vetado	1979
As levianas	Francis Hagaerre	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Sexo em ritmo de rock	F. Lamont	N/C	Livro	Sem parecer	1979
Swing – Sexo sem segredos	Eurico Felix	Top Livros	Livro	Vetado	1979
Hot girls	N/C	Noblet Editora	Revista	Vetado	1979
O lupanar de luxo da princesa russa	Maria Luhan	Editora Luhan	Livro	Vetado	1979
Sexo para principiantes	Mylène Demarst	Luzeiro Editora	Livro	Vetado	1979
Coleção de poemas	Raimundo A. de Oliveira	N/C	Livro	Liberado	1979
Sexo em alta rotatividade	Rigers Yuong ou Gisele Sorrel	Editora Samantha	Livro	Vetado	1979
Lucille	Stella Moore	Editora Lopes	Livro	Vetado	1979
Trio sensual	Francis Hagaerre	Editora Dis-Livros	Livro	Vetado	1979
Delírio sensual	F. Lamont	N/C	Livro	Vetado	1979
Star álbum	N/C	Editora Brasil-América	Livro	Liberado	1979
Massagistas para executivos	Mark Andrews	Editora Monterrey	Livro	Vetado	1979

Harmonia psicológica	Pedro Alves da Silva	N/C	Livro	Liberado	1979
O ser erótico	Albert Ellis	Editora Artenova	Livro	Liberado	1979
Super sexo	N/C	N/C	Revista	Liberado	1979
O louco	Dr. G. Pop	L'Oren Editora	Livro	Vetado	1979
As lágrimas das virgens	Dr. G. Pop	Editora Distribuidora Livros	Livro	Vetado	1979
Novelas da erosfera	Emmanuelle Arsan	Editora Artenova	Livro	Vetado	1979
Os classificados do sexo	Hélio Miranda Abreu	Cedibra	Livro	Vetado	1979
Confissões de uma estudante	Francis Hagaerre	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Cassandra, uma decoradora cheia de amor e erotismo	Marilyn Monray	Editora Suc. Literários	Livro	Vetado	1979
As fascinadoras	Maria Luhan	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Ardente e sensual Lili	N/C	Editora Divon	Revista	Vetado	1980
O verdadeiro manual das 1001 posições	N/C	Editora Yara	Revista	Vetado	1980
Dois na cama... E as mais excitantes posições sexuais	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Swing-sex – Rodizio sexual	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Dois num sofá	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Vip's	N/C	Editora Lemar	Revista	Vetado	1980
Loucuras sexuais	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Escravas brancas	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Se minha cama falasse	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Mini-fiesta	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
As travessuras do sexo	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Nos abismos da noite	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Torturada pelo sexo	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Romance Unisexy	N/C	N/C	Revista	Vetado	1980
Sadismo e masoquismo da princesa russa	Maria Luhan	Editora Gótica	Livro	Vetado	1979
Amor numa motoca	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Náufragos na ilha dos nudistas	Roger Bardot	Edições Gepe	Revista	Vetado	1981
Sexo no banco do jardim	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Gatinha e a hora do prazer	N/C	Edições Pilar	Revista	Vetado	1981

Álbum das cocotinhas	N/C	N/C	Revista	Liberado	1981
Especial sex	N/C	N/C	Revista	Liberado	1981
Sex almanaque	N/C	N/C	Revista	Liberado	1981
As gatonas	N/C	Editora Fittipaldi	Revista	Liberado	1981
Dois na cama	N/C	Editora Gepe	Revista	Vetado	1980
Carol Blue	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Close	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Coleção fotonovela	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Coleção fotonovelex	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Delírio selvagem	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Fotonovela erótica	N/C	Publico Promoções	Revista	Vetado	1982
Música e amor	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
O verdadeiro manual das 1001 posições	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Passatempo	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Peteca	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Seleções foto-eróticas	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Swing-sex	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Zartan	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
A deusa do sexo	Tom Brooks	Aquarius Editora	Livro	Vetado	1981
Orgia I	Ross Casey	Cinema Close-up	Livro	Vetado	1981
Tara	Ross Casey	Cinema Close-up	Livro	Vetado	1981
Orgy room bottoms	N/C	N/C	Livro	Sem parecer	1982
Fotonovela erótica	N/C	N/C	Revista	Vetado	1981
Eros – A revista do prazer	N/C	Publico Promoções	Revista	Vetado	1982
Sexicolor	N/C	Editora Acti-Vita	Revista	Vetado	1982
Almanaque Casseta Popular	N/C	Editora Toviasu	Revista	Liberado	1988
Repórter	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1979
Repórter	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1981
O Pasquim	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1980

O Pasquim	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1981
O Movimento	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1980
Hora do Povo	N/C	N/C	Jornal	Sem parecer	1981
Relação de livros avulsos, liberados, proibidos e apreendidos	N/C	N/C	Ofício	Sem parecer	1981
Chin Ping Mei ou Flor de ameixa em vaso de ouro	Tradução de A.M. Amari	Hemus	Livro	Sem parecer	N/C
A chinesinha	Brigitte Bijou	Hemus	Livro	Sem parecer	1969
Clube dos cafajeste	Chris Miller	Grafipar	Livro	Sem parecer	1979
O amante insaciável	Eric Aldrich	Lider	Livro	Sem parecer	N/C
Anatomia de uma prostituta	Jhan Robbins	Nova Época	Livro	Sem parecer	1974
Os ricos também matam	Adelaide Carraro	Gama	Livro	Sem parecer	1979
O poder do sexo	Marcus Franklin	Gama	Livro	Sem parecer	1977
A serpente e a flor	Cassandra Rios	Record	Livro	Sem parecer	1972
Mutreta BN	Cassandra Rios	Gama	Livro	Sem parecer	1977
O bruxo espanhol	Cassandra Rios	Gama	Livro	Sem parecer	1977
A piranha sagrada	Cassandra Rios	Top Livros	Livro	Sem parecer	N/C
Nua e sua	Kolyn	Mek Editora	Livro	Sem parecer	1975
Fazendo amor	Norman Bogner	Artenova	Livro	Sem parecer	1972
As duas amantes	Francis Miller	Hemus	Livro	Sem parecer	1968
Mulheres violentadas	F. Cavalcanti	N/C	Livro	Sem parecer	N/C
Volúpia sensual em Saigon	Mike Moore	Edições Diana	Livro	Sem parecer	N/C
Em busca de amor	Marie Hans	Editora Gótica	Livro	Sem parecer	N/C
O cristo do povo	Márcio Moreira Alves	Editora Sabiá	Livro	Sem parecer	1966
Atração irresistível	Lima de Miranda	Farmalivros	Livro	Sem parecer	1982
Êxtase em Roma	Monique Dumond	Edições Diana	Livro	Sem parecer	N/C
Páginas sensuais	N/C	Rodolivos	Livro	Sem parecer	1975
O don Juan da segunda avenida	Rick Allmen	Nova Época	Livro	Sem parecer	1974
Labaredas sensuais	N/C	Kultus	Livro	Sem parecer	1975

O gigolô	Cassandra Rios	Gama	Livro	Sem parecer	1979
Privê	N/C	Idéia Editorial	Revista	Sem parecer	1980

ANEXO B – Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

[DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.](#)

[\(Vide Constituição de 1967\)](#)

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos [artigos 61 e 62 da Lei número 5.250 de 9 de fevereiro de 1967](#).

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os julgados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.1.1970

ANEXO C – Fotos dos livros pornográficos que estavam escondidos em cofre.